

ISSN 1518-9325

LIBERTAS

Revista do Serviço Social

jul/dez - 2001

v. 1 - n. 2

PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DO TRABALHO COM GRUPOS NO SERVIÇO SOCIAL

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras*

RESUMO

Neste artigo, problematizo o trabalho com grupos no Serviço Social apresentando as sistematizações realizadas por Gisela Klonopka e Natálio Kiszerman e a crítica de Gelba Cerqueira ao Serviço Social de Grupo. Indico um programa de estudos e pesquisas sobre o tema compatível com o avanço teórico-metodológico do Serviço Social brasileiro e proponho questões a fim de discutir o instrumental de grupo utilizado pelo Serviço Social na atualidade.

Palavras-chave: Problematizações - Serviço Social - Grupos

ABSTRACT

In his article, I question working with groups in Social Service, presenting the systematizations that Gisela Klonopka and Natálio Kiszerman have made. In addition, a review by Gelba Cerqueira, concerning Group Social Service. I point out a study program and also a research program about an issue which is compatible with the theoretical and methodological development of Brazilian Social Service. I suggest some topics in order to discuss the instruments used by Social Service nowadays.

Key words: Problems - Social Service - Groups

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas questões e reflexões acerca do trabalho com grupos no Serviço Social.

* Doutorando em Serviço Social - UFRJ. Professora do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da PSS/UJFF.

Historicamente, o Serviço Social atuou junto aos grupos, inspirando-se na Psicanálise, na Psicologia Social, na Sociologia, na Antropologia e na Pedagogia.

A especialização relativa ao Serviço Social de Grupo (consolidada nos EUA, país onde o Serviço Social foi sistematizado em ressonância com a tradição científica – positivista e funcionalista) exemplificou a inserção e utilização do trabalho com grupos no Serviço Social, considerado como um meio de intervenção relevante pelos Assistentes Sociais.

Hoje, quando os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social no Brasil sustentam-se, hegemonicamente, sobre a tradição marxista, a intervenção profissional tem sido "ressignificada", e as técnicas e os instrumentos profissionais têm sido problematizados.

Através das sistematizações realizadas na profissão sobre o Serviço Social de Grupo (Konopka, Paré, Kisnerman, Arlete Braga), da crítica feita por Cavalcante (1979), das intervenções inspiradas pela "educação popular" (década de 80) e das produções de Guerra (1995) e Pontes (1995), identifiquei a possibilidade de problematizar o trabalho com grupos na atualidade.

Optei por organizar essa apresentação em quatro itens: 1) Apresentação do problema; 2) Caracterização do problema; 3) Trajetória do Serviço Social quanto ao trabalho com grupos; 4) Problematização do trabalho com grupos no Serviço Social brasileiro contemporâneo.

1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Este artigo está sendo produzido a partir de uma série de questões sobre as quais trabalho durante o curso de "Estratégias e técnicas da ação profissional II" cujo conteúdo versa sobre o "trabalho com grupos no Serviço Social". Tenho ministrado essa disciplina no decorrer dos últimos três anos, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nesse período, também temos discutido o currículo de Serviço Social e realizado alterações substanciais em algumas disciplinas (História do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social entre outras) assessoradas pela Prof^{ra}. Marilda Iamamoto. Atualmente estamos construindo as ementas das disciplinas do novo currículo e temos debatido (entre outros temas) sobre o conjunto de "Estratégias e técnicas da ação profissional I e II".

A meu ver, a discussão sobre as estratégias e técnicas profissionais tem sido um ponto de difícil apreensão. De um lado, profissionais e professores apontam a dificuldade de o

Serviço Social - profissão de caráter interventivo - construir uma competência teórico-técnico-operativa, tendo com referência o Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais referendado pelo Código de Ética Profissional de 1993. Por outro lado, a abordagem sobre esse tema tem sido uma questão delicada no Serviço Social. A discussão sobre as estratégias e técnicas profissionais assemelha-se a uma "ferida aberta" na consolidação da hegemonia da vertente "intenção de ruptura" (Netto, 1991) no Serviço Social brasileiro.

Em 1996, face às discussões sobre o novo currículo mínimo para o Serviço Social promovidas pela ABESS, a crítica ao currículo mínimo anterior - cuja orientação hegemônica fundamentou-se na abordagem crítico-dialética, no materialismo histórico de inspiração marxista - esteve centrada nas respostas profissionais gestadas a partir dessa orientação¹. Tais respostas garantiriam a legitimidade social da profissão face às transformações societárias (Netto, 1996), às metamorfoses no mundo trabalho (Antunes, 1992), face à reestruturação produtiva, às requisições postas pelo mercado de trabalho, às construções teóricas implementadas pelo Serviço Social direcionadas hegemonicamente para o Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais? Segundo Netto (1996:123)

"... a perspectiva da direção social estratégica formulada na entrada dos anos noventa não pode contentar-se com a sinalização do mercado de trabalho: deve conectá-la à análise das tendências societárias macroscópicas (o que supõe forte investimento na pesquisa da realidade e a apropriação de categorias e procedimentos da teoria social moderna) e aos objetivos e valores do projeto social que privilegia; assim, sua resposta às demandas do mercado tem que contemplar prioridades e alternativas. A resposta direta, pura e simples, instrumental-operativa, às demandas do mercado é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional."

Quando colocamos essas questões, aparece o seguinte conteúdo: o Serviço Social é capaz de construir uma forma de

1 Penso que Netto acertou quando afirmou que "as exigências imediatas do mercado de trabalho [...] vão referenciar a curto prazo o debate profissional por três razões principais: 1) as prioridades dos empregadores (públicos e privados) de assistentes sociais tendem, em função das transformações societárias em curso, a enfatizar ainda mais as resultantes prático-operativas do trabalho dos profissionais; 2) aos olhos dos assistentes sociais, dada a histórica e ineliminável característica operativa do Serviço Social, as repostas a elas se apresentam como via preferencial para solucionar os impasses da legitimação social da profissão; e 3) os próprios avanços profissionais dos anos oitenta impõem o enfrentamento das 'questões da prática', senão ao preço de se esgotarem" (Netto, 1996:121).

intervenção concernente ao *tefas* que o orienta, garantindo sua legitimidade social?

Vejo dois problemas: 1) a redução da intervenção ao aspecto técnico-operativo (instrumental) na lógica formal-burguesa; 2) a construção da intervenção – incluindo a construção de habilidades teórico-técnico-operativas – a partir da formulação/construção/apreensão da racionalidade crítico-dialética (fundada sobre a teoria social marxista) durante a formação profissional.

O primeiro problema aparece claramente nas abordagens de diferentes autores como: Yamamoto (1982, 1992, 1999), Netto (1991, 1996), Guerra (1995), Pontes (1995). A meu ver, o segundo problema, ainda não foi claramente formulado e aparece de forma subjacente nas produções de Guerra e Pontes.

Seguindo esse raciocínio, na formação profissional dos Assistentes Sociais em Juiz de Fora, observo uma carência de habilidades em relação ao manejo de situações que atravessam o exercício profissional. Na disciplina com a qual trabalho observo uma aproximação à compreensão do grupo a partir de uma série de preconceitos existentes na sociedade. "Grupo é um conjunto de pessoas reunidas por um objetivo comum" tem sido a definição mais espontânea oferecida pelos alunos no início da disciplina, situada no V período. Já os alunos estão na metade do curso e já se aproximaram de uma série de conteúdos teóricos orientados pela dimensão crítico-dialética.

Mesmo considerando a heterogeneidade do corpo docente e a heterogeneidade de compreensões marxistas, há um consenso mínimo sobre a profissão e um acordo quanto à orientação social do curso e sua fundamentação teórica. Por que, então, a definição de grupo é tão atravessada pelos preconceitos existentes na sociedade? Por que ela está tão próxima ao senso comum? Essa observação remeteu-me a seguinte questão: o curso de Serviço Social oferece elementos capazes de realizar a passagem dos conteúdos teóricos (matriz utilizada para leitura da realidade) às habilidades para "ler"/atuar-intervir a/na realidade (perceber/construir mediações)? Ou nós seccionamos essa dimensão? Nas disciplinas teóricas, apresentam-se os conteúdos teóricos; nas disciplinas de estágio, áreas de intervenção, estratégias e técnicas etc., apresentam-se os aspectos relacionados à intervenção profissional? No caso de tratarmos essas dimensões como pólos de uma unidade, as disciplinas de estratégias continuariam a existir? Seriam necessárias? Nesse caso, por exemplo, a construção de habilidades para atuar com grupos ocorreria no conjunto das disciplinas existentes, incluindo estágio supervisionado? Não temos respostas para essas questões.

Neste artigo, vislumbro a possibilidade de caracterizar melhor o "problema", a fim de apresentá-lo como uma questão a ser trabalhada pelo Serviço Social.

Debruza-se
sobre outras críticas

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Inicialmente, elegemos algumas afirmações feitas por Yolanda Guerra (1995). Segundo a autora, a lógica que subjaz à busca de modelos técnico-operativos [no Serviço Social, inserido na sociedade capitalista] é a lógica formal-burguesa. Guerra também afirma que a profissão "carece de uma racionalidade como fundamento e expressão das teorias e práticas, capaz de iluminar as finalidades, a partir das quais o aparato técnico-operativo é mobilizado" (1995:14).

Guerra delimita o "núcleo essencial" de suas reflexões sob a "perspectiva de demonstrar que a tendência na busca de modelos formais de atuação é insólita ao universo teórico-metodológico marxiano" (idem: 18).

Guerra considera que

"... a matéria-prima da intervenção profissional é composta por múltiplas determinações, heterogêneas e contraditórias, que se movimentam, se alteram e se convertem em outras, a ausência de especificidade, que é tida como causa da versatilidade que as ações profissionais adquirem nos diversos contextos, setores e espaços sociais, constitui-se numa necessidade inerente à razão de ser da profissão. Essa determinação de natureza peculiar à forma de inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho combina-se com determinações mais gerais do modo de produção capitalista: as fragmentações que a divisão do trabalho opera nos processos de trabalho, recolocadas na sociedade como um todo, colidem com a exigência do profissional em encontrar a sua especificidade. Essa ausência, por sua vez, expressa-se nas indefinições do que é e o que faz o Serviço Social" (idem:157).

As afirmações descritas acima levaram-me a pensar que a busca profissional pela qualificação da intervenção do Serviço Social vai além (e é diferente) da busca por modelos de intervenção inscrita na lógica formal-burguesa. Distingue-se da demanda por modelos lógico-formais, da busca por modelos de intervenção. Observo também a necessidade do Serviço Social construir-se enquanto "um modo de intervenção específico".

Embora concordemos que o Serviço Social seja uma especialização na divisão sócio-técnica do trabalho, isso diz pouco sobre o que o Serviço Social realiza, sobre aquilo que o distingue

Liberman
Ano de Anis
vol. 1 nº 2
p. 165-167
julho/ano-2000

de outras profissões. *Como, qualitativamente*, o Serviço Social se insere na divisão sócio-técnica do trabalho? Qual a particularidade das respostas que constrói? Qual a ressonância e a repercussão dessas respostas na sociedade burguesa? A ausência de especificidade é uma necessidade inerente à razão de ser da profissão? Ou a ausência de especificidade é uma condição historicamente determinada pelo conjunto dos aspectos sócio-culturais que atuam sobre/no Serviço Social? Proponho o raciocínio de que, mesmo esse caráter heterogêneo, contraditório, que marca o Serviço Social, o faz conferindo-lhe uma especificidade, ou, se quisermos, o distingue de outras profissões. Há uma "práxis", um "fazer" próprios ao Serviço Social. É esse fazer que precisa ser compreendido e qualificado.

Nesse contexto, seria possível estudar, analisar, propor formas de ação, construir habilidades profissionais direcionadas aos objetivos postos pelo Serviço Social, tanto no Projeto Ético-Político, quanto na racionalidade crítico-dialética que o informa hegemonicamente na atualidade? Penso que sim.

Yolanda Guerra discute a instrumentalidade do Serviço Social a partir da teoria social marxista inspirada em Lukács, destacando-se a obra "Ontologia do Ser Social". Avança na direção que reforça a relação entre racionalidade/instrumentalidade, criticando a racionalidade formal burguesa e desmontando sua lógica interna.

Para Guerra

"Não se trata de reeditar novas fórmulas para atendimento individual, grupal ou comunitário; tampouco de reforçar o equívoco de que há instrumentos diferentes para cada um dos 'processos' tradicionais do Serviço Social, substituídos, neste momento, pelas denominações de funcionalismo, fenomenologia e materialismo histórico. Trata-se - e isto se constitui em consenso resultante do amadurecimento técnico da categoria profissional - de atribuir uma nova qualidade à intervenção; de recuperar o crédito historicamente depositado na profissão, tanto pelos usuários dos seus serviços quanto pelo segmento da classe que a contrata; de reconhecer a natureza das demandas, os modos de vida dos usuários, suas estratégias de sobrevivência, enfim, de deter uma competência técnica e intelectual e manter o compromisso político com a classe trabalhadora" (Idem: 27).

No Serviço Social, a competência técnica precisa ser pensada como fruto tanto de um amadurecimento intelectual quanto da construção de habilidades de intervenção. Ao seccionar reflexão/ação ou pensamento/ação, a lógica formal-burguesa também realizou a fragmentação entre o entendimento teórico e a intervenção

propriamente dita. Observo que as aproximações intelectuais em relação à dimensão crítico-dialética têm sido insuficientes para mediar a relação com a realidade no sentido da construção de habilidades necessárias à intervenção profissional. Penso nos profissionais cuja inserção institucional requer competência para atuar com processos grupais, individuais, de mobilização, de articulação política, de avaliação, proposição, entre outros. Mesmo o aprendizado em relação ao "pensar", à reflexão parece não garantir a "passagem" para o campo de ação e construção de habilidades com um certo sucesso. Faltam mediações? Por exemplo, o Assistente Social recém-formado, "intelectualmente preparado", vê-se diante de um trabalho com grupos ou de um processo de entrevista, ou de um parecer técnico, ou de uma reunião técnica que irá coordenar junto à chefia etc., na instituição em que irá trabalhar. É comum o profissional não deter o "controle", o "manejo" sobre os processos que iniciará. Ou seja, atua no "momento" em processos que terão um período determinado para se desenvolverem e que exigirão uma resposta própria, particular. A perspectiva com a qual formamos os Assistentes Sociais coloca-lhes o horizonte amplo de construção social e luta por uma sociedade que supere as relações de exploração entre classes, sem, contudo, oferecer-lhe o treinamento de habilidades que propiciem a atuação sobre as singularidades expressas no cotidiano profissional. Também a "visão processual", essa compreensão de que as ações de transformação na sociedade acontecem processualmente, dificulta vislumbrar a concretização de objetivos específicos, referentes a um objeto próprio, como realizar uma reunião de forma eficiente. Ou seja, tudo é processo (em relação ao horizonte mais amplo), então, o que importa uma dada intervenção específica?

A leitura que Reinaldo Pontes realiza – a partir da apreensão da categoria "mediação" no método dialético² – sobre a demanda institucional e sobre o trabalho do Assistente Social, na perspectiva dialética, é elucidativa. De acordo com Pontes (1995:168-9):

"A demanda institucional aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município etc.), programática (divisão por projetos ou áreas de ação) ou populacional (crianças, idosos, migrantes etc.). Numa palavra, a demanda institucional aparece peitada à imediaticidade, com um 'fim em si mesmo'.

Trabalhar na perspectiva dialética impõe a compreensão do real pelo prisma da totalidade social, negando a pseudococoncretidade

2. "Mediação e Serviço Social". A apreensão da categoria mediação foi inspirada na leitura de Lukács, principalmente "Ontologia do Ser Social".

dos fatos emergentes e reconstruindo histórica e teoricamente o campo de tensões oculto na lógica retilínea da demanda institucional

A ultrapassagem da demanda aparente para re-construção das legítimas demandas sócio-profissionais implica um necessário trabalho negativo da razão, que, em face das 'certezas' da imediatividade do projeto institucional, passa a impor um movimento de mediação das evidências empíricas postas na superfície das relações sociais presentes no campo de trabalho do assistente social (...)

As demandas sócio-profissionais residem, neste processo de apreensão lógico-ontológica, na reconstrução da particularidade do espaço sócio-institucional de intervenção profissional.

Neste processo de particularização comparecem, através de aproximações sucessivas, as determinações histórico-sociais, bem como as mediações, que permitiram, aos sujeitos cognoscentes-intervenientes na trama das relações sociais em presença, desocultar as passagens e articulações ontologicamente amarradas entre as instâncias da totalidade social envolvidas naquelas relações e que deixam de ter um 'fim em si mesmo' porque perdem o caráter de isolamento, ou seja, o problema singularmente posto institucionalmente à ação dos profissionais (...)

*Assim, nesta dinâmica de reconstrução da particularidade do campo de intervenção profissional, com a conseqüente reapreensão da demanda social e profissional, o assistente social passa a ter possibilidades de articular as forças políticas em presença, em face de um projeto social politicamente determinado, voltado à construção de uma nova ordem social ou à conservação da ordem vigente.**

Mas, para Pontes (idem)

"... por melhor que seja a projeção ideal sobre a prática, as suas limitações no plano da reprodução do concreto são bastante agudas. Não poderia ser diferente com o esforço há pouco empreendido. No entanto, convém insistir na sua validade por considerar que a perspectiva metodológica que parte da inspiração crítico-dialética ainda não preencheu essa lacuna na dilucidação da prática" (grifos meus).

A lacuna apontada por Pontes coloca em questão a possibilidade de elucidar a "prática" profissional a partir da dimensão crítico-dialética.

Em relação às habilidades técnicas, pergunto-me se os conhecimentos que temos trabalhado são suficientes para construí-la. Em relação ao trabalho com grupos, observo que não. Observo que os assistentes sociais, que se destacam nessa atividade, buscam

formação fora do Serviço Social. Tenho refletido e pensado que o Serviço Social pode construir suas formas de intervenção a partir da racionalidade crítico-dialética que o informa. No entanto, embora tenhamos avançado num conhecimento que esclarece para nós a natureza de nossa inserção na sociedade burguesa, numa orientação teleológica dirigida pelo Projeto Ético Político da Profissão, temos buscado em outras áreas o conhecimento para construir determinadas habilidades também requeridas aos assistentes sociais. No caso do trabalho com grupos, entendo que é possível construir um referencial teórico e uma forma de intervenção própria ao Serviço Social e percebo que essa construção tem um lugar fundamental na sociedade burguesa, no sentido de contribuir para o fortalecimento de práticas democráticas, cooperativas, participativas, críticas e propositivas entre as classes trabalhadoras.

É a partir dessa compreensão que seguiremos construindo este texto.

3. TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL QUANTO AO TRABALHO COM GRUPOS

O trabalho com grupos, de importante expressão no Serviço Social, foi sistematizado na tradição norte-americana, ficando conhecido como um método designado pelo nome Serviço Social de Grupo (SSG).

Gisela Konopka³ no livro *Serviço Social de Grupo* (primeira edição americana publicada em 1963 com o título "Social Group Work"), descreveu a decepção norte-americana ante o fato de a Primeira Guerra Mundial ter fracassado em manter o mundo seguro para a democracia. Nesse contexto, o SSG teria como objetivo (mesmo nos EUA) construir "a sociedade democrática como meio de proporcionar a mais alta realização do indivíduo e permitir-lhe assumir o seu lugar como um membro responsável da raça humana" (1979:17). Para Konopka, o Serviço de Grupo nos EUA foi um movimento. Ela concebeu o SSG como um "método do Serviço Social" que ajudava as pessoas a "aumentarem o seu funcionamento social através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz, os seus problemas pessoais, de grupo e de comunidade" (1979:33). O SSG atuaria nos campos da saúde, de bem-estar, da educação e da recreação como "um método de ajuda" utilizado

3 Gisela Konopka era de origem alemã, nacionalizada estadunidense. Foi graduada pelas Universidades de Hamburgo, Pittsburgh e Colúmbia, e atuou como professora do método SSG na Universidade de Minnesota. Konopka era assistente social e psicanalista (Kisneman,1977).

com distintas finalidades, trabalhando com pessoas diferentes (saúdáveis, doentes, crianças, adultos etc.).

Segundo Konopka, o SSG seria um método de prestação de serviços a pessoas, através do fornecimento de experiência em grupos ou um método genérico que poderia ser utilizado em diferentes ambientes. Esse método abrangeria a utilização consciente dos relacionamentos assistente social-membros e entre os membros e o grupo, atuando como um motivador entre ambos, ajudando os membros e o grupo a empregarem sua capacidade e seu potencial. Nesse sentido, os objetivos do SSG seriam determinados "pelas necessidades conscientes que levaram os membros ao grupo, pelos objetivos da agência que fornece o serviço e pela compreensão do indivíduo e de todo o grupo por parte do assistente social de grupo, bem como, freqüentemente, pelo reconhecimento das necessidades inconscientes dos membros" (1979:103).

Desse modo, o assistente social de grupo (ASG) deveria ter "conhecimentos do pré-consciente e do subconsciente"; deveria "compreender que muitas necessidades não são explicitamente conhecidas e que, mesmo que as conheçam, muitas vezes não são expressas pelos membros do grupo"; deveria "encarar seriamente as necessidades *expressas* e considerá-las tão fortemente quanto as não-expressas" (idem). Para tal, o ASG poderia utilizar os seguintes instrumentos 1 - Conhecimento teórico acerca do comportamento individual e do grupo; conhecimentos teóricos adicionais quando trabalhasse com situações específicas (por exemplo, pessoas em situação de doença); 2 - Ouvir, 3 - Observar, 4 - Empatizar.

Konopka também descreveu os meios de ajuda disponíveis ao ASG. Seriam eles: 1 - Relacionamento objetivo, acolhedor, compreensivo e profissional entre assistente social e membro do grupo - enfatizando-se a construção da relação de confiança; 2 - O relacionamento entre os membros do grupo - processo de grupo, reconhecendo-se que "o serviço de grupo não representa trabalho com um indivíduo *contra o fundo* de um grupo. Trata-se, isso sim, de *trabalho individualizado com os membros do grupo, no grupo e através dele*" (1979:134); 3 - Comunicação verbal - discussões, conversas, considerando-se que "um grupo de discussão em que a pessoa encarregada formula perguntas a um membro após outro, e em que cada qual responde por sua vez, não é Serviço de Grupo" (1979:146). 4 - Comunicação não-verbal - programa, jogos, brincadeiras, experiências. Esse "meio de ajuda" incluía a noção de experimentação, o espaço de grupo enquanto um espaço de aprendizagem e experimentações. 5 - Escolha objetiva e criação de ambiente.

Konopka classificou os grupos em duas categorias distintas: 1 - A dos grupos que servem ao "desenvolvimento da pessoa quanto

ao seu potencial individual, melhoria da capacidade de relacionamento e de funcionamento social”, como a maioria dos grupos de jovens e de todos os grupos de finalidade terapêutica, e 2 – A dos grupos que necessitam de ajuda para “ação social”, freqüentemente consistindo em pessoas altamente capacitadas, em posição de liderança nas suas comunidades, que desejam combater eficazmente os problemas sociais (idem).

A autora compreendia a expectativa da sociedade em relação ao assistente social dentro de duas premissas: 1) “*avaliar, esclarecer e ajudar os indivíduos na integração de suas motivações íntimas e com as exigências do seu ambiente social*”; 2) *ajudar a modificar o ambiente social se esse for prejudicial ao desenvolvimento social dos indivíduos*” (idem:39). No pensamento de Konopka essa seria uma proposição diferente do conceito anterior de ‘ajustamento social’, que implicava “conformação e submissão a qualquer exigência do ambiente social – um conceito que estigmatizou a profissão de Serviço Social como sendo, basicamente, um esforço para a manutenção do *status quo*, em oposição à sua tradição de reforma social” (idem). Desse modo, Konopka concebeu o desenvolvimento da pessoa para seu potencial individual, a melhoria dos relacionamentos e de sua capacidade de funcionamento social e ação social como objetivos reconhecidos do SSG, enfatizando a atuação do assistente social orientada por uma estrutura de valores éticos e sociais.

Na sistematização realizada por Konopka, observamos a ausência de uma reflexão teórica que discutisse a concepção de grupo e a intervenção profissional intermediada pelo trabalho com grupos. Há uma riqueza de dados referentes à experiência direta da autora com diferentes grupos, da qual ela deduziu alguns procedimentos, inclusive instrumentos e meios de ajuda. Na conceituação do grupo, Konopka utilizou elementos teóricos apreendidos através de K. Lewin⁴. Por exemplo, “um grupo se torna um grupo – mais do que a soma dos seus indivíduos – quando desenvolve um determinado relacionamento, um vínculo, uma força que dá ao indivíduo sentimento de pertencer. Esse sentimento de pertencer é denominado *vínculo de grupo*” (idem:79). Konopka utilizou a expressão “dinâmica de grupo” empregada por Lewin, mas, com uma conotação diferente⁵, “a dinâmica de grupo está profundamente entrelaçada com a dinâmica de cada indivíduo que dele participa. O movimento do grupo – o processo de grupo – é verificado pelos relacionamentos entre os membros. Modifica-se

4 Lewin autodenominou-se “psicólogo social”. Era judeu, nascido na Alemanha e emigrou para os EUA.

5 Lewin enfatiza o grupo, o social, mais do que o inter-relacionamento indivíduo/grupo.

com o tempo; a sua qualidade depende do grau de saúde e da maturidade dos seus membros e dos objetivos do grupo." (1979:85).

Outra dimensão que aparece como apreensão do pensamento de Lewin é a perspectiva cultural (antropológica):

"É impossível uma pessoa compreender e encarar objetivamente seu próprio passado cultural se não tiver contato com outras culturas. Esse contato terá que incluir experiência real da outra cultura não apenas uma fria observação. O assistente social deve compreender que os outros consideram os seus próprios valores tão desejáveis quanto ele considera os seus" (1979:93).

Na América Latina, o Serviço Social foi influenciado, principalmente a partir da segunda metade da década de 40, pelo Serviço Social norte-americano. Tal influência repercutiu na regulamentação da profissão com nível acadêmico de terceiro grau. Em relação à sistematização do SSG, um dos expoentes latino-americanos foi o Assistente Social Natálio Kisnerman (com a edição do livro *Servicio Social de Grupo*, 1973 – primeira edição argentina). Kisnerman escreveu:

"A autocrítica, que hoje perpassa o SSG latino-americano, está interessada em estabelecer um padrão próprio de doutrina e ação, ajustado à realidade atual de cada país, para contribuir para a solução de sua problemática social de base. Da imitação passamos a sistematizar nossas experiências profissionais, a enfocar cientificamente nosso papel e a procurar respostas nacionais. Do paliativo, paternalista e meramente assistencialista, passamos para o preventivo e o promocional. Da microvisão passamos para a macrovisão, colocando-nos em situação de diálogo com outras profissões. Essa reformulação se insere na necessidade de integrar o SS no processo de desenvolvimento, assegurando a participação ativa dos diversos grupos para que o homem seja o agente e sujeito desse desenvolvimento e não um mero receptor passivo. E é nesse SSG que nos colocamos e nos comprometemos" (1977:24).

Para o autor, o SSG latino-americano responderia à questão "como integrar as massas ao desenvolvimento"⁶ (1977:13), sendo

6 A apropriação que Kisnerman realizou, em relação ao método SSG, esteve circunscrita ao contexto latino-americano, num período em que as aspirações nacionais direcionavam-se aos potenciais de desenvolvimento econômico, afim de "elevar" os países do terceiro mundo à condição semelhante dos países do primeiro mundo. A "doutrina" (ideologia) desenvolvimentista foi utilizada no sentido de conter as possíveis aspirações dos "países pobres" ao socialismo e ao comunismo, mantendo a hegemonia norte-americana.

um "método de educação psicossocial informal" (idem) que ensinaria a "massa" a "viver a democracia, a conquistar um sentimento de comunidade e a ter uma atitude ativa de participação" (idem) ou ainda, uma "terapia social" onde a comunidade seria o "agente de sua própria mudança e bem estar social" (idem). Nesse sentido, os objetivos do SSG seriam a Restauração das relações sociais a um nível ótimo de funcionamento (idem:33), a Provisão (mobilização da capacidade latente do indivíduo, reorganização dos recursos sociais existentes, criação de recursos individuais e sociais) e a Prevenção dos problemas relacionados com a interação social (idem).

Assim os princípios básicos do SSG definidos por Kisnerman (1977:36,37,38) foram: 1) Individualização, 2) Aceitação autêntica de cada membro, 3) Estabelecimento de uma relação que vise a ajuda, 4) Estimulação de relações positivas e de cooperação no grupo, 5) Adequada flexibilidade no processo de grupo, 6) Capacitação dos membros para que se desenvolvam no processo de resolução dos seus problemas, 7) Oferecimento de oportunidades para experiências novas e diferentes que facilitem a auto-realização do grupo, 8) Utilização judiciosa da apreciação diagnóstica de cada membro e da situação global, 9) Avaliação permanente do processo e do progresso dos membros do grupo e do ASG e 10) Uso cálido, humano e disciplinado de si mesmo por parte do ASG.

Como Konopka, Kisnerman problematizou precariamente o conceito de grupo. Em sua definição, o conceito de grupo foi descrito como "conjunto de indivíduos que interatuam em uma situação determinada com um objetivo por eles fixado" (1977:101). A única problematização feita pelo autor referia-se à incorporação ao conceito de grupo, da idéia de interatuação em uma situação determinada, questionando-se a noção de grupo enquanto conjunto de indivíduos com objetivos comuns (idem). Kisnerman também assimilou a noção de grupo vinculada ao aprendizado para a democracia (concepção difundida por Lewin). Diz o autor "democracia implica liberdade e igualdade de todos os homens, respeito e fé na dignidade humana, responsabilidade, participação como direito" (1977:13). A influência de Lewin também apareceu na sistematização de Kisnerman na apreensão da estrutura dos grupos (ênfatizando-se o tipo de liderança) enquanto - autocrática; participativa (democrática), paternalista e permissiva.

A CRÍTICA AO SSG

A crítica ao Serviço Social de Grupo foi realizada de forma específica por Gelba Cavalcante de Cerqueira, assistente social brasileira, no livro "Modelos teóricos do Serviço Social com

Grupos - adaptação ou transformação?" (Dissertação de Mestrado - PUC RJ, 1979, editado pela Cortez em 1981), no qual a autora analisa os pressupostos fundamentais do Serviço Social de Grupo a partir da comparação com a teoria e o método propostos pelo funcionalismo, apresentando as perspectivas funcionalistas presentes no Serviço Social de Grupo. Interessante elencar as conclusões elaboradas por Cerqueira ao final de sua pesquisa:

- a) "O grupo no Serviço Social é considerado um sistema social definido pelo estabelecimento das inter-relações entre os elementos (membros) formadores, entendidos como parte desse sistema. E como parte do sistema, a ação dos indivíduos (membros do grupo) é explicada pela sua relação com a organização dos grupos aos quais pertencem, isto é, pela função que desempenham na estrutura do grupo. A explicação funcional desse argumento confirma que função é o que serve ao sistema ou a contribuição dada para a manutenção da continuidade estrutural. O indivíduo, como membro do grupo, estabelece uma relação de função que é o papel desempenhado ou a contribuição dada à estrutura total da qual é parte" (1981:107).
- b) Na bibliografia sobre o SSG Cerqueira identificou elementos teóricos provenientes da teoria de Parsons. "O grupo é, pois, uma totalidade interdependente, se compõe de indivíduos que assumem papéis que dependem das expectativas provenientes do processo interativo e que são orientados por um quadro de normas e valores. A participação do ator individual no processo interativo é definida pelo papel que ele assume no contexto desse mesmo processo (...) é o papel, e não a pessoa, o que mais interessa ao sistema social" (idem: 108).
- c) "Os grupos, para o Serviço Social, se constituem em um treinamento que visa capacitar o indivíduo que deles participa a uma melhor integração e adaptação ao seu meio social. O indivíduo reproduz na sociedade global o comportamento adquirido, aprendido, corrigido no pequeno grupo. Por este motivo, a melhoria do funcionamento social, a integração e adaptação do indivíduo ao seu meio constituem objetivos do Serviço Social de Grupo" (idem).
- d) "O Serviço Social de Grupo pretende o estabelecimento de relações funcionais positivas e a correção das funções

negativas ou disfunções [...] contribui para: desenvolver e estimular as funções que servem à manutenção da continuidade estrutural, bem como prevenir e atenuar os conflitos, evitar o aparecimento das disfunções, corrigir comportamentos desviantes, que ameaçam o equilíbrio do sistema" (idem: IOB- IO9).

- e) "O Serviço Social de Grupo situa-se na sociedade global como uma atividade recorrente, cuja função se define pela contribuição que dá à reprodução do sistema como tal. [...] E, como consequência, a sua prática é de *integração* e *adaptação* do indivíduo ao seu meio social" (idem: IO9).

Na crítica de Cerqueira, fundamentada teoricamente, predominou a análise dos componentes funcionalistas presentes no SSG⁷, sem a discussão do conceito de grupo ou a compreensão desse instrumento pelos profissionais que o sistematizaram.

As conclusões de Cerqueira indicam que os modelos teóricos que orientaram o Serviço Social de Grupo, expresso nos textos analisados, fundamentam-se no funcionalismo. Ainda, ao indagar "modelos teóricos do Serviço Social com grupos: adaptação ou transformação?" também indica a resposta: nos modelos analisados prevaleceu a perspectiva de adaptação (letra "e", descrita acima).

TRABALHO COM GRUPOS E EDUCAÇÃO POPULAR

O trabalho com grupos no Serviço Social brasileiro, principalmente na década de 80, foi influenciado pela educação

7 Ela analisou os seguintes livros/textos e respectivos autores: Serviço Social de Grupo, um processo de ajuda (Konopka), Serviço Social de Grupo: uma resposta ao nosso tempo (Kisnerman), Serviço Social de Grupo (Helen Northen), Grupo - instrumento de Serviço Social (Zélia Torres), Serviço Social através do processo de grupo (Alan Klein), Prática do Serviço Social de Grupo: uso criador do Serviço Social (Gertrudes Wilson e Rayland), Sondagens em Serviço Social de Grupo (Saul Bernstein), Serviço Social de Grupo - el método decisivo en la realidad latino-americana (Renée Dupont Oliveira), Serviço Social de Grupo (Edeltrudes Guimarães), Algumas colocações sobre Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade (Maria Lúcia Petiz), Diagnóstico e Intervenção a nível de prestação de serviços a grupos (Edith Magalhães Motta), Abordagens de grupo e das técnicas de tratamento de Serviço Social de Grupo (Marilena Diomedes), Serviço Social de grupo: três modelos metodológicos (Emanuel Tropp e Schwartz W.), Modelo desenvolvimentista, modelo interacionista, modelo preventivo e reabilitador (Charles Gravin e outros), Roteiro de discussão de Serviço Social de Grupo (Scott Briar) e Visão atualizada do Serviço Social de Grupo (Arlette Braga).

popular, especialmente por Paulo Freire⁸. Na década de 80, as publicações sobre o trabalho com grupos apresentam-se redimensionadas – o Assistente Social trabalha com a população, na perspectiva pedagógica, enquanto um educador, incorporando a dimensão da cultura influenciada pela Antropologia. Destacam-se os temas como: “educação popular”, “cultura popular”, “relação educador X população”⁹. Um dos chavões utilizados pelos Assistentes Sociais foi a palavra “conscientização”. O processo pedagógico foi identificado com o processo de conscientização da população em relação aos seus direitos, à cidadania, a sua inserção na sociedade, como possibilidade de participar politicamente e construir um projeto de transformação social. A utopia de transformação social alimentava o trabalho com a população¹⁰.

- 8 Paulo Freire – renomado educador brasileiro, pernambucano. Criou o método de alfabetização que ganhou o seu nome “Método Paulo Freire”. Trabalhou e coordenou, na década de 60, o Programa Nacional de Alfabetização (Brasília) com a meta de alfabetizar 5 milhões de adultos. Engajou-se nos movimentos de Educação Popular (MEB) e no Movimento de Cultura Popular, com os Círculos de Cultura. Com a ditadura militar no Brasil (pós-64) exilou-se na Bolívia e depois no Chile, local onde escreveu “Pedagogia do Oprimido”. Segundo Torres (in Gadotti, 1997:107) “três filosofias marcaram sucessivamente a obra de Paulo Freire: o **existencialismo**, a **fenomenologia** e o **marxismo** (...) Com a [filosofia] de Hegel e a de Marx, Paulo Freire fez a crítica da religião e da teologia, a crítica da filosofia e da alienação política, social e econômica. Sucessivamente – quase em fases diferentes – Paulo analisa as consequências sociais, políticas e pedagógicas das diversas formas de relação entre os seres humanos. Paulo Freire nos fala em “oprimido-opressor” (anos 50-60), em opressão “de classe” (anos 60-70) e opressão “de gênero e raça” (anos 80-90). Neste paper trabalharemos com o livro *Pedagogia do Oprimido* publicado, em 1970, nos EUA, em inglês e espanhol. Em decorrência da Ditadura Militar o livro só “apareceu” no Brasil quatro anos depois. Com a anistia política (1979), Paulo Freire retornou ao Brasil, onde passou a residir em junho de 1980.
- 9 Como exemplo citamos o texto sobre “Educação Popular e Serviço Social” de Maria Cristina Soares Magalhães onde a autora realiza uma problematização sobre o saber popular – cultura x cultura popular. Para a autora, a participação e a consciência gestam-se a partir das condições materiais de vida, do vivido. Aponta a diferença entre o saber popular e saber operário. Crítica o vanguardismo e o espontaneísmo em algumas posturas de educação popular. Já no texto “Cultura popular e Serviço Social” – Maria Odília Magro Del Gaudio aponta a escassa produção no Serviço Social sobre cultura ou sobre a dimensão política da cultura. Cultura popular – esse termo em si já não é reducionista? Pejorativo? O aspecto material na construção daquilo que é “do povo” – inserção na classe – determina a cultura.
- 10 Na revisão feita pelos educadores populares a respeito da educação popular a partir da metade da década de 80 e durante a década de 90, questiona-se o lugar da utopia na sociedade contemporânea. A aparente descrença da população nas utopias de transformação da sociedade é um problema no processo de educação popular orientado para a mobilização, organização e transformação da sociedade. Ver “Educação Popular, utopia latino-americana” (1994) e o “Pêndulo das ideologias” (1994).

Em Paulo Freire (1996), a conscientização equivale à consciência crítica (adquirida no processo de ação/reflexão denominado "práxis"). Segundo Torres (1997:125), a consciência crítica "implica ultrapassar a esfera espontânea da apreensão da realidade para uma posição crítica".

Paulo Freire (1996) compreende o homem [ser humano] como aquele que procura o conhecimento (postura epistemológica). Freire (idem) realiza a crítica à educação formal, identificada como "educação bancária", onde o aluno é o depositário do saber do professor, do qual se espera uma postura de passividade e aceitação. Na educação bancária, o aluno só será sujeito quando "souber" o mesmo que o professor. Para Freire, a educação deve ser efetivada como prática de liberdade, que por sua vez identifica-se a uma prática coletiva. Nesse sentido, a educação é um processo coletivo. A prática pedagógica na escola deve ser construída na perspectiva da relação entre educadores-educandos e educandos-educadores. Nesse processo, Freire (idem) considera que o pensar crítico se faz com o outro, no mundo.

A linguagem¹¹ foi enfatizada por Freire (1996:79) na dimensão do diálogo. "O diálogo é uma exigência existencial... não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro". E continua: "como posso dialogar, se me sinto participante de um 'gueto' de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são 'essa gente', ou são 'nativos inferiores?'" (idem:80) Para Freire

"nosso papel [do educador] não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer 'bancária' ou de pregar no deserto" (1996:87).

A meu ver, essa influência da educação popular marcada por Freire levou-nos a pensar o trabalho com grupos como um espaço de construção da cidadania e da democracia, como uma ação pedagógica, como ação educativa. Nesse sentido, o principal "instrumento" utilizado pelos Assistentes Sociais no trabalho com grupos tem sido a linguagem. O nome "trabalho com grupos" (na década de 80 e no início da década de 90) foi preterido em prol

11 Também na década de 80, Iamamoto (1982) afirmou que a linguagem é um "instrumento" do Assistente Social (Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, Iamamoto e Carvalho, 1982).

da denominação "educação popular" e da identificação do Assistente Social enquanto um educador¹².

No entanto, pelo estudo empreendido sobre Kurt Lewin, Pichon Rivière, Carl Rogers, Silvia Lane, posso afirmar que o trabalho com grupos possui uma dimensão pedagógica. O trabalho com/em grupos pode resultar em mudança e transformação, pode resultar em criação. A mudança, a transformação, a criação revelam processos de aprendizagem, por exemplo: de novos valores (mudança de valores), construção da consciência crítica (ação transformadora), construção de movimentos sociais (ações que criam novas formas de mobilização, reivindicação, organização). Por outro lado, os modelos (presentes nas produções teóricas dos autores citados acima, exceto Lane) para se atingir ou construir uma ação pedagógica foram apresentados como referências que apontavam a necessária compreensão do grupo atuando, agindo¹³.

Mencionei a importância da linguagem como uma habilidade considerada necessária aos Assistentes Sociais. Nesse aspecto, é importante realizar a seguinte reflexão: na sociedade contemporânea, a razão tem sido alvo de críticas ferozes, desde Nietzsche, passando por Dilthey até Foucault, Deleuze, Guattari. A dimensão da linguagem verbal tem sido preterida pela dimensão da expressão corporal (Russo, 1993), pela linguagem do corpo, dos afetos, das sensações, dos sentimentos. Assim, o trabalho com grupos também é atravessado por essas demandas. Nosso trabalho enquanto docentes também o é. Constatamos que não temos refletido suficientemente sobre essas demandas. Talvez seja necessário fazê-lo, até mesmo para dialogarmos com as novas gerações que se candidatam ao curso de Serviço Social.

4. PROBLEMATIZAÇÃO DO TRABALHO COM GRUPOS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

A meu ver, a questão que se coloca para o trabalho com grupos no Serviço Social é: **"construir uma forma própria de**

- 12 Contudo, na década de 90 com a educação popular em "crise" (nota de rodapé número 10) e com a emergência de modelos que recriam o trabalho com pequenos grupos com novas denominações na sociedade capitalista (oficinas, work shops etc), essa noção do trabalho com grupos (no Serviço Social) identificado à educação popular, tende a regressão.
- 13 Kurt Lewin cunhou o termo "dinâmica do grupo", cuja observação era relevante para compreender o grupo. Pichon Rivière criou o instrumental "Grupo Operativo" como meio de deflagrar um processo de aprendizagem. Carl Rogers criou a estratégia de facilitação conhecida como "Grupo de Encontro", onde a deflagração do movimento no grupo ocorria pela "não-diretividade" do facilitador.

compreensão e trabalho com grupos na atualidade seria reeditar o Serviço Social de Grupo? Tenho argumentado no sentido da necessidade de construir habilidades profissionais capazes de atender as demandas institucionais (adoto a compreensão de Pontes descrita no item 2). Um aspecto interessante é que tanto Guerra como Pontes constroem respectivamente uma fundamentação teórica para a apreensão da instrumentalidade do Serviço Social e para a "utilização" metodológica da categoria mediação no Serviço Social. No texto de Guerra como no texto de Pontes, os autores fazem referência à intervenção profissional, embora em ambos os casos, operem, respectivamente, uma desconstrução da compreensão "vulgar" desses dois temas – instrumentalidade e mediação – no Serviço Social, construindo uma apreensão fundamentada no método dialético e na tradição marxista inspirada em Lukács. Nos dois autores, a dimensão das habilidades está imbricada à racionalidade crítico-dialética. Especificamente na categoria de mediação, Pontes argumenta quanto ao caráter das mediações entendidas em sua dimensão ontológica e ao caráter das mediações enquanto expressão reflexiva do ser social "captada/construída" pela razão. Esclarece a respeito da relação singularidade/particularidade/universalidade, enfatizando a dimensão da particularidade como meio de reconstrução do objeto de intervenção do Serviço Social. O singular enquanto imediatez "encobre"¹⁴ as mediações que permitem a relação com a totalidade social (dimensão da universalidade). Através da dimensão da particularidade torna-se possível a relação singularidade/totalidade social, tornam-se possíveis algumas mediações.

Pergunto-me se a compreensão do trabalho com grupos a partir da fundamentação crítico-dialética que informa o Serviço Social seria uma possibilidade de construir mediações, particularizando uma habilidade profissional requerida, demandada ao Assistente Social. Nesse sentido, volto à questão apresentada no item 1: por que a aproximação ao referencial crítico-dialético, através dos conteúdos das disciplinas oferecidas, não constrói algumas habilidades requeridas ao Assistente Social, como, no caso, o trabalho com grupos? A hipótese que levanto é: **a construção de habilidades requer um conjunto de conhecimentos capazes de realizar a mediação entre o singular e o universal**. Nesse sentido, a construção de habilidades para o trabalho com grupos requer conhecimentos sobre a expressão dos grupos sociais na sociedade contemporânea e os fenômenos que lhes atravessam. Continuando nessa linha de argumentação, acrescento: **a construção de**

H Utilizo o termo entre "aspas" porque o singular em relação com a totalidade possibilita a construção de mediações.

habilidades para o trabalho com grupos no Serviço Social oferece uma dimensão qualitativamente diferente de outras habilidades construídas em outras profissões, o que distingue a forma de trabalhar com grupos no Serviço Social, da forma de trabalhar com grupos, por exemplo, na Psicologia Social. No entanto, como o Serviço Social formulou precariamente suas compreensões sobre os grupos sociais e não se dedicou preferencialmente a essas questões, pelo menos nos últimos quinze anos, torna-se necessário conhecer o que outras profissões têm produzido nessa área de conhecimento.

Essas questões levam-me a pensar que, embora a lógica formal-burguesa privilegie a busca por modelos de intervenção, deslocando-os de suas fundamentações teóricas, cada modelo de intervenção, seja junto aos indivíduos, aos grupos, ou a apreensão de habilidades específicas (orçamento participativo, planejamento estratégico, consultoria, assessoria) possui um conhecimento que o informa, ainda que "encoberto". Desse modo, as habilidades, para serem construídas, precisam ser "pensadas", "conhecidas", precisam de uma racionalidade que as informe, como diz Guerra. **Mas, quais conhecimentos geram determinadas habilidades?**

Vimos que as sistematizações realizadas pelo Serviço Social apresentam-se insuficientes em relação a uma formulação teórica consistente.

Identifico a Psicologia Social como uma das disciplinas que tem avançado nas formulações teóricas sobre o trabalho com grupos na sociedade contemporânea. A Psicologia Social caracteriza-se como uma "interdisciplina" entre a Psicologia e a Sociologia. As formulações da Psicologia Social buscam compreender a relação sujeito/sociedade. Assim, se nos apresentam as produções de Sílvia Lane¹⁵ (psicóloga social brasileira) e Pichon Rivière (Psicólogo Social nascido na Suíça, mas radicado na Argentina, país onde realizou sua produção intelectual)¹⁶.

Entendo que a apropriação da Psicologia Social, para aplicá-la ao trabalho com grupos no Serviço Social, não satisfaz nossa busca pela construção de habilidades profissionais.

Por outro lado, a tradição marxista tem sido apropriada pela profissão através do exercício de alguns intelectuais, que são uma referência importante para o Serviço Social. Uma característica que observei em Guerra e Pontes é que o aprofundamento na teoria social marxista foi realizado pela desconstrução (pela crítica) às

15 Lane (1988) compreende o grupo enquanto "processo grupal" construído historicamente, marcado pela inserção na sociedade, pelas determinações econômicas, sociais e culturais.

16 Pichon Rivière busca compreender o movimento de inserção do sujeito no grupo e a relação dialética presente nesse movimento.

formulações "vulgares" existentes na profissão e empreendidas pela maioria dos Assistentes Sociais. Nesse caso, parece-me que a apropriação da Teoria Social marxista tem-nos conferido habilidades para desconstruir as intervenções realizadas no Serviço Social, abrindo espaço para críticas, questões e indagações quanto à viabilidade de novas propostas de intervenção. O Serviço Social é uma profissão interventiva, sentimos a necessidade de construir proposições que orientem sim, mas que também *fundamentem* o nosso fazer profissional.

O esboço que visualizo para trabalhar as questões apresentadas é o seguinte:

- 1) Aproximação à teoria social marxista – escolher o autor (ou os autores);
- 2) Construção de uma compreensão acerca dos grupos na sociedade contemporânea – pesquisar e recorrer aos autores marxistas que trabalharam com essa questão;
- 3) Dialogar com a disciplina "Psicologia Social" e com outras disciplinas identificadas durante a pesquisa;
- 4) Construir uma compreensão teórica, a partir da pesquisa realizada, que aponte alguns pressupostos para o trabalho com grupos no Serviço Social, que seja capaz de contribuir para construir/gerar as habilidades teórico-técnico-operativas necessárias ao Assistente Social na intervenção junto aos grupos.

RESUMO FINAL

A construção de habilidades teórico-técnico-operativas é uma necessidade que se manifesta no Serviço Social. É uma questão sobre a qual nos temos debruçado, no exercício intelectual de compreender nossa inserção na sociedade, de "decifrar" as demandas que nos são apresentadas e na "eleição" (construção) dos horizontes com os quais desejamos trabalhar. A perspectiva de formular/expressar uma racionalidade que propicie a construção dessas habilidades coloca-nos a reflexão acerca dos conhecimentos necessários à construção de determinadas habilidades, como em nosso caso, do trabalho com grupos.

A construção das habilidades utilizadas pelo Serviço Social é também uma construção teórica a partir do paradigma teórico-técnico-ético-político construído pela profissão na direção social marxista. É uma construção específica que implica na problematização dos instrumentos até então utilizados historicamente pelos Assistentes Sociais. É uma construção complexa se considerarmos

a herança pragmática da profissão que vem sendo transformada paulatinamente.

Esse artigo participa dos esforços já empreendidos e tem como horizonte contribuir na tarefa iniciada e orientada pela "Intenção de Ruptura" (Netto, 1991) para a construção de habilidades – em especial as habilidades para trabalhar com grupos – que nos permitam uma inserção competente na sociedade brasileira contemporânea, que fortaleça as perspectivas progressistas, o pensar crítico e os movimentos de contestação.

BIBLIOGRAFIA

- CERQUEIRA, G.C. *Modelos técnicos do Serviço Social com Grupos – adaptação ou transformação?* São Paulo, Cortez, 1981.
- DELEUZE, G. *Conversações* Rio de Janeiro, Editora 34, 1996.
- DEL GAUDIO, M. O. M. Cultura popular e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade* ano 3, nº 8. São Paulo, Cortez, março/1982.
- FOCALUET, M. *Microfísica do Poder* Rio de Janeiro, Graal, 1995, 11ª Edição.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, 23ª Ed.
- GADOTTI, M. (org). *Paulo Freire – Uma Bibliografia*. São Paulo, Cortez/UNESCO, Instituto Paulo Freire, 1997.
- GADOTTI, M. e TORRES, C. (orgs). *Educação Popular – Utopia Latino-americana* São Paulo, Cortez e Ed. USP, 1994.
- GARCIA, P.B. e outros. *O Pêndulo das Ideologias. A Educação Popular e o desafio da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular* São Paulo, Cultrix, 1977.
- GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social* São Paulo, Cortez, 1995.
- IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, CELATS/Cortez, 1982.
- KISNERMAN, N. *Serviço Social de Grupo*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- KONOPKA, G. *Serviço Social de Grupo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- LANE, S. O Processo Grupal. *Psicologia Social: o homem em movimento* São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MAGALHÃES, M. C. S. Educação popular e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade* ano 3, nº 6. São Paulo, Cortez, setembro/1981.
- LEWIN, K. *Problemas de Dinâmica de Grupo*. São Paulo, Cultrix, s/data.
- NETTO, J. P. *Didática e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo, Cortez Editora, 1992.
- NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social e Sociedade* nº 50. São Paulo, Cortez, 1996.
- NIETZSCHE, F. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral – um escrito polêmico*. S. P., Brasiliense, 1988.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

RIVIÈRE, E. P. *O Processo Grupal*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

RODRIGUES, M.L. *O trabalho com grupos e o Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1984.

ROGERS, C. R. *A pessoa como centro*. São Paulo, E.P.U., 1977.

_____. *Grupos de Encontro*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

RUISSO, I. *O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1993.

Deixe aqui
um other crítico

O ACESSO NA DIMENSÃO DA UNIVERSALIDADE E EXCLUDÊNCIA: UM ESTUDO DAS DEMANDAS DOS USUÁRIOS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO HU/UFJF.

Autá Stephan-Sousa*

RESUMO

Este ensaio retrata as primeiras aproximações de uma pesquisa sobre o acesso dos usuários no interior do HU/UFJF. Discute a relação SUS e a operacionalidade de seus princípios no hospital de ensino. Tem aporte no conceitos de universalidade, exclusão e questão social relacionados à acessibilidade que pressupõe disponibilidade, capacidade financeira, adequação entre oferta e demanda e aceitabilidade dos usuários frente à qualidade dos serviços públicos de saúde.

Palavras-chave: acesso ao serviço público, acessibilidade no hospital de ensino, operacionalidade dos princípios do SUS.

ABSTRACT

This essay presents a exploratory data results of the research about the access profile of Unified Health System (SUS) users within the University Hospital of Federal University of Juiz de Fora, Brazil (HU/UFJF), and their demands. It also discusses SUS operationality faced against their principles in the context of a teaching reference hospital.

In the framework of the quality evaluation of public health services, the paper discusses social issues like universality and exclusion, related to aspects of accessibility and disponibility, financial support, adequacy between demand and services offered, and also the satisfaction with the care offered.

Key words: accessibility, public health services, teaching hospitals, health education, Operacional Research on Health Systems, Unified Health System principles.

* Professora Visitante e coordenadora do programa de Residência em Serviços Sociais da FSS/UFJF. Doutora em Saúde pública ENSP/RJ.

Este ensaio decorre de uma primeira aproximação com os dados obtidos no projeto de pesquisa – *Saúde e Pobreza: o acesso na dimensão da universalidade e exclusão – um estudo das demandas dos usuários* do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF).

A pesquisa foi realizada em hospital universitário de referência no atendimento à saúde em Juiz de Fora e cidades vizinhas, voltado a uma população estimada em dois milhões e quinhentos mil usuários, sendo importante pólo de assistência e de produção de conhecimentos. Este hospital atende a 300 usuários/dia, realiza 270 internações /mês e o número de consultas ambulatoriais/ano é de aproximadamente 90 mil usuários.

Este estudo veio ao encontro de uma série de interesses complementares. Primeiro, congrega-se ao NUTRESS - Núcleo de Trabalho e Seguridade Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF, que aprovou o Programa Saúde Coletiva em 1998, para realizar estudos avançados sobre os determinantes da política de saúde. Segundo, responde à demanda da direção do Hospital Universitário que solicitou à Chefia do Serviço Social uma pesquisa para traçar o perfil dos usuários deste hospital e avaliar a qualidade de seu atendimento.

Este conjunto de interesses delimita nosso trabalho, que tem aporte nos conceitos de universalidade, exclusão e questão social, relacionados à situação do acesso dos usuários ao sistema público de saúde: *Universalidade* – princípio básico do SUS que assegura o direito de toda a população brasileira a ter acesso à saúde; *Exclusão* – conceito que significa recusa, privação e impossibilidade de receber atendimento; *Questão Social* – conceito que permite situar as condições da fração da população que permanece desempregada, destituída de seus direitos e desprotegida em relação à política de Seguridade Social. Pretendemos apontar algumas das contradições relacionadas a estes conceitos e discutir o potencial do atendimento neste hospital de ensino, pesquisa e assistência médico-social.

SERVIÇO SOCIAL E OS DIREITOS DOS USUÁRIOS

A produção de conhecimentos do Serviço Social no seio do debate contemporâneo das ciências sociais e presente também no interior das práticas em saúde se ressentem com a ausência de estudos

que reflitam a relação conceitual entre os elementos *social* e *biológico*, a partir de análise sobre as demandas dos usuários do sistema de saúde. Em geral a ênfase é dada ao elemento biológico, enquanto o elemento social é colocado em plano secundário e, todavia, de forma latente, este continua a interferir em aspectos essenciais presentes no atendimento da saúde/doença.

Por esta razão, visualiza-se a necessidade de intensificar análises em áreas como os hospitais universitários, que reúnem condições propícias para compreender a realidade do usuário e também dos profissionais de saúde no campo. Esses hospitais são tratados com especificidades junto ao Sistema Único de Saúde, podendo contribuir para ampliar a qualidade do serviço público. Os estudos relativos ao atendimento dos usuários e suas demandas carecem de análise, daí a importância em avaliar as condições do *acesso aos serviços de saúde*, transformado em categoria de análise, interligado às políticas de saúde e aos quadros reais de desigualdade social e pobreza.

Parte-se da afirmativa provisória de que a população usuária e significativa parcela dos profissionais de saúde desconhecem a política sanitária oficial, assim como as condições acima enumeradas referentes aos elementos sobre *acesso aos serviços de saúde*. A opção pelo estudo da categoria "*acesso*" tende a reforçar a posição dos usuários como sujeitos de direito, núcleo na afirmação da cidadania. A reflexão sobre a categoria "*acesso*" levanta indagações sobre os elementos *disponibilidade, adequação funcional, aceitabilidade, origens das representações sobre saúde e doença*, oferecendo condições para aprofundar de forma conjunta estas discussões.

O problema da pobreza e suas seqüelas, tais como carência nutricional e destituição generalizada, requer que se analise, antes de tudo, a questão da iniquidade social com respeito à raça, nível de emprego, gênero, escolaridade entre outros. O estudo sobre "*acesso*" recoloca o usuário como elemento nuclear da política de saúde.

A intenção em desenvolver este estudo atende a dois objetivos: um individual – conhecer a inserção do HU frente ao sistema regional e implantação do SUS, e outro institucional – atender a solicitação da direção do HU, interessada em mapear a origem e conhecer as demandas dos usuários e a qualidade do atendimento oferecido.

Este é também um tema importante para o Serviço Social em razão de sua potencialidade em relacionar questões do direito do usuário com o serviço de saúde e possibilitar a investigação das forças hegemônicas, das estratégias, das origens e da disponibilidade dos financiamentos e dos recursos institucionais, da adequação

funcional, do grau de aceitabilidade e da percepção do hospital como pólo de referência dentro da hierarquização proposta para os serviços de saúde. Além disto, os estudos sobre a avaliação dos indicadores de renda, trabalho, moradia, seguridade, consumo e das representações sociais (de usuários e profissionais) sobre a demanda podem, juntamente com as informações anteriores, contribuir para fortalecer o processo de construção da interdisciplinaridade, permitindo a transposição de conhecimentos e a discussão entre os diferentes profissionais dos dados essenciais à compreensão do binômio saúde-doença na relação com os serviços de saúde.

O Serviço Social historicamente tem encaminhando negativas às formas de exclusão e discriminação, postando-se na defesa do fortalecimento dos sujeitos sociais. Alguns teóricos do Serviço Social apontam a insuficiência de estudos sobre a demanda dos usuários, situando que o trabalho do Serviço Social é em geral realizado com base nas representações dos profissionais sobre o usuário e não sobre a direta captação de dados concretos. Estas representações sobre os usuários estão carregadas de valores, interpretações simbólicas e ideológicas influenciadas por formação cultural que pode diferir da cultura do usuário. O desconhecimento ou desvalorização dos aportes da cultura, na identificação dos símbolos construídos coletivamente sobre saúde e pobreza sustenta também a importância em realizar este estudo e rever anteriores e novos conceitos.

Pensamos, ainda, poder contribuir para alargar a compreensão da política de saúde na relação com o hospital universitário, de tal forma que os processos, as fragilidades e as perspectivas possam ser desvendadas para facilitar as formas iniciais de controle social. O controle social, antes de ser compreendido como coerção e fiscalização, deveria ser visto como presença e participação nas decisões políticas no âmbito da saúde, para a mudança gradativa do perfil, freqüentemente passivo, do usuário de saúde.

A promoção do desenvolvimento social agregado às medidas da política econômica precisa incorporar os pobres (ou os usuários) como sujeitos e não somente como objetos de intervenção. Isto implicaria, considerando a política de saúde, ultrapassar a concepção de satisfação das necessidades básicas de saúde para ativar a concepção de direito, alterando fundamentalmente a constituição das formas de acesso e demanda a estes serviços.

Analisar a questão "acesso" implica dimensioná-la junto à inclusão e exclusão, universalização e focalização, financiamento e controle social, articulação público e privado, cidadania e direitos sociais, todos considerados como elementos indissociáveis. Alguns desses elementos sempre fizeram parte da preocupação central do

Serviço Social enquanto que outros, tais como recursos e financiamentos, necessitam ser melhor apropriados.

O exame dos dados contidos no Anuário Estatístico do IBGE de 1996, levou-nos a identificar que um percentual significativo dos recursos públicos de saúde estão alocados nos hospitais universitários, decorrendo daí a razão de nosso interesse em investigar como estes usuários percebem os elementos da categoria *acesso* na relação entre disponibilidade e aplicação dos recursos. O número de atendimento público e privado em Saúde (natureza do prestador, número de internações, gastos, taxas de mortalidade e taxa de permanência hospitalar) motiva buscar os dados sobre demanda, que poderão fornecer elementos elucidativos sobre a categoria "acesso" em todas as suas derivações.

A análise da Reforma Sanitária induz questionar a relação *acesso* e universalização/excludência tendo em vista a articulação público e privado, reforçando o interesse em oferecer dados efetivos sobre estas relações no hospital universitário, visto como tipo especial de prestador de serviço de saúde. Este hospital está afeto diretamente à interferência das formas de financiamento, e a constituição progressiva de controle social poderá viabilizar a avaliação do poder institucional em suas várias esferas.

É importante que este estudo reflita a realidade do hospital universitário, local por excelência de divulgação de conhecimentos, onde deve ser incluída a reflexão sobre a formação dos profissionais dentro da perspectiva interdisciplinar, relacionando os elementos política de saúde, pobreza e direitos sociais.

O enfoque da questão social contemporânea situa a exclusão e o não exercício dos direitos sociais, como eixos a exigir o conhecimento e análise sobre a inter-relação e complementaridade dentro do quadro sanitário brasileiro. Correlacionar estas questões com o *acesso* aos serviços de saúde, pode ajudar a compreender a situação da demanda real da população e demonstrar como o hospital universitário da região Sudeste do Brasil responde às necessidades sociais e biológicas trazidas pela população.

O Estado brasileiro em crise fiscal e administrativa enfrenta crescente demanda para sustentar um modelo de assistência à saúde que contemple as expectativas geradas no processo de implantação do SUS e viabilizar de fato uma política que se encontra polarizada entre as discussões de assistência pública e privada, de universalização e excludência, de controle social e formas de descentralização e democratização dos serviços. O registro do posicionamento do usuário é imprescindível para recompor o quadro atual de avanço ou retrocesso da política de saúde.

Todos estes elementos presentes na política de saúde constituem aspectos das políticas sociais que envolvem em princípio escolhas, assim definidas por Santos

"toda política social constitui, a rigor, uma metapolítica, fornecendo o princípio que permite ordenar escolhas trágicas. O reconhecimento de que toda política social ordena, escalona, escolhas trágicas, implica o reconhecimento de que na prática, toda política social tem custos..." (Santos, 1993:34).

O nosso intuito seria o de buscar o significado das escolhas, da política redistributiva e dos custos da universalidade de acesso, conforme indicação da política de saúde oficial. Os estudos atuais da realidade brasileira sobre a questão social relacionados ao acesso aos serviços de saúde apontam algumas contradições a serem analisadas, tais como os indicativos de diminuição da pobreza conjugados a outros de inclusão/apartação social. Outras contradições a serem desveladas: a universalização da cobertura ou focalização segmentada, o mix da relação público /privado e seguros de saúde, a captação setorizada de recursos e financiamentos, que em geral permanece desconhecida para o conjunto dos profissionais de saúde, e, principalmente aos usuários. A pretensão em democratizar estes dados essenciais para se compreender a direção dada ao elenco das prioridades em saúde, justifica também o interesse deste estudo.

Partindo destas considerações iniciais, iremos analisar o significado do *acesso à política de saúde* avaliando as representações, abordando elementos da questão social captados no diálogo concreto, levantando os dados convencionados que atestam a situação do desemprego, pobreza, proteção social e afirmação ou não dos direitos sociais. Em nenhum momento da história do Brasil, a política social encontrou tanto acolhimento como na constituição de 88 e entretanto, Vieira aponta para uma

"...política social sem direitos sociais, já que poucos destes direitos estão sendo praticados...e o mais grave é que os direitos sociais sofrem tão clara e sinceramente ataques da classe dirigente, depois de 1995, em nome de algo que se pode intitular de neoliberalismo tardio". (Vieira,1997:68).

Para análise do acesso aos serviços de saúde escolhemos investigar a demanda localizada no Hospital Universitário para estabelecer suas características junto ao SUS, captar as representações dos usuários sobre necessidades básicas e verificar se estas conservam ou não a demanda de origem. Outras percepções seriam

apreendidas tais como a qualidade do atendimento, a referência ao processo de trabalho dos diferentes profissionais de saúde, a aceitação ou dúvida sobre a medicalização e tipos de exames oferecidos. Busca-se entender como os usuários se percebem como beneficiários ou cidadãos de direitos. Pouco ainda se conhece sobre a efetividade da reestruturação do sistema e a real distância entre as formulações legais e constitucionais e a universalização do acesso e direito à atenção à saúde.

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E AS CATEGORIAS ACESSO E EXCLUDÊNCIA

O exame do Anuário Estatístico do IBGE de 1996 apontou uma significativa destinação dos recursos do SUS para os Hospitais Universitários da Região Sudeste. Esta é, sem dúvida, uma motivação a mais para a realização de um estudo que enfocasse as questões do acesso *aos serviços de saúde* com vistas à análise da universalização e da exclusão, pautada nas principais discussões de autores que investigam a questão social, situando as categorias pobreza, desemprego, desproteção social e destituição de direitos. Concomitante a estas categorias, emergem outras, tais como a origem e situação dos gastos públicos e privados e as formas de financiamento e de controle social.

Os estudos sobre o SUS desenvolvidos por Carvalho e Santos (1995:63) mostram que os hospitais universitários *"integram o SUS e constitucionalmente, não se submetem à direção única do SUS, no tocante à política de saúde"*. Entretanto no caput do artigo 45 a LOAS prevê a integração dos hospitais universitários e de ensino ao SUS, mediante convênio. A necessidade do convênio é explicada por conta das universidades, autonomia esta que caracteriza a instituição como

"... infensa ao automatismo da integração do SUS nos respectivos hospitais. Disto decorre que a integração dos hospitais universitários públicos é, obrigatória, mas não automática; daí o convênio, destinado a regular especificidades desta integração. Conclui-se, então, que, se não houver convênio, a integração se dará sem ressalvas, uma vez que os hospitais universitários estão sujeitos à normatividade genérica do SUS."

Sobre a existência de convênio no HU, cabe perguntar qual seria a especificidade do convênio? Em caso contrário, não existindo o convênio, estaria o HU atuando de acordo com o texto do SUS?

Estas indagações também situam o nosso interesse sobre esta categoria. Os estudos de Giovanella e Fleury (1995,177) foram fundamentais para ampliar a nossa compreensão, dando os principais elementos nucleares de modo a tornar possível o estudo da demanda dos usuários do serviço de saúde. Estas autoras mostram que

"... a ampliação do acesso à atenção tem sido implementada através de uma série de mecanismos legais, institucionais e organizacionais, que buscam unificar e descentralizar a atenção à saúde, construindo o Sistema Único de Saúde."

Baseado no estudo destas autoras, Frenk afirma que a

"... acessibilidade, além da disponibilidade de recursos de atenção à saúde em determinado local e tempo, compreende as características do recurso que facilitam ou dificultam seu uso por parte dos clientes potenciais, o que significa considerar acessibilidade como o grau de ajuste entre as características dos recursos de atenção à saúde e as da população no processo de busca e obtenção da atenção";

Penchanski e Thomas complementa que

"... acesso é um conceito geral que sumariza um conjunto de dimensões específicas que descrevem a adequação entre os clientes e o sistema de cuidados de saúde, tais como disponibilidade, acessibilidade, acomodação, capacidade financeira e aceitabilidade". (In: Giovanella e Fleury, 1995:189).

Nossa pesquisa pretende resgatar estes elementos, considerando que compõem os indicadores referentes a *acesso*. Acrescenta-se o interesse em avaliar a correspondência entre a demanda genuína dos usuários e o que é oferecido em contraposição a esta demanda.

Cohn afirma

"... quando se busca inverter a perspectiva de análise e enfatizar a saúde da perspectiva da relação -sociedade/Estado, e portanto da constituição da esfera pública, depara-se com pelo menos duas tradições do pensamento sanitário brasileiro. Uma delas diz respeito à lacuna de estudos de natureza mais micro, que desvelem o cotidiano da relação da população com os serviços de saúde, sua representação sobre necessidades de saúde e como estas se traduzem em demandas." (1995:319).

O preenchimento desta lacuna com vistas ao reverso da relação Estado/Sociedade, pode ser estabelecido elucidando-se alguns aspectos que ajudariam a compreender esta realidade, analisando as representações da saúde e doença, das terapias e medicalização, do significado do poder institucional e das formas de reconhecimento das profissões de saúde.

Outro componente a estabelecer fundamentos a este estudo seria a relação entre universalização e excludência e segundo *Giovanella e Fleury*

"... a universalização alcançada, (...) tem sido caracterizada como excludente pois o movimento de inclusão de camadas populares não contribuintes da Previdência Social foi acompanhado por mecanismos de racionamento dos gastos, com conseqüente deterioração da atenção prestada, o que teria levado à auto-exclusão das camadas médias do sistema de atenção público, propiciada pela difusão de novos mecanismos de financiamento, os planos de saúde privados" (1995:177).

Esta investigação intenciona identificar aspectos da universalização excludente, pretendendo analisar se a exclusão se limitaria ao usuário de maior poder aquisitivo ou também atingiria as parcelas aquém dos limites estabelecidos pela linha de pobreza.

Para isto valoriza-se a obtenção dos dados referentes à questão social, principalmente os que caracterizam renda, ocupação, desemprego, educação, seguridade e percepção dos direitos. A questão social sob ângulo da pobreza é vista por *Abranches* como sendo

"... destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar"(*Abranches*,1985: 30).

Esta visão é acrescida por *Yasbeck*, quando aponta que

"... a pobreza é uma face do descarte de mão-de-obra barata, que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro contemporâneo. Expansão que cria a população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia"(*Yasbeck*,1993:63).

Os pobres, para sobreviverem, consomem mais horas de trabalho subtraídas inclusive dos cuidados com a saúde. Esta

investigação quer aprofundar esta afirmativa ao caracterizar o universo social e econômico da população-usuária.

Para identificar elementos ligados ao financiamento à saúde chama-nos a atenção alguns aspectos apontados por Carvalho e Santos

... afora as questões estruturais, outros fatores vêm agravando a questão do financiamento da seguridade social, como por exemplo a centralização do sistema de saúde e de assistência social, quando a Constituição garantiu a descentralização política dessas ações e serviços; o acesso descentralizado sem a correspondente contrapartida financeira; o empobrecimento da sociedade, com aumento da demanda por assistência sem o correspondente aumento da oferta de serviços; a política recessiva, que diminui a arrecadação dos tributos e contribuições sociais; a retração dos Estados e da União (orçamento fiscal) na sua contribuição para o financiamento da saúde" (1995: 217).

Mesmo tendo conhecimento de que o repasse do orçamento financeiro não é automático para os hospitais universitários seria importante localizar as suas origens e como o HU se destaca junto ao orçamento estabelecido com o SUS, ou quais seriam as diferenças, considerando-se também as dificuldades estruturais e conjunturais encontradas.

Dominguez Ugá (1995,199) listou algumas formas de incentivo operadas para transferências financeiras junto aos hospitais tais como

... a eficiência técnica, a qualidade dos serviços prestados além de outros recursos adicionais como o grau de previsibilidade dos fluxos financeiros, o grau de redistribuição das transferências financeiras entre unidades assistenciais e as transferências prévias ao momento de prestação dos serviços ou posteriormente a eles, se constituindo em uma relação de compra e venda entre prestador e órgão financiador".

Visto sob a ótica do SUS, seria importante mapear com se comporta um hospital com as características do HU e quais as conseqüências diretas para qualidade do atendimento à população. Dada a situação nacional de ajuste fiscal, de precário atendimento aos dispositivos constitucionais quanto à saúde, a análise da situação financeira do HU seria essencial em estudos relacionados ao padrão de atendimento.

Outro aspecto relevante no estudo do *acesso aos serviços de saúde* diz respeito à apreensão do estágio de entendimento dos usuários a respeito do significado do controle social. Esta referência

é expressa como participação autônoma dos usuários, nos diversos espaços dos serviços de saúde, submetendo os serviços à atenta vigilância e exame, tanto dos procedimentos em saúde, como da burocracia institucional e principalmente da alocação dos recursos financeiros. Esta forma de introdução do usuário no núcleo do processo de trabalho em saúde pode ser viabilizada através do preparo dos usuários para compor Comissões de Saúde paritárias (usuários e profissionais de saúde), conquistadas para a defesa dos interesses e reforço das lutas gerais de garantia da cidadania.

○ texto do SUS inclui

"... o exercício do controle social do poder, mediante a reivindicação de medidas específicas destinadas a atender às necessidades da população, o fornecimento de subsídios às autoridades incumbidas da gestão dos serviços e ações de saúde, e controle da execução da política de saúde, incluídos os seus aspectos econômicos e financeiros". (Carvalho, Santos 1995:273).

A inserção do controle social no texto do SUS é, sem dúvida, a base de referendo à participação do usuário nas diferentes esferas do poder institucional. Entretanto, se faz imperioso escutar da parte dos próprios usuários como esta indicação está sendo representada e quais as observações sobre sua exequibilidade.

O estudo sobre o acesso aos serviços de saúde fundamenta-se nestas importantes abordagens, para oferecer algumas respostas sobre desempenho dos usuários junto aos serviços de saúde. Busca-se entender se houve ou não mudanças a respeito da conformidade, desvalia, passividade, fartamente identificadas nos trabalhos cotidianos em saúde. Em que medida a implantação do SUS tem provocado mudanças substantivas para reverter este quadro?

Os estudos no campo das representações sociais, interliga o espaço social visto como as condições concretas de vida, que envolvem desde relações sociais de produção até mecanismos institucionais de várias ordens

"[...] para explorar os significados que a vida social assume na sua dimensão pública, no espaço em que uns se encontram com outros, seja de forma direta, como nas ruas, nas praças (nos hospitais), nos rituais coletivos seja através de mediações institucionais... é através da ação de sujeitos sociais agindo no espaço que é comum a todos que a esfera pública aparece como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar saberes sobre si própria – ou seja, representações sociais". (Jovchelovitch, 1994, 71).

A definição de esfera pública, vista por Habermas

"... é o local onde os cidadãos se encontram e falam uns com outros de forma que garanta acesso a todos. É a esfera onde o princípio da transparência e prestação de contas se desenvolve. Ao mesmo tempo, implica um diálogo entre cidadãos que incorpora uma série de características ideais tais como: 1) o debate no espaço público deve ser aberto e acessível a todos; 2) as questões em discussões devem ser preocupação comuns - interesses privados não são admissíveis; 3) desigualdades de posição são desconsideradas e 4) os participantes devem decidir como iguais". (in: Iovchelovitch, 1994:64).

É evidente a diferenciação deste conceito no âmbito dos países de economia periférica. Uma significativa parcela dos usuários continua incapacitada ou apresenta limites para estabelecer os nexos existentes (econômicos, políticos e administrativos) que causam seus problemas de saúde. Para a parcela referente aos profissionais de saúde, a formação profissional é insuficiente, distante da apreensão de valores que privilegiem a humanização, o acolhimento e os direitos dos usuários. Percebe-se ao contrário, uma tendência voltada para a mercantilização do processo saúde e doença, fator impeditivo à consolidação do SUS, expressão de uma política conceitualmente democrática que nega os interesses exclusivamente privados.

A proposta de tentar compreender a teia de relações intrincadas que envolve a política de saúde na relação com os direitos sociais visa também perceber em que medida o espaço público é potencialmente acessível a todos no hospital universitário. Pode-se afirmar após observação sistemática das portas de entrada do HU que há exclusão, conceitualmente entendida como recusa ou impossibilidade real de atendimento ao usuário. A universalização alcançada ou inclusão dos não contribuintes (desempregados, trabalhadores informais entre outras categorias), foi acompanhada de profunda redução dos gastos, com restrições formais ao atendimento. O fato de a população ter baixo nível sócio-econômico, conjugada à baixa escolaridade e conformação étnica, favorece uma aceitação quase passiva do alto índice de exclusão e restrição do acesso.

Este é um dado claramente visível no HU, onde somente 43,4% do usuários obtém sucesso na marcação de consultas, enquanto 56,6% dos demandantes (usuários potenciais) fracassam nesta tentativa e sistematicamente retornam até conseguir marcar consulta. Outro dado importante a registrar, que tem implicação no alto volume de exclusão, é o fato de que o usuário, uma vez inserido permanece como "usuário cativo" e dificilmente retorna à

LIBS para o acompanhamento de rotina. Isto, além de favorecer o estrangulamento no agendamento da porta de entrada, restringe o acesso, impede a efetividade da hierarquização do sistema, provocando vícios de atendimento totalmente contrários à orientação da atual política de saúde.

Se acesso significa o grau de ajuste entre as características dos recursos de atenção à saúde e as características da população no processo de busca e obtenção desta atenção, pode-se inferir que o acesso da população ao HU está muito aquém do necessário. A urgente inversão no modelo de gestão política e administrativa é medida que precisa ser adotada, para, em consonância com a Secretaria Municipal de Saúde e respectivo Conselho, definir as bases do atendimento no HU. O ponto de partida é a definição do diagnóstico epidemiológico, para planejar a capacidade de recursos financeiros necessários, a disponibilidade de oferta de serviços adequados à busca e obtenção da atenção e a adequação na descentralização e hierarquização da atenção. Esta totalidade merece ser ativa e urgentemente considerada.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como demonstramos nas seções anteriores este estudo, que atende a finalidades de ordem acadêmica e administrativa, pretende avaliar e propor melhorias na qualidade do atendimento prestado no HU/UFJF. Tive início na identificação de problemas semelhantes no conjunto dos hospitais públicos, relacionados principalmente ao financiamento, ao acesso, e ao processo de trabalho, fatores que minimizam a qualidade desses serviços.

À identificação dos problemas abaixo enumerados acrescentamos as considerações dos usuários, que, por força de razões culturais, sociais, econômicas e educacionais reconhecem os problemas hospitalares, mas quase sempre deixam de emitir opiniões sobre a qualidade do atendimento. Uns, por ainda entenderem a assistência como bem-estar, sentem-se gratificados, enquanto outros, mesmo percebendo a deterioração dos serviços públicos de saúde a que têm acesso, recebem-na como *"o pouco que significa muito para quem não está acostumado a receber nada"*.

Algumas observações são produto da presença cotidiana nos hospitais universitários e de estudos contemporâneos que analisam os hospitais públicos, como aquelas elaboradas por A.A. Rollo, E.E. Merthy e L.C. Cecilio,¹ na direção da qualificação do trabalho

1 In: MERHY, E., ONOKO, R. 1997. *Agir em Saúde: um desafio para o público*. Hucitec.

e da assistência no interior dos hospitais públicos, propondo alternativas de superação.

Segundo estes autores, os principais problemas institucionais são: sucateamento material; inadequação de salários no setor público (dispêndio de tempo mínimo para atendimento dos pacientes do hospital público e de tempo estendido para o atendimento nos consultórios e hospitais privados); inserção parcial e conflitiva de categorias profissionais, principalmente a médica dentro do projeto SUS; descaso e desinteresse total do setor privado (ausência de contratos e convênios) com a assistência à parcela de baixo poder aquisitivo, cada vez mais empobrecida dependente dos serviços de saúde; responsabilização restrita da política pública de saúde com a capacidade instalada do serviço público, muito aquém da demanda real, e com a fragilidade da rede básica para atender as necessidades primárias da população.

Alguns desses elementos refletem-se no HU, instalado em prédio inadequado e improvisado, com problemas estruturais inclusive de fluxo e funcionamento para atender seus atuais 109 leitos, distribuídos nas Enfermarias e 23 consultórios do Ambulatório. Apesar de desenvolver trabalho com esta inadequada área física, consegue, no entanto, atender a um número significativo de alunos dos diferentes cursos acadêmicos e realizar estágios e pesquisas que garantem a qualidade da formação clínica em saúde dentro dos padrões tradicionais, cujo modelo está a exigir mudanças profundas para adequar-se às propostas do SUS.

Porém as demandas por melhorias essenciais por parte dos profissionais e residentes apontam que a gestão político-administrativa do HU precisa com urgência rever seu modelo de base economicista e neoliberal. A partir daí, abrir-se a uma administração democrática onde o movimento financeiro, as decisões essenciais no tocante às compras de materiais, de equipamentos do HU, realizados hoje via decisões unilaterais e descontínuas, possam, em futuro breve, ser compartilhadas com os integrantes da dinâmica hospitalar, de acordo com as exigências do SUS, que indica o controle social como um de seus princípios fundamentais para a gestão pública de novo tipo.

A revisão estatutária e regimental no HU/UFJF é também uma exigência, já que a estrutura vigente limita a participação democrática, com permanência das decisões em mãos de poucos. O poder institucional está reforçado, atualmente, pela presença de fundação e cooperativa de apoio que, mesmo propondo a agilização da intervenção administrativa e prestando conta formal de seus movimentos financeiros, tende a ofuscar o caminho percorrido frente às decisões tomadas. Assim, corre-se o risco de continuar a

favorecer a centralização do poder institucional em detrimento das formas mais abertas e funcionais de gestão pública.

A nova concepção de gestão hospitalar deve abrir espaços para medidas que operem o controle social democrático, contribuindo para a visão de totalidade do HU, de modo a permitir que as deliberações essenciais possam ser tomadas em consentimento. Mesmo considerando o argumento da urgência e da agilidade administrativa como justificativa do modelo vertical/centralizador ainda comum no espaço hospitalar, o modelo oposto de gestão participativa precisa ser apreendido e exercitado.

As reuniões consultivas periódicas, devem ser substituídas por reuniões deliberativas que funcionariam de acordo com as representações diretas das categorias profissionais envolvidas. Como espaço para o acolhimento das demandas e/ou sinalizações de usuários, deveria ser também composto um Serviço denominado Ouvidoria Institucional, com atribuição de contribuir com os dados oriundos das demandas, direcionando-os para a tomada de decisões e correção de seus rumos. O acesso e a universalidade receberiam benefícios diretos destas mudanças democráticas.

O acesso é também afetado pelos problemas relativos à ação profissional no hospital público, dentre eles: a prática profissional impessoal, fragmentada, desmotivada, não-envolvida com usuários e familiares, pouco integrada à política do sistema local e regional de saúde. Estas situações, também presentes no interior do HU/UFJF, justificam os constantes chamados para o resgate da humanização em seus serviços.

Apesar da inadequação física, da fragmentação da assistência e da flagrante necessidade de reversão do modelo assistencial, os dados apresentados por estudos iniciados demonstram a satisfação dos usuários com o HU/UFJF, confirmando a efetividade do atendimento e o mérito de receber a confiança por parte daqueles que conseguem ser atendidos. Esta efetividade torna-os cativos e satisfeitos, reconhecendo-se abrigados, pois daí em diante certamente têm garantida a resolutividade da maioria de seus problemas de saúde; contudo, comprovou-se durante todo o transcurso do desenvolvimento da pesquisa que os demandantes (via encaminhamentos e primeira marcação de consultas) continuam a receber alto percentual de recusa de atendimento (em torno de 60%), o que justifica e recomenda a continuidade de estudos complementares para saber para onde são canalizadas as necessidades de atendimento e os pontos de estrangulamento que reduzem o acesso dos usuários que buscam o atendimento no HU.

Salienta-se que a cidade de Juiz de Fora possui apenas dois hospitais públicos, sendo um deles o HU, dificultando as referências secundárias e terciárias de um sistema hierarquizado. A origem

histórica dos hospitais universitários de atendimento à indigência (os pobres, os deserdados, os "de fora" do sistema produtivo) leva por um lado à perpetuação do sentimento de que a população não tem direito a escolhas ou que deve aceitar de modo passivo as indicações referentes aos procedimentos, ou ainda que devem ser suprimidas ao mínimo as informações sobre sua doença, deixando-se de reconhecer que o resgate à dignidade do usuário está justamente em sua capacidade de estabelecer escolhas sobre sua doença.

O sujeito do processo saúde/doença é o próprio usuário e por isso ele tem o direito à informação pormenorizada sobre este processo. Mais uma vez imputa-se à formação flexneriana e taylorista (sinônimo de massificação e/ou cópia do processo da especialização da esfera da produção transposta para o trabalho em saúde) o distanciamento (de postura e de comunicação) entre os profissionais e os usuários; os primeiros, percebendo-se detentores de um saber e poder, continuam a decidir sobre o procedimento considerado "o melhor" para o usuário. Ressalta-se que esta prática, aprendida nos bancos universitários sobre o corpo dos "indigentes", acaba sendo reproduzida em inúmeros atos identificados no cotidiano dos serviços.

A população se submete a esses procedimentos por acreditar que está recebendo o melhor, ao ser atendida por docentes universitários, considerados os profissionais mais qualificados, e, na maioria das vezes, cala suas dúvidas, aceita as explicações simplificadas, expõe sua privacidade, em nome de uma sobrevivência às vezes aquém dos padrões mínimos de garantia da dignidade inerente a todo ser humano. O conhecimento científico não deve encobrir o direito a toda e qualquer informação acerca da própria saúde/doença, como tem afiançado a tradição flexneriana conservadora da formação em saúde.

A totalidade da população quer utilizar um sistema de saúde que se propõe universal, regionalizado, que faz da equidade e integralidade da assistência suas diretrizes básicas, conforme constata-se no texto recém editado da NOAS: "qualquer solução para esses problemas (de saúde) tem que superar as restrições burocráticas de acesso e garantir a universalidade e a integralidade do SUS, evitando a desintegração organizacional, a competição entre órgãos gestores e a conseqüente atomização do SUS em milhares de sistemas locais ineficientes, iníquos e não-resolutivos" (NOAS-SUS 01/2001). Nota-se que a política de saúde mudou, mas não o imaginário da maior parte dos usuários e profissionais de saúde.

A política de saúde indica a necessidade de reversão do processo de assistência, que, por sua vez, deve embasar-se na inversão do processo de ensino. Para tanto afirma-se a importância da apreensão de paradigmas que sustentem a metodologia de

educação em saúde, vista como sendo a principal para assegurar os princípios do SUS e resgatar os elementos básicos de se aprender a viver com saúde. Este processo de permanentes trocas contribui para que profissionais e usuários, aprendendo e ensinando juntos, compreendam o significado do fazer saúde, comprovadamente mais valioso do que agir sobre processos mórbidos já instalados.

Esta política, ao mesmo tempo em que afirma direitos, integra-se de modo subordinado à força da ideologia do mercado. Esta, ao defender os planos de saúde privados e denegrir a eficiência dos serviços públicos, provoca o afastamento de amplos setores da classe média e reforça a idéia de que o "SUS é para os pobres". Os planos de saúde, antes de se preocuparem com a saúde, querem manter fortalecida sua fatia de mercado em detrimento de serviços públicos de qualidade. Enquanto isto a população mais pobre, impossibilitada de obter um plano de saúde (sem que isso signifique, na verdade, o recebimento de melhor atendimento), sente-se protegida ao conseguir ser atendida no hospital público, que satisfaz (ao contrário das UBS) o seu imaginário de uma assistência de qualidade.

O hospital público passa, então, a ser garantia de potenciais atendimentos; os usuários tornam-se cativos (como demonstra o número de marcação no mesmo serviço especializado), estabelecem um pacto implícito com os profissionais que reforçam este comportamento e, mesmo após terem sanado a doença, não retornam aos serviços de atenção básica (70% dos serviços marcam retorno somente no próprio serviço especializado e somente 55% marcam o primeiro atendimento nos guichês da recepção).

Esta população, ao avaliar os serviços de saúde, certamente não tem a isenção necessária (em razão da situação de precariedade e não por opção), para analisar o conjunto contraditório dos objetivos da atual política de saúde, que entre tantos aspectos afirma a universalidade e integralidade dos serviços, sem proporcionar, porém, os meios para sua efetivação. Como consequência, o gestor de hospital público fica premido entre duas forças: assegurar o direito do usuário à assistência à saúde e, de modo simultâneo, resolver a precariedade das condições financeiras e organizacionais que afetam os recursos humanos e materiais, sendo talvez seduzido a considerar a "fila dupla" (pública e privada) como forma de viabilização da sustentabilidade financeira. Desta forma, o setor público está sendo, aos poucos, vencido e rendido aos subterfúgios (claros ou latentes) da concepção privada dos serviços de saúde. A introdução da lógica privada no campo da assistência médica prestada no setor público é um retorno à dualidade da cidadania segmentada.

De tudo isto pode-se deduzir, em relação à exclusão, que esta é reconhecida no HU/UFPR pelo alto percentual de rejeição

ou recusa aos demandantes nos serviços (cerca de 60% não conseguem marcar consultas). Ainda, sem concretizar a parte complementar deste estudo, podemos afirmar que, para a maioria dos demandantes, o problema torna-se insolúvel, não tendo eles para onde se encaminhar, daí a razão do retorno sistemático até conseguir a consulta necessária. Este fato, por si só, justifica a tendência em avaliar positivamente todo e qualquer procedimento referente ao serviço de saúde. As longas filas de espera, o gargalo da agenda (em número muito aquém da demanda), os retornos para o domicílio sem nenhuma perspectiva de conseguir, a curto prazo, ser atendido, ou a convicção de não conseguir o atendimento necessário na unidade básica, significa que considerável parcela de usuários com direito a ser atendida pode estar literalmente alijada do sistema de saúde, que, propondo-se universal, sofre das mazelas do reduzido ou mal direcionado financiamento público.

O presente estudo além de apontar elementos para estruturar uma nova dinâmica institucional que favoreça o acesso/universalidade oferece também alguns subsídios para efetivar esta proposta: a Recepção Integrada (RI), que objetiva a melhoria da qualidade do atendimento do usuário do HU, dando oportunidade para análises cotidianas sobre a demanda espontânea e direcionada. A RI é campo para observação da assistência oferecida pela rede de serviços de saúde do município e cidades periféricas, propiciando elementos para o diagnóstico permanente da saúde.

A RI deve ser integrada por profissionais de saúde das áreas biológicas e psico-sociais, sendo um campo de trabalho importante tanto para o ensino quanto para a assistência, facilitando o conhecimento entre as disciplinas profissionais acerca dos recursos e equipamentos oferecidos pela rede de serviços sócio-sanitários. É um espaço de permanente intercâmbio, onde as trocas profissionais têm o sentido de proporcionar assistência de melhor qualidade aos usuários, complementados pelas experiências acumuladas no trabalho em saúde.

A RI, sem dúvida, poderá para qualificar o trabalho em saúde do HU ao contribuir para a proposta de humanização do serviço e de integração com a rede de serviços, podendo oferecer respostas aos usuários sobre a inter-relação das políticas de Seguridade Social, no tocante à Saúde, Previdência e Assistência. A efetivação da RI poderá minimizar o sentido de excludência que sofre o usuário ao não conseguir atendimento imediato, não sabendo para onde se dirigir quando desconhece ou conhece muito, os limites dos equipamentos biológicos/sociais que o município pode oferecer. Os profissionais de saúde treinados podem oferecer uma escuta ampla e tomar providências no sentido de reduzir a excludência em atendimento à proposta do SUS.

A RI objetiva oferecer acolhimento aos usuários que demandam o HU através de: análise da demanda espontânea, da referência e contra referência às UBS, Institutos e Policlínicas de JF; oferecimento de alternativas de atendimento de acordo com os recursos do Sistema de Saúde de JF; identificação dos usuários que demandam o HU provenientes de cidades periféricas; identificação da situação local, principal demanda, tipo de serviços oferecido e carências apresentadas; interferência na agenda interna do HU, quando a situação de saúde assim exigir; e oferecimento de subsídios ao Planejamento e Organização Hospitalar.

Acrescenta-se a proposta de criação da Unidade Básica Centro (UC) que objetivaria primeiramente atender uma demanda sem cobertura das áreas próximas ao HU, contribuindo para hierarquizar o atendimento ambulatorial, sendo então criada ou remodelada esta unidade básica centrada em local estratégico. Esta unidade poderia ser dirigida pela UFJF, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, com oferta de serviços que substituirá os atualmente oferecidos no interior do HU, aberta a campos de Estágio e programas de Residência relacionados aos diferentes cursos, coerente com as mais novas propostas da Reforma Curricular na área da Saúde, que aponta para a importância de colocar os alunos, logo ao entrar para a universidade, em contato com a realidade sócio-sanitária da população e assim ampliar a concepção sobre o processo de saúde/doença. A UC deverá ser intrinsecamente ligada à RI, observando os principais objetivos descritos em relação a esta proposta.

Este estudo terá continuidade no sentido de compreender a teia de relações intrincadas que envolve a política de saúde na relação com os direitos sociais. Quer também perceber em que medida o espaço público é potencialmente acessível, em atendimento ao conjunto das dimensões que implicam a adequação entre usuários, hospital e sistema assistencial, referente à disponibilidade, capacidade financeira, aceitabilidade e confiança na qualidade dos seus serviços.

Daí advém a certeza da inserção seminal desta pesquisa que resultará na produção de outras complementares, que poderão trazer contribuições à rede do sistema de saúde em seus múltiplos aspectos, sempre provisórios frente ao contexto dinâmico que cerca a política de saúde.

Para isto busca-se enumerar os entraves e as possibilidades no sentido de reafirmar a universalidade e propor a redução drástica da exclusão em relação à assistência no hospital universitário, visto como parte fundamental de uma totalidade – sistema regional de saúde – na afirmação do modelo SUS.

- CAMPOS, G. 1988. *Os médicos e a política de saúde*. Hucitec. Ed. SP.
- _____. 1989. *Planejamento sem Normas*. Hucitec. Ed. SP.
- ABRANCHES, S.H. 1985. *Os despossuídos*. Zahar. Ed. RJ.
- BRAVO, M.I. 1996. *Serviço Social e a Reforma Sanitária*. Cortez Ed. SP.
- CAMPOS, G.W. 1988. *Os médicos e a política de saúde*. Hucitec Ed. SP.
- _____. 1989. *Planejamento Sem Normas*. Hucitec Ed. SP.
- CARVALHO, G., SANTOS, L. 1995. *Sistema Único de Saúde*. Hucitec Ed. SP.
- CORDEIRO, H. 1991. *Sistema Único de Saúde*. Ayuri Ed. ABRASCO. SP.
- CONH, A. 1995: *Saúde e Cidadania: Análise de uma experiência de Gestão Local*. In: *Política de Saúde: O público e o Privado*. Ed. FIOCRUZ.
- EIBENSCHUTZ, C. (org). 1995. *Política de Saúde: o público e o privado*. Ed. FIOCRUZ. RJ.
- FREITAG, B., PORTELLA, E. et al 1992. *Interdisciplinaridade*. In: *Revista Tempo Brasileiro*. RJ.
- GIOVANELLA, L. FLEURY S. 1995. Universalidade da atenção à Saúde: Acesso como categoria de análise. In: *Política de Saúde: o público e o privado*. Ed. Fiocruz. RJ.
- HERZLICH, C. 1991. A Problemática da Representação e sua utilidade no Campo da Doença. In: *Revista Physis* vol 1, nº 2.
- JOVCHELOMITCH, S. 1994. *Textos em Representações Sociais*. Ed. Vozes. RJ.
- MERHY, E., ONOKO, R. 1997. *Agir em Saúde: um desafio para o público*. Ed. Hucitec. SP.
- MINAYO, C., SANCHES O. 1993. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? In: *Revista de Saúde Pública*. Vol. 9, nº 3, pág 239. ENSP/FIOCRUZ/RJ
- SPOSATI, A., FALCÃO, M., FLEURY. 1989. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. Cortez, ed SP.
- UGÁ, M.D. 1995. Transferencias financieras a Unidades Sanitarias y sus Incentivos sobre los Prestadores de Servicios de Salud. In: *Política de saúde: o público e o privado*. Ed. Fiocruz.
- VEIRA, E. A. 1997. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: *Serviço Social e Sociedade* nº 53. SP. Ed Cortez.
- YASBECK, M.C. 1993. *Classes subalternas e assistência social*. SP. Ed. Cortez.

“DECIFRA-ME OU TE DEVORO”

NOTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SINDICAL NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

Ana Livia de Souza Coimbra*

RESUMO

Este artigo, incorporando a constatação de transformações substantivas nas sociedades capitalistas contemporâneas, enfatiza as características assumidas pelo movimento sindical no Brasil, no período recente, destacando a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tomando como premissa que o contexto de crise vivenciado pelo capital alcança impactos na organização do processo de trabalho, na constituição da força de trabalho, do mercado e das concepções e práticas sindicais, problematizam-se algumas características assumidas pela central sindical em questão, que sugerem a adoção de um “novo estilo” sindical.

Palavras-chaves: crise do capital; sindicalismo; prática política.

ABSTRACT

This article emphasizes the characteristics of the trade union movement in Brazil, specially the Central Única dos Trabalhadores (CUT). It will consider the important changes occurred in the contemporary capitalist societies. Some characteristics of the CUT that suggest the adoption of a new trade union style will be discussed, considering that the crisis of the capitalism caused an impact in the work process, in the work process, in the constitution of the labor force, in the market, and in practices political.

Keywords: Crisis of the capitalism; trade union; political practice.

* Doutoranda em Serviço Social, professora do Departamento de Política de Ação do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFF.

*"É que tudo o que tange ao movimento operário,
à sua situação atual ou à sua história recente suscita hoje,
na melhor das hipóteses, um desinteresse educado,
quando não uma hostilidade declarada.
Ocupar-se do movimento operário faz você passar, geralmente,
por um utópico atrasado que,
conforme seu temperamento e seu grau de conformismo político,
seu interlocutor interpretará como característica de doce sonhador
que se prende nostálgicamente às antigas ilusões,
ou de perigoso adepto da 'luta de classes',
pronto para perturbar a quietude da paz civil."*

Alain Bihr, na introdução de "Da grande
noite à alternativa - O movimento operário
europeu em crise", Boitempo, 1999.

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo contemporâneo os sindicatos vivem hoje uma situação extremamente difícil, visível pela declínio do número de trabalhadores filiados e pela queda do número de greves, dois fenômenos, que, infelizmente, denotam dificuldades na construção das concepções e práticas sindicais. O tripé reestruturação produtiva - globalização - neoliberalismo, a despeito das controvérsias acerca de seu significado e de suas críticas, atingiu duramente uma das instituições mais características e importantes das democracias capitalistas do ocidente: o movimento sindical de trabalhadores.

Para a maioria dos países centrais a década de 70 pôde ser considerada como de "ouro". Em praticamente todos os países da Europa ocidental e da América do Norte, o movimento sindical expandiu-se tanto em termos do número de trabalhadores sindicalizados, da sua capacidade de mobilização, pressão e participação no campo da economia e do sistema político. Já na década seguinte, este cenário sofre modificações. Visser (apud Antunes, 1995), ao estabelecer estudos comparativos sobre taxas de sindicalização e análises comparadas de sistemas de relações de trabalho, demonstra numericamente que a crise e a incerteza tem determinado um futuro nebuloso para o sindicalismo dos países ocidentais. Ao quadro das mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e sociais que se concretizaram nas sociedades capitalistas na década de 80, devem ser incluídas as mudanças operadas na constituição das organizações classistas dos trabalhadores.

No Brasil, as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo também podem ser destacadas. No caso daquele vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), foco de nossos estudos desde a época da graduação, percebe-se que a central tem procurado responder à crise com a construção de novas propostas para a ação sindical. Após pouco mais de vinte anos do surgimento do chamado "Novo Sindicalismo", um novo elemento, cujo conteúdo tem se traduzido numa corrente frase, vem ocupando lugar entre as expressões dos dirigentes sindicais: "O movimento está em crise, precisamos criar uma nova forma de se fazer sindicalismo". A necessidade de novamente construir o novo permanece nos discursos e na prática sindical. Tal necessidade advém, agora, de uma verdadeira crise de representação dos sindicatos brasileiros. Entretanto, a crise por que passa o movimento sindical brasileiro insere-se num contexto mais amplo, onde podemos visualizar a repercussão das inúmeras e intensas transformações que atingem o mundo do trabalho em nível internacional, centralmente nos países desenvolvidos, mas com forte conseqüências (que decorrem da mundialização e globalização do capital) nos chamados países de economia emergente. Tais mudanças, por sua vez, advêm de um contexto ainda maior, sinalizando mais um período de crise das formas de acumulação capitalista em nível mundial, sob a égide do capital financeiro.

As reflexões que apresentamos neste artigo versam sobre a ação sindical cutista que está sendo construída hoje, apresentando e analisando a concepção de *sindicato-cidadão* que a central vem adotando. Em nosso entendimento, tal denominação pode indicar um novo suporte ideológico para suas ações, onde inclui-se a participação nos espaços institucionais. Para atingir este objetivo primeiramente iremos discutir o significado da crise na sociedade capitalista, enfocando alguns elementos que indicam transformações no modo de produção capitalista nos últimos anos do século XX (incluindo nele o cenário brasileiro) e que repercutem no desenvolvimento da ação sindical dos trabalhadores. Na seqüência, o que tomamos por "um novo espaço de atuação sindical", é destacado, para tecermos alguns traços da participação cutista. Ao final, precedemos à apresentação de algumas implicações deste novo estilo de ação sindical, no intuito de contribuir para sua análise crítica. Cabe enfatizar, que estes apontamentos são iniciais, preliminares e sujeitos a novas determinações, o que, todavia, não retira deles a tentativa de se demonstrar a potencialidade da luta sindical no conjunto dos movimentos sociais e a importância do universo sindical dos trabalhadores como vetor necessário para o entendimento da sociedade brasileira contemporânea.

Ao iniciar-se o século XXI, constatamos, mais uma vez, a incrível capacidade do capital em se rearticular, com vistas à sua perpetuação. Visualiza-se algo de grande amplitude e profundidade, o que poderíamos denominar de mais uma de suas ofensivas, uma verdadeira reestruturação vinculada à instauração de um novo modelo de acumulação, sob a égide do capital financeiro.

Inegável é que o século XX foi cenário de grandes mudanças históricas, períodos de grande aceleração, onde se articularam mudanças econômicas, sociais, técnicas e culturais. Nos últimos anos deste século, perderam-se as bases de inspiração das certezas e esperanças. Fragilizaram-se utopias e ideais revolucionários. O vocábulo *crise* tornou-se freqüente na linguagem, na busca de uma definição dos fatos da história humana, sendo aplicado indistintamente a todos os processos individuais ou coletivos. Uma clara evidência foram as fórmulas discursivas, que fizeram parte tanto das análises de diversos estudiosos quanto do próprio cotidiano das pessoas: o capitalismo passa por uma profunda crise, o socialismo foi soterrado pela crise, a sociedade do trabalho está em crise, a modernidade passa por uma crise definitiva, a ação coletiva está em crise, o Estado Nação está em crise, as ciências estão em crise, assim como a educação, a família...

Sem dúvida, o uso reiterado e indiscriminado deste vocábulo provocou o seu desgaste. Crise é referência a uma situação problemática, para contrapor-se a uma ordem pensada como normal e estável. A positividade da crise e do conflito descrita por Marx - visualizados ambos como premissas básicas para superação do modo de produção capitalista - é encoberta por um lamento que busca a unidade, estabilidade e harmonia, idealizando épocas passadas e demonstrando extrema subjetividade na análise dos fatos históricos. Do ponto de vista da tradição marxista, Mandel (1990: 15) esclarece que a crise sempre presente no capitalismo "(...) não é nem uma simples aparência, nem o produto de uma visão ideologicamente deformada". É uma realidade tangível, que o marxismo procura explicar, e não afogar em um palavatório pseudoteórico.

No modo de produção capitalista, a crise não é algo conjuntural, mas um elemento constituinte e estrutural, que se traveste assumindo cores e matizes de acordo com o tempo e o espaço. Nas reflexões de Marx, encontramos que é permanente a maximização da acumulação do capital. Partindo dessa premissa, todas as relações sociais, dentro deste modo social de produção, serão determinadas pelo seu objetivo imanente. Suas leis serão a acumulação, a concentração e a centralização, visando sempre

produzir – produção entendida como aquela que, ao se efetivar, cria bens úteis para o consumo, potencializando o lucro, a mais-valia e, conseqüentemente, a acumulação privada do capital. Encontra-se no capitalismo, ao contrário dos modos de produção que o precederam, a antinomia separação x unificação. Tem-se, no processo social de produção, a separação entre a esfera econômica e política e a unificação, produção e apropriação da mais-valia. Formalmente, as relações sociais dizem-se igualitárias; entretanto, realizam-se historicamente desiguais: a relação entre o capital e o trabalho, entre os proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os vendedores autônomos da sua força de trabalho – constituindo as classes fundamentais deste modo de produção.

O ponto chave no pensamento marxiano, ao analisar quais são as bases objetivas determinantes das crises, conforme expresso em *O Capital*, é o descompasso entre as condições da exploração imediata e sua realização: aquelas nos remetem à produção do sobre-trabalho, no desenvolvimento das forças produtivas, e esta implica tanto a capacidade de consumo de dada sociedade, quanto as formas de articulação das atividades produtivas. Para Marx (1994:281)

as primeiras têm por limite apenas a força produtiva da sociedade, e as últimas, a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas esse poder não é determinado pela força produtiva absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta, e sim condicionada (sic) por relações antagônicas de distribuição, que restringem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos. Além disso, limita-o a propensão a acumular, a aumentar o capital e a produzir mais-valia em escala ampliada. É a lei da produção capitalista, imposta pelas revoluções constantes nos próprios métodos de produção e pela depreciação conseqüente do capital em funcionamento, pela luta geral da concorrência e pela necessidade de melhorar a produção e de ampliar sua escala, para a empresa simplesmente conservar-se, não perecer.

A análise marxiana acerca do movimento de avanços e crises do capitalismo é extremamente objetiva. Para o autor, os ciclos econômicos capitalistas, combinando crescimento e crise, são decorrências próprias deste sistema, inerentes às suas contradições internas insuperáveis, que colocam em risco sua própria existência. Em outros termos, seu caráter contraditório leva-o a crises periódicas e a ciclos abruptos e violentos, advindo não de fatores exógenos, mas derivados da dominação do capital e exploração do trabalho – sua essência – podendo levá-lo à derrocada.

Um elemento chave para o entendimento do significado das crises no sistema capitalista é a chamada *superprodução*. Em Mandel (1990), encontra-se uma análise minuciosa acerca da temática. Para ele, as crises por que passam as sociedades capitalistas são crises de superprodução de valores de troca, diferenciadamente das crises pré-capitalistas, que foram quase todas de subprodução de valores de uso. Com o capitalismo, em diferentes momentos, há a produção de muitas mercadorias, impossibilitando a venda a preços que possam garantir o lucro médio. Exatamente por este motivo, a vida econômica se desorganiza, ocorrendo o fechamento de fábricas, demissões, queda de produção, da renda, das vendas, dos investimentos e do emprego.

O autor elenca um encadeamento de vetores que indicam que as crises do modo de produção capitalista constituem sempre crises de superprodução de mercadorias: a superacumulação de capitais, o subconsumo das massas, a anarquia de produção e a desproporcionalidade entre os diferentes ramos da produção e a queda da taxa de lucros¹.

A análise teórica elaborada por este último autor alcança demonstração fatural e histórica em Hobsbawm (1995) quando analisa o século XX. Os acontecimentos históricos e mudanças no processo produtivo ocorridos ao longo do referido século são apresentados, a partir da seguinte denominação: a "Era da Catástrofe", a "Era do Ouro" e a "Era do Desmoronamento". Em cada período são apresentadas as transformações econômicas, políticas e sociais, bem como os modelos organizativos gerenciais correlatos. Guardadas as especificidades de cada período alguns traços são comuns: revelam-se um paradigma industrial, um regime de acumulação e um modo de regulação. Desenvolvendo mais detalhadamente: adota-se um princípio de organização do processo de trabalho e de gerenciamento da produção, caracterizando o paradigma industrial. Alia-se a isso a adoção de uma nova forma de produção e de consumo – o modo de regulação – para dar sustentação e, ao mesmo tempo, retroalimentar o paradigma industrial adotado. A garantia de que o paradigma industrial e o regime de acumulação possam lograr êxito está na criação de um conjunto de condições jurídicas e institucionais que possam regular o uso do trabalho assalariado e a reprodução e existência dos trabalhadores – o modo de regulação (Harvey, 1998). Nestes termos, torna-se imprescindível destacar que a esfera estatal também se altera, seja no seu sustentáculo ideológico-político ou na sua operacionalidade, da mesma forma que as relações sociais, moldando o desenvolvimento da sociedade capitalista.

¹ Estes vetores já foram por nós apresentados e analisados em outra oportunidade. Cf. Delage, 1998.

A forma como estes traços se interrelacionam determinam conseqüências visíveis na sociedade. Analisando o século com que passou, hoje, nos primeiros dias do século XXI, escrevemos com uma certa preocupação. O panorama de finais do século XX foi bastante sombrio: seja nos países centrais ou nos periféricos, variando apenas sua gradação: o capital reestruturou-se, a partir de um quadro geral de globalização financeira, colocando para o mundo uma extrema instabilidade econômica, que caminhou *pari passu* com a utilização desmedida de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais, que não encontrou precedentes em outros momentos do século XX. A adoção de novas formas de organização da produção e de gestão da força de trabalho alteraram o perfil da força de trabalho requerida, e, conseqüentemente, o conteúdo e o significado das diversas profissões. O mercado de trabalho desregulamentou-se. Altas taxas de desemprego foram difundidas, atingindo vários países pelo mundo. A crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação, queda dos salários, mercantilização dos direitos sociais, desmonte do Estado e difusão de uma cultura anti-estatal, assimilação das práticas neoliberais pela sociedade civil e, ao cabo, a exclusão social.

A despeito dos referenciais utilizados pelos analistas, as últimas décadas do século XX foram de extrema mudanças, o que indubitavelmente atingiu as organizações coletivas. No caso das organizações classistas de trabalhadores, o cenário vivido foi de crise². A vitalidade política dos sindicatos ou o seu grau de adesão entre as massas trabalhadoras, de fato, atingiu franco declínio.

As relações de trabalho individualizaram-se, ocorrendo o deslocamento das relações de conflito da esfera nacional para os ramos de atividade e destes, para a empresa e, dentro dela para uma relação cada vez mais individualista. Os sindicatos tenderam a construir uma ação setorial e neocorporativa. A classe operária tradicional sofreu expressivas transformações, ao mesmo tempo que a solidariedade intra-classe veio se deteriorando, ao mesmo tempo que decifram os índices de sindicalização. Alguns apregoaram a chamada "*desestruturação das coletividades*"; como Offe, que já apontava tal fato em 1984; outros a inexorabilidade da dissolução dos vínculos de classe e, junto com eles, dos vínculos territoriais, nacionais, de grupo ...

Este panorama que aqui traçamos, aplica-se, em maior ou menor medida, aos países capitalistas, onde inclui-se o Brasil.

2 Tomemos como premissa a funcionalidade da crise dos sindicatos para o capital, neste novo contexto da produção capitalista. Esta crise foi (e continua sendo), ao mesmo tempo, causa e condição de existência da reestruturação do capital.

O sindicalismo brasileiro veio passando por uma séria crise, notadamente nos anos 90 do século XX. Crise essa que suscitou duas importantes questões para os sindicalistas: quais táticas e estratégias devem ser construídas e qual direcionamento político-ideológico deve ser adotado? Consideramos que independentemente das vertentes ideológicas nas organizações sindicais, estas questões devem estar presentes.

No intuito de dar respostas a esses questionamentos, percebemos a participação dos sindicatos brasileiros nos canais institucionais. Conselhos, comissões, fóruns, ligados à estrutura estatal. Se tomarmos esta participação, contextualizada num cenário de crise, surgem implicações que merecem análise. Conforme já apresentamos na introdução deste artigo, iremos construir algumas notas acerca desta participação sindical brasileira nos espaços institucionais, tomando como referência a participação da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Antes, porém, um cenário maior será traçado.

OS NOVOS CONTORNOS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA EM FINAIS DO SÉCULO XX

Tomamos de empréstimo a denominação de Blackburn, *apud* Sader e Gentili (1999:110), para caracterizar o capitalismo em nossa época:

Com a expressão "capitalismo cinzento" quero me referir à ascensão de um novo complexo financeiro institucional e a um novo regime de acumulação em muitos dos principais estados capitalistas. (...) Eu denomino o novo complexo financeiro de capitalismo "cinzento" (ou encanecido) em parte porque ele se refere a pensões para cidadãos mais velhos, mas também porque os direitos de propriedade dos detentores da política são fracos e indistintos. Trata-se de uma zona sombria, crepuscular (...)

Esta caracterização do capitalismo de tipo financeiro de nossa época³ pode ser enriquecida com mais algumas determinações. É possível verificar mudanças em três esferas interrelacionadas que

3 Aqui nos referimos ao capitalismo financeiro do século XX. No século precedente, Marx já analisava o capital produtor de juros. O autor referia-se ao banqueiros de negócios e outros "senhores das finanças" de sua época como capitalistas financeiros: aqueles que viviam de operações realizadas na esfera financeira, onde não há a mediação dos processos de produção e de circulação. Seria a forma mais fetichizada do capital (Marx, 1978:262).

consideramos essenciais para o entendimento da dinâmica de uma sociedade: a esfera econômica, a esfera *ideo-política* e a esfera do *trabalho*⁴.

Na que denominamos *esfera econômica*, constata-se uma sólida união entre os capitais do tipo industrial e o do tipo financeiro. Este último comanda toda a circulação da riqueza em nível mundial. A chamada *globalização* é palavra corrente. Novas tecnologias e novas formas de gestão da força de trabalho são, a cada dia, mais implementadas no intuito de modernizar a produção, dinamizando-a. Passamos a observar um número expressivo de fusões e aquisições de empresas, impensáveis, há alguns anos, que provocaram uma total reviravolta no livre mercado.

Na *esfera ideo-política*, a "fatalidade histórica" que se apresenta é o ideário neoliberal. A ordem do dia é a mínima intervenção do Estado na economia, onde a política de privatizações é o "carro-chefe". O mercado é o grande e verdadeiro gestor das relações econômicas e sociais: uma instância mediadora societal elementar e insuperável. O Estado, de proporções minimalistas, passa a ser a única alternativa e forma para a democracia (Netto, 1996). Na verdade, o neoliberalismo tornou-se senso comum de nosso tempo: a ideologia do mundo globalizado, agora privatizado. Promove-se um severo processo de privatização que desmantela as empresas públicas e, com elas, os direitos do cidadão. As demandas coletivas, de caráter social, são transferidas para o mercado. Agora, o *cidadão*, aquele que no capitalismo possui direitos, perde espaço para o *consumidor*.

No nosso entendimento, encontramos na *terceira esfera*, uma clara demonstração do caráter inescrupuloso e excludente das transformações que aqui procuramos apontar. Postos de trabalho são eliminados, as relações de trabalho tornam-se fragmentadas, flexibilizadas e precarizadas, bem como enfraquecem-se os organismos de representação dos trabalhadores (assunto que trataremos mais adiante).

Como Blackburn (*op cit*) também possuímos uma visão bastante cinzenta, crepuscular e sombria destas transformações. Tomamos sua criação como o resultado de uma necessidade permanente de sobrevivência e conseqüente perpetuação do modo de produção capitalista, com vistas à superação de suas crises.

O processo histórico do capitalismo contemporâneo é o resultado da internacionalização da economia nas três últimas décadas, perceptível pela interconexão dos mercados cambiais e

4 Na verdade a separação que aqui procedo tem apenas um efeito didático, objetivando a melhor compreensão de cada esfera, visto que são indissociáveis e de determinação mútua.

financeiros, que se tornou possível pela sua desregulamentação e interpenetração patrimonial entre as grandes burguesias industriais e financeiras das principais economias capitalistas (Oliveira, 1998). No século XX, os mercados tornaram-se oligopólicos, sendo suas capacidades de competição e dominação extraordinárias. Os grandes mercados tornaram-se gestores do mundo⁵.

Sem dúvida, uma das importantes providências utilizadas pelo capital na tentativa de superação das crises é "revolucionar" a forma de organizar o processo de produção. Nesta direção, diversos modelos organizativos gerenciais foram criados ao longo do século XX: o taylorismo, o fordismo e o modelo de acumulação flexível⁶. Não é nosso objetivo neste momento discutir em profundidade cada um destes modelos. Utilizaremos aqui, como um marco para o entendimento das características do processo de trabalho e do perfil da força de trabalho assumidos em finais do século XX, notadamente a partir dos anos 60, na Europa e Japão, a chamada "acumulação flexível". Deixamos claro, entretanto, que não é possível desconsiderar que os demais modelos, em virtude das crises em suas funcionalidades, determinaram o surgimento e as novas marcas trazidas por esta última.

Um marco importante que definiu as características do processo produtivo no final do século foi o conjunto de inovações que fizeram parte do último modelo. Convencionou-se denominar estas transformações como "reestruturação produtiva": uma das expressões do reordenamento político e econômico internacional, das tendências da divisão internacional do trabalho e das questões relativas à reorganização do processo de produção [determinando que as novas formas de gestão da força de trabalho, os mecanismos sócio-institucionais que interferem na reprodução do trabalhador, sua formação técnica - qualificação/requalificação para o trabalho, a introdução de tecnologias, a divisão técnica do trabalho sejam questões chaves].

Um elemento importante a ser considerado, utilizado amplamente pelo novo modelo de acumulação flexível, foi a

5 Nestes mercados, os interesses do grande capital são protegidos e defendidos por uma série de atores. Boron (1999) assim os qualifica: O FMI, Banco Mundial, comunicadores sociais, publicistas e acadêmicos que se empenham em difundir as idéias neoliberais. Somam-se a eles os governos dos países centrais e suas autoridades monetárias e financeiras. Finalmente também os economistas, para o autor, "substitutos modernos dos teólogos medievais", que dobram-se irremediavelmente ao paradigma neoliberal, dominante em sua profissão, respaldados ainda pelo ativismo das organizações empresariais mistas.

6 Tais modelos foram sumarizados e analisados por Netto (1991), Coriat (1994) e Yacoub (1997).

utilização da tecnologia da microeletrônica, da telecomunicação e da computação. Muda-se o eixo da eletromecânica para a eletrônica, em que se incorpora a automação e a tecnologia de informação como eixo estratégico do processo produtivo. Como consequência, a organização do processo de trabalho, principalmente a fabril, foi reformulada. Algumas características, a *grosso modo*, podem ser apresentadas: aprofundou-se a automação *on line*, flexível e abrangente; poupou-se intensamente o capital de giro com a minimização dos estoques; enxugou-se o sistema de administração das empresas com supressão dos níveis hierárquicos e utilização de trabalho terceirizado; articularam-se redes eletrônicas de suprimento com fornecedores e distribuidores. Um fato conhecido por todos, que cabe ser destacado, foi a diminuição dos postos de trabalho no ramo industrial.

A nova palavra de ordem passou a ser a flexibilidade. Um mercado flexível, uma organização da produção flexível passam a exigir também um trabalhador flexível. É necessária capacidade para adaptar-se às mudanças, para trabalhar em equipe, para alcançar novas habilidades para lidar com novos equipamentos, desenvolvendo o raciocínio abstrato. A força de trabalho assalariada, instrumento fundamental para a consecução do processo de trabalho no capitalismo, passa por "metamorfozes". Metamorfose é a palavra que Antunes (1995) utiliza para, com propriedade, definir o grau de transformação sofrida pela classe operária nos últimos anos.

Conforme o mesmo autor, em obra datada em 2000, ocorre no capitalismo contemporâneo um duplo movimento: a *desproletarização* do trabalho industrial fabril e uma *subproletarização* intensificada. Tal movimento ocorreu tanto nos países de capitalismo avançado, quanto nas áreas industrializadas dos ditos "países de economia emergente". Se, por um lado, diminuíram os índices de trabalhadores empregados nas indústrias, houve um ampliação no setor de serviços e uma "heterogeneização" do trabalho, verificável pela ampliação do contingente feminino no espaço produtivo. Aliou-se a isso uma crescente expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. No mesmo andamento, expandiu-se brutalmente o desemprego estrutural.

Não há uma única tendência capaz de generalizar as análises das mudanças que atingiram a força de trabalho nos últimos anos do século XX. O processo é contraditório e complexo, determinando características ainda mais contraditórias e complexas na força de trabalho, cuja análise teórica caminha por diferentes e antagônicas direções. O conjunto de mutações na organização do trabalho e no perfil da força de trabalho dão margem para que muitos autores

apreçoem a chamada *crise da sociedade do trabalho*⁷. Sem ignorar o conteúdo e intencionalidade de tais proposições, podemos afirmar que complexificação, fragmentação e heterogeneização constituem importantes vetores para se compreender a nova constituição da força de trabalho em finais do século XX.

Cabe, enfim, mencionar que a efetivação dos investimentos em tecnologias, novas formas de gestão e controle do processo de trabalho, colocaram ao mesmo tempo, novos desafios ao movimento sindical e retroalimentaram o projeto de dominação do capital, na construção de novos mecanismos de acumulação. Sem dúvida, as drásticas transformações na organização do processo de trabalho, no perfil da força de trabalho, nas relações e no mercado de trabalho, em um contexto de um novo tipo de Estado formaram um conjunto de fatores que determinaram mudanças na ação sindical.

A nova ordem capitalista tende não apenas a colocar uma série de dificuldades táticas para a ação sindical, mas essencialmente cria um poderoso campo político-ideológico de captura da estratégia sindical pela lógica do capital. Podemos afirmar que a chamada reestruturação capitalista instaura a crise nos sindicatos, seja em sua organização estrutural, seja na construção da concepção político-ideológica.

Em nível de sua organização, a crise do sindicalismo manifesta-se através da dessindicalização (a perda de sindicalizados pelas entidades), além de sérias dificuldades de organização de categorias completamente fragmentadas (*vis a vis* os trabalhadores terceirizados, com vínculos precários, que trabalham em tempo parcial, subcontratados e ainda os desempregados).

No campo político-ideológico, manifesta-se o surgimento de um sindicalismo de práticas neocorporativistas, de um defensionismo de novo tipo, onde os sindicatos relacionam-se com o capital, como condição de sua sustentabilidade institucional e material. Através de uma série de mecanismos institucionais e estruturais, as direções sindicais tendem a se desvincular do movimento de

7 Consideramos que a contraposição à esta corrente é extremamente necessária. Diríamos que, a grosso modo, os autores a ela ligados, dentre eles Gorz (1982), Otte (1994) e Média (1999), afirmam que a crise da sociedade do trabalho é consequência do contexto de crise mundial do capitalismo e do socialismo real, onde novos paradigmas reguladores da sociabilidade capitalista devem ser pensados, em substituição ao trabalho como princípio instaurador e mecanismo através do qual concretiza-se a sociabilidade neste modo de produção, além de fator propulsor e superador - através da força de trabalho - das contradições históricas do capitalismo. A retração do trabalho é considerada como uma contingência histórica do capitalismo, retirando do trabalho sua potencialidade histórica de transformação revolucionária da sociedade. Relembremos o título do capítulo 5, do livro de Otte (1994): *‘O fim do trabalho como categoria sociológica chave’*.

confronto e de luta para além do capital, podendo perder, inclusive, sua perspectiva classista.

Ao estudar a crise do movimento operário europeu, Bihr (1999) apresenta e correlaciona a fragmentação da classe operária como um dos aspectos que lá devem ser considerados. Diante da necessidade de articular três grandes grupos de proletários (os proletários estáveis e com garantias, os excluídos do trabalho e a massa flutuante de trabalhadores instáveis)

o movimento operário encontra-se nu e desamado: privado de qualquer estratégia própria, reduzido à impotência, condenando ao mesmo tempo o proletariado à escolher entre uma revolta estéril e uma resignação aviltante" (id., ibid., 82).

O quadro que até aqui delineamos, cujo marco histórico destacado foi o período que se inicia em finais da década de 60 e início da década de 70, notadamente em terras americanas, européias e, sobretudo, japonesas, também pode ser visualizado no Brasil.

O BRASIL NO CONTEXTO DO "CAPITALISMO CINZENTO" E AS MUTAÇÕES NO SINDICALISMO BRASILEIRO

Considerados a inserção subordinada e tardia do nosso país no processo de mundialização do capital e o papel das empresas transnacionais como difusoras de novas tecnologias e inovações organizacionais, é possível perceber "fragmentos" dos modelos de acumulação flexível em terras brasileiras a partir de finais da década de 70.

Autores brasileiros por nós estudados, dentre eles Alves Filho (1982), Leite (1994), Mattoso (1995), quando analisam os reflexos da reestruturação produtiva no Brasil, não demarcam exatamente o momento inicial da adoção dos novos modelos nas empresas brasileiras, visto que não houve a sua transposição imediata para o processo de trabalho, mas sim a utilização de algumas características que indicam mudanças no padrão até então adotado. Torna-se bastante difícil localizar, em qualquer setor, uma planta na qual o modelo flexível tenha sido completamente introduzido. As mudanças vêm ocorrendo, mas sua direção não está clara, sendo comum a coexistência de diferentes estratégias, inclusive no interior de um mesmo setor.

Buscando auxiliar a tentativa de uma demarcação histórica, Blass (1998) utiliza a seguinte periodização: **Fase 1:** finais dos anos 70 até os primeiros anos da década de 80, quando difundiram-se os Círculos de Controle de Qualidade; **Fase 2:** de 1984, com a retomada do crescimento econômico, até início dos anos 90, com a introdução dos equipamentos de base microeletrônica, mas com difusão e utilização limitadas, se comparadas a outros países. As inovações restringiram-se principalmente à indústria automobilística (que se remodelou para produzir os carros mundiais) e as instituições bancárias; **Fase 3:** início da década de 90 até à atualidade, com mudanças nas formas de gestão da produção e introdução dos programas de comunicação e participação, produtividade e qualidade que caracterizam as novas formas de gestão do trabalho.

Consideramos que aqui não é o caso de se analisar em profundidade as mudanças estruturais experimentadas pela economia brasileira a partir de finais da década de 70, passando pela de 80. Somente a sua descrição já é bastante longa: estagnação da economia, alternando-se surtos de grande recessão e recuperação da produção; taxas de inflação que chegavam à casa dos milhares; abertura comercial; integração regional, privatizações, estabilização monetária e ajuste fiscal.

Interessa-nos aqui as conseqüências dessas políticas na configuração dos setores da produção. As cadeias produtivas desarticularam-se, com as empresas de grande porte modernizando-se, e as demais, ao longo das cadeias produtivas, retraindo-se. A produção descentralizou-se, fragilizando os segmentos industriais, estabelecidos em regiões industriais tradicionais, como o de autopeças, brinquedos, têxtil, calçados, vidros, naval, máquinas e equipamentos. O setor secundário também retraiu-se, aliado à redução dos empregos regulares e regulamentados, simultaneamente à sua substituição por novas ocupações no setor terciário, nem sempre na mesma quantidade e com a mesma qualidade e nível de remuneração. O setor primário apresentou drástica redução na participação relativa no total da ocupação da força de trabalho ao longo dos anos 80, estabilizando nos menores patamares a partir de 1990 (Pochmann, *et alii*, 1998).

Pelo cenário apresentado, percebe-se que tanto a dimensão tecnológica dos modelos (caracterizada pela informática e automação microeletrônica), quanto a dimensão organizacional (vide produção enxuta), bem como o modo de regulação sócio-econômica correlato, foram adotados no Brasil, implicando em sérias conseqüências. Esta nova forma de produzir e de (des) regular a economia criou um ambiente adverso nas relações de trabalho, determinando uma agenda sindical mais complexa, seja em sua variedade temática ou em escolhas de espaços de atuação.

A vasta produção acadêmica acumulada, cuja centralidade refere-se à questão sindical, declara a importância que o sindicalismo alcançou em finais da década de 70 e início da de 80 (marco que coincide com o aqui tomado para a demarcação da reestruturação produtiva no Brasil). Nasce o *novo sindicalismo*⁸. Do nosso ponto de vista, este foi um período de grande efervescência na história do movimento sindical brasileiro, senão o maior. Somente entre 1978 e 1989, 12 mil greves foram realizadas (Noronha, 1994), um instrumento de afirmação institucional e política dos sindicatos; as comissões de fábrica constituíram-se em importantes mecanismos de organização por local de trabalho; foram criadas as centrais sindicais [a CUT, em 1983; a CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores, em 1986; a CGT - Central Geral dos Trabalhadores, em 1998], desafiando a estrutura verticalizada e burocratizada imposta por Vargas, na década de 1930; e criado um importante partido popular, o Partido dos Trabalhadores, em 1980.

Importante ressaltar que, em meados da década de 80, o Brasil vivia sob o impacto de um processo inflacionário, fazendo dele o principal combustível da ação sindical e especialmente das greves⁹. Embora as pautas de negociação tenham sido mais complexas, as questões salariais (reajustes, aumentos e particularmente indexação de valores) estiveram sempre no centro das negociações e conflitos entre trabalhadores e patrões. As sucessivas campanhas salariais, que freqüentemente eram acompanhadas por greve, terminaram derrubando as políticas salariais. Metalúrgicos, petroleiros, petroquímicos, professores e bancários destacavam-se neste cenário. As conquistas obtidas por essas categorias logo tornavam-se referências para as demais, estimulando novas mobilizações ou mesmo criando jurisprudências que seriam seguidas pelos Tribunais do Trabalho. Fato importante e resultado da capacidade de pressão das categorias mais organizadas, foi a inscrição na Constituição de 1988 de uma série de direitos que se aplicariam aos trabalhadores das categorias e regiões mais desmobilizadas, como: redução da jornada de trabalho para 44 horas; licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de 8; aumento da multa por rescisão contratual; abono de férias; extensão de direitos a trabalhadores rurais e domésticos; liberdade

8 Sobre as características e significado do novo sindicalismo no Brasil, cf. Antunes (1996), Boito I. (1991).

9 No artigo "A explosão das greves na década de 80", de Noronha (apud Boito Jr., 1991), encontra-se um quadro com números das greves de várias categorias na década de 80, o que, em nossa análise, denota a grandiosidade e importância da participação dos sindicatos na utilização deste instrumento de luta.

de greve; extensão do direito de sindicalização aos funcionários públicos; dentre outros (Comim & Castro, 1998).

De fato, aquele sindicalismo brasileiro de caráter classista (representado nas propostas de criação da CUT), fora capaz de atender, com sua mobilização e lutas, às questões caras para a classe trabalhadora, irradiando conquistas e direitos para setores com menor capacidade de barganha, mesmo não tendo avançado em questões institucionais da representação de interesses e da própria gestão da sociedade (resquícios das imposições colocadas à época do governo estadonovista, e posteriormente, autocrático burguês). Entretanto, a agenda sindical passa a sofrer expressivas alterações a partir dos anos 90, evidenciando uma crise estrutural nas entidades de representação dos trabalhadores.

O berço do *novo sindicalismo* teve suas bases modificadas, fato evidenciado pela redução do número de trabalhadores no setor que historicamente o sustentou: a indústria. Segundo dados de Alves (1996), entre 1990 e 1995, 58 mil metalúrgicos da região do ABC paulista perderam seus empregos e 400 fábricas fecharam suas portas. Em agosto de 1990, 51% da força de trabalho empregada naquela região encontravam-se na indústria, 12,5% no comércio e 36% nos serviços. Em setembro de 1995, o quadro era outro. A indústria passou a empregar 32% do total de ocupações, o comércio aumentou para 18,5% e o setor de serviços, 49,5%. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC teve sua base de trabalhadores reduzida de forma drástica. Se, em 1987, o número total de operários era de 202.853, em 1995, esse número caiu para 143.241¹⁰.

Essa reconfiguração do mercado de trabalho repercutiu de forma negativa no cotidiano sindical. As novas tendências implicaram na migração de trabalhadores dos setores que historicamente haviam alcançado uma organização mais sólida (trabalhadores industriais, concentrados nos grandes pólos econômicos, desfrutando de relações de trabalho formais), bases dos grandes sindicatos e centrais sindicais brasileiras, para setores ainda fracamente organizados e, em muitos casos, de difícil

10 Pelos dados apresentados, constata-se na década de 90, o início de um processo de mudanças na constituição das bases dos sindicatos, que sem dúvida repercutiu na composição da CUT. Observemos, na atualidade, sua direção nacional, eleita em agosto de 2000. O presidente da Central, vem da APEOESP, sindicato estadual paulista que congrega **professores e pessoal administrativo da rede estadual de ensino**. A vice-presidência é ocupada por uma psicóloga, do **SindSaúde, sindicato dos profissionais de Saúde do Estado de São Paulo**. A presidência das gestões anteriores, desde a criação da CUT, foram ocupadas por trabalhadores do ramo metalúrgico, da região do ABC.

organização (particularmente as ocupações do chamado setor informal). São tendências que vêm agindo sobre os sindicatos brasileiros, no sentido de erodir suas bases tradicionais. Alia-se a isso, o aumento do desemprego estrutural, retraindo, por conseguinte, as taxas de sindicalização¹¹.

Dado o quadro que se instaura, por questões óbvias, aquele que foi o principal combustível da ação sindical, nos anos 80 – a questão salarial – perdeu a sua centralidade com a estabilização monetária, a partir de meados da década seguinte. Não afirmamos que os salários deixaram de ser um item importante da pauta dos sindicatos, mas a dinâmica da negociação salarial mudou radicalmente, surgindo inclusive novas questões reivindicatórias, além de um novo estilo de participação dos sindicatos nas questões relativas aos direitos dos trabalhadores.

Percebemos que uma das novas formas de participação sindical, surgidas a partir dos anos 90, indicando uma mudança de eixo seja no estilo de atuação dos sindicatos ou nas suas concepções ideológicas, tem sido a participação dos trabalhadores em espaços institucionais. Tal postura, que, dependendo do analista, pode denotar uma inflexão ou avanços na ação sindical, será apresentada e analisada a seguir.

UM NOVO ESPAÇO DE ATUAÇÃO SINDICAL

A participação institucional do movimento sindical, entendida como sua presença em espaços abertos à negociação no interior do aparelho do Estado, em geral tripartites (governo, trabalhadores e empresários), encontra seus determinantes no processo de democratização do país. Dadas as possibilidades criadas pelo arco de forças sociais que contribuíram com sua luta para o fim do regime militar, iniciativas que contemplassem a participação da sociedade nos processos de decisão relativos às políticas públicas, puderam tomar corpo. Iniciativas estas que buscavam o processo de democratização do aparelho de Estado e da gestão governamental e de realização da cidadania (Pochmann *et. alii op cit.*).

O momento formal mais expressivo desse processo ocorreu em finais da década de 80, precisamente durante a preparação da

11 Relembremos que a situação de crise do movimento sindical brasileiro insere-se num processo sócio-histórico de proporções planetárias e que atinge os principais países capitalistas, desde a década de 70. A título de ilustração, Visser, em estudo apresentado por Antunes (1995), apresenta as crescentes taxas de dessindicalização em países da Europa Ocidental (de 1980 a 1989 – excluídas a Espanha, Portugal e Grécia – houve a redução de 41% para 34% o número de trabalhadores sindicalizados), nos EUA (também de 7%) e Japão (de 5%).

nova Constituição, promulgada em 1988. Além das disputas de concepções mais gerais, como liberdades democráticas, direitos humanos, papel do Estado, papel do capital estrangeiro, a Carta Magna revelou a manifestação de diferentes organizações da sociedade civil em torno de interesses setoriais importantes para o conjunto da sociedade brasileira, como educação, saúde, previdência, assistência¹².

Se a ampliação da participação dos trabalhadores em espaços institucionais ocorreu a partir dos anos 90, atualmente estes espaços assumem uma grande diversidade de formas. Os fóruns, baseados nas características do tripartismo, podem assim ser classificados:

- paritários e não-paritários; de acordo com a estrutura de representação;
- deliberativos e consultivos: de acordo com o poder de decisão;
- nacionais, regionais e internacionais: de acordo com a abrangência;
- de origem em lei, de origem em atos do Poder executivo ou da organização da sociedade: de acordo com a natureza jurídica.

Tomando como requisito a apresentação de fóruns institucionais nos quais está presente o movimento sindical e destacando-se aqueles espaços institucionais mais diretamente relacionados aos processos de reestruturação produtiva e seus impactos sobre o emprego, encontramos em Pochman, *et. alii* (*op. cit.*), a seguinte distribuição: 1) Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o **CODEFAT**, vinculado ao Ministério do Trabalho; 2) Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - **PBQP**, vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria - **Pacti**, vinculado ao Ministério da Ciência e da Tecnologia; Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores Sindicais - **PCDA**, com a maior parte do financiamento advinda de recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Trabalho, além de parcela de recursos sindicais, visam a preparação de dirigentes, ativistas e assessores do movimento sindical para a intervenção qualificada no processo de reestruturação produtiva. Em outros setores, os trabalhadores também têm sido chamados a participar, com representação no Conselho Curador do Fundo de Garantia, nos

12. Acerca do surgimento e características destas demandas sociais e implicações da criação dos Conselhos de Direitos que surgiram, após promulgação da Constituição, cf. Souza (1996).

Conselhos do Trabalho, da Saúde, da Educação, da Criança e do Adolescente, nas esferas nacional, estadual e municipal¹³.

Analisando a trajetória e o conteúdo das lutas levadas a cabo pelo sindicalismo classista, onde apontamos a CUT como protagonista, podemos inferir que a sua participação nos fóruns institucionais decorre da sua compreensão de que o encaminhamento das questões de interesse dos trabalhadores deve estar vinculado às ações do Estado, em suas diversas esferas. Esta postura, nos remete ao entendimento de que a participação sindical na definição de políticas públicas torna-se necessária, uma vez que pode trazer a possibilidade de melhoria das condições de trabalho, remuneração e de vida dos trabalhadores.

Se é plausível a hipótese de que esses espaços significam o surgimento de novas formas institucionais de canalização de interesses, produção de consenso e regulação de conflitos, algumas questões devem ser examinadas.

Independentemente do tipo e natureza dos espaços institucionais, cabe destacar que são espaços de busca de consenso, não apenas entre as três partes, mas também entre as próprias representações sindicais. É inegável o conflito de interesses que daí advém. São espaços de extrema correlação de forças.

Outra questão, é que nos canais de tipo consultivo e não paritário, o que realmente se efetiva é uma busca de composição de opiniões e interesses, identificando apenas a manifestação dos representantes dos atores sociais ali presentes, podendo as opiniões ser acatadas ou não pelo Estado.

Há que se considerar, que a participação mais intensa do movimento sindical nos espaços institucionais ocorre no momento de redução do poder de mobilização das entidades. Tal fato acarreta riscos. Um deles diz respeito à relação dos dirigentes sindicais com a sua base sindical. Pode ocorrer um distanciamento entre as decisões dos dirigentes e o conhecimento de sua base. A própria estrutura do processo de negociação pressupõe que os representantes dos trabalhadores tenham em mente a globalidade das questões a serem discutidas. Nem sempre os trabalhadores ali representados têm conhecimento das questões temáticas pertinentes à cada foro. Por outro lado, a própria dinâmica institucional não

13 A título de ilustração, podemos apresentar um dado parcial de pesquisa que coordenamos (*As organizações classistas de trabalhadores em Juiz de Fora e suas configurações sócio-políticas*), financiada pela FAPEMIG e CNPq/BIC/UFJF, onde analisamos, dentre outras questões, a participação dos sindicatos juizforanos nos canais institucionais. Dentre eles, 69,85% têm participado destes espaços, que se dividem entre as Comissões Municipais de Emprego e de Habitação e Conselhos Municipais instalados no município. Do total de entidades participantes e que são ligadas às Centrais Sindicais, 72,8% são filiadas à CUT, 22,7% à CGT e 4,5% à SDS.

permite que os trabalhadores opinem imediatamente, por uma questão de tempo hábil. Pode ocorrer um descompasso na sua representação. Da qualidade da discussão entre trabalhadores e sindicatos é que depende a sincronia da representação sindical.

No passado recente, em grandes momentos de luta salarial, as assembléias eram realizadas nas portas das fábricas ou em fóruns superlotados. Os trabalhadores convocados poderiam discutir e aprovar uma pauta de reivindicações, assim que a diretoria a apresentava. No caso da agenda institucional, não é comum existir espaços coletivos regulares de discussão e decisão onde os trabalhadores possam manifestar uma opinião prévia. Em face da necessidade de tomada de decisão num espaço de tempo que nem sempre permite a consulta aos trabalhadores, os representantes nos espaços institucionais devem, então, pautar suas decisões em resoluções de congressos e seminários.

Outro aspecto importante é que, na maioria das vezes, são os dirigentes das centrais que participam das instâncias institucionais. Esta participação resulta da canalização das reivindicações e concepções de cada sindicato na discussão do tema de cada fórum. Nem sempre há a possibilidade de ampla consulta aos sindicatos sobre o que vai ser decidido. Passa a ser necessário, então, a construção de uma nova cultura de participação dos sindicalistas na discussão das políticas públicas, envolvendo a criação de mecanismos informativos e decisórios prévios, traduzindo, assim, os interesses e anseios dos trabalhadores e as possibilidades que as discussões institucionais encerram.

Por fim, decorrente das questões anteriores, é a necessidade dos sindicalistas criarem fóruns de discussão e instrumentos massivos de luta juntos aos trabalhadores filiados, para evitar, em nossa compreensão, dois problemas:

- 1) que a ação nos espaços institucionais torne-se substitutiva à ação direta nos locais de trabalho;
- 2) que as concepções ideológicas classistas, no intuito de embasar uma nova ação sindical para um novo contexto, tomem-se difusas ou até mesmo se percam.

É bem verdade que diante dos desafios, os riscos são muitos.

TRAÇOS DA PARTICIPAÇÃO CUTISTA NO ESPAÇO INSTITUCIONAL

A presença dos representantes dos trabalhadores nos espaços institucionais é determinada por uma concepção político-ideológica, revelando a perspectiva que estes representantes querem construir na sociedade em que atuam.

Tendo como pressuposto que é necessário o sindicato participar do processo de democratização do Estado, operando efetivamente a possibilidade de participação dos cidadãos, a CUT aponta diversos espaços e formas de participação: nos partidos, sindicatos, associações, ONG's, nos conselhos de direitos, votando e controlando parlamentares, influenciando na representação.

Para a Central, no projeto de democratização da sociedade, as políticas sociais assumem papel de grande relevância, devendo ser financiadas pelo Estado. Entretanto, a gestão das políticas sociais deve ser implementada por setores da sociedade civil e não apenas pela burocracia estatal. Conforme defendem:

Há uma questão de princípio: a criação de mecanismos de gestão coletiva, de baixo para cima, mecanismos públicos mas não necessariamente burocráticos – estatais em sentido estrito –, canais incentivadores do aumento da participação popular nas tomadas de decisões e na execução das políticas. Assim temos a esfera pública não-estatal, o espaço público democrático. Este é o termómetro para averiguar um processo efetivo de democratização do Estado (CUT: 2000 a, 87).

Partindo dessa concepção, a CUT passa a participar dos espaços institucionais. Um deles são as Comissões Municipais e Estaduais de Trabalho e Emprego. Segundo a Central, esta participação no espaço público pode gerar ações que atendam os interesses dos trabalhadores. A justificativa para esta participação é assim realizada:

O contexto atual, tão adverso aos trabalhadores, é marcado por alterações profundas, como a brutal diminuição do papel do Estado, a reestruturação produtiva, a crescente mundialização do capital, o aumento do desemprego e da informalidade do trabalho, a precarização das relações de trabalho, entre outras (id. ibid.: 6).

Objetivando uma participação mais qualificada dos seus representantes no espaço institucional, a central desenvolveu, nos anos de 1998 e 1999, o *Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros: Membros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego*. Este programa foi construído com o objetivo de instrumentalizar os conselheiros para uma participação mais efetiva, qualificada, além do gerenciamento, fiscalização e acompanhamento dos programas e projetos aprovados como prioridades da ação local, articulando com uma política de qualificação profissional. Além disso, a capacitação tem vistas à uma intervenção dos conselheiros no sentido de construir uma

política pública de trabalho no país, além de contribuir para o avanço da democratização do Estado, *"ampliando a prática da democracia social e da cidadania ativa frente aos espaços públicos"* (id. *ibid.*: 7).

Reivindicações corporativas, segundo a Central, podem ser um entrave ao desenvolvimento de uma prática cidadã, conforme nos é apresentado:

*o peso do elemento "econômico-corporativo" assume caráter estratégico, tomando-se um grande obstáculo à formação de uma hegemonia moral/intelectual do campo democrático-popular. Sua preponderância indica o domínio de interesses imediatos e uma situação de carência dos elementos da superestrutura (consciência, cultura, política, hegemonia), correspondente ao domínio de consensos passivos para consensos ativos e democráticos (id. *ibid.*: 72)*

No entendimento da CUT, é necessário fortalecer e legitimar as Comissões Municipais e Estaduais como espaço de debate e implementação de programas de atendimento ao trabalho, sem desconsiderar, entretanto, as virtualidades não concretizadas e suas ambigüidades que as acompanham desde sua criação, até questões referentes ao papel dos Conselheiros.

Subjacente à participação institucional, está a noção de cidadania que a Central passa a incorporar. As ações nesta área passam a ser originárias de um *sindicato cidadão*.

O elemento fundante de uma ação cidadã, segundo a CUT, consiste em eleger como principais campos de atuação o *"mundo do trabalho"* e o *"mundo da sociedade civil"*. O primeiro refere-se ao espaço onde serão reinventadas formas de luta para a manutenção do emprego, para a manutenção dos níveis dos salários e para melhoria das condições de trabalho. O segundo refere-se ao espaço onde podem ser integrados e revitalizados o movimento social, através da construção de políticas públicas e do fortalecimento da cidadania, baseados nos princípios de solidariedade, de autonomia e de pluralidade no convívio social (CUT: 2000). Além disso, as transformações ocorridas no mundo do trabalho passam a requerer um *"sindicalismo expandido, que rompa as muralhas até então mantidas entre os sindicatos, os partidos políticos e os movimentos sociais"*, e que possa *"integrar a luta econômica, a luta social e a luta política"*.

Ao discorrer ainda sobre a concepção de sindicato cidadão, a CUT argumenta que a noção de luta popular é oportuna, especialmente para a ação sindical. Em nome dessa luta, a CUT afirma a necessidade de consenso na sociedade civil, o que torna possível enfraquecer a presença coercitiva do Estado, a partir do rompimento do corporativismo imobilizador e dos sectarismos

político-ideológicos. É igualmente necessário, nesta dimensão de sindicato cidadão, a presença em "espaços locais", nos "caminhos do cotidiano". Neste intuito, para a Central, é necessário:

[...] um sindicalismo que se disponha a investigar, reconhecer e enfrentar suas debilidades e contradições internas, para acumular coragem, clareza política e disponibilidade para realizar alianças e parcerias em suas atividades formativas, organizativas e de lutas. Um sindicalismo que dialogue, comunica-se e propõe; que é capaz de rever posições e de negociar sem, contudo, deixar de ser combativo e sem adotar atitudes servis. [...] Um sindicalismo capaz de perceber que, nos caminhos do cotidiano, também se acumulam forças para a implementação das estratégias mais amplas que vem desenvolvendo ou possa vir a desenvolver, nos planos nacional e no além-fronteiras. Que tenha a clareza de que nesses espaços também se estabelece ou é possível se estabelecer a disputa de projetos para o social." (CUT: 2000b,17/18)

A conceituação elaborada por Nascimento, (apud CUT: 2000b, 16/17), é endossada pela Central, apontando, enfim, para a perspectiva de cidadania que os sindicatos cutistas buscam alcançar:

[...] que o sindicalismo tenha um papel crescente na sociedade; um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania, tanto nas fábricas quanto nas cidades. Um sindicato orgânico mas também cidadão, que represente os trabalhadores e que seja movimento social, que dê conta dos desafios do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório.

A Central ainda demarca que o sindicato cidadão possui um sujeito:

O sujeito do sindicato cidadão é o homem trabalhador comum, é a mulher trabalhadora comum. São sujeitos singulares que "estão aí", alguns mais restritos ao cotidiano e ao mundo do trabalho outros se expressando nesses espaços e também em espaços mais amplos do social, como o mundo da política, o das ciências sociais e o das artes. São sujeitos que vivem, entre si e com suas objetivações no social, relações contraditórias que, ao mesmo tempo que reprimem dimensões do seu ser, criam condições para o desabrochar de outras. Ora resistem, ora admitem o assujeitamento a que estão submetidos como seres históricos, vivendo num mundo comandado por processos excludentes. (id. ibid.: 18/19)

Tendo como pressuposto o sujeito, é tarefa do sindicato *"formar pessoas numa perspectiva de superação da fragmentação do ser; da construção deste em todas as suas dimensões"* (Nascimento, *apud* CUT : 2000, 20).

Entretanto a CUT reconhece que tem havido uma tensão em sua estrutura entre aqueles que optam por *"circunscrever e limitar seu campo de ação e luta ao mundo da produção e das relações de trabalho"* e outros que optam por *"expandir esse campo, enfrentando também as necessidades de atuação no âmbito da cidadania"* (*id. ibid.*: 21). A mediação desta tensão é um grande desafio para os dirigentes sindicais, que, por conseguinte, condiciona a construção da Política Nacional de Formação da CUT. O eixo temático *cidadania* traz para a Política de Formação Integral, na concepção cutista, duas questões: a primeira refere-se, segundo os sindicalistas, à necessidade de construção de referenciais metodológicos para uma prática pedagógica que rompa *"com a racionalidade técnica utilitária e imediatista"*, fazendo das *"experiências dos educandos e dos formadores fontes para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem"* (*id. ibid.*: 21). A segunda diz respeito à qualificação dos quadros da central para também *"qualificar sua intervenção nos espaços institucionais, no sentido de melhor conduzir as lutas por salário, emprego e condições de trabalho e de avançar na luta pela democratização do Estado"* (*id. ibid.*: 21/22).

Reiteramos que, na ação da CUT nos espaços institucionais, onde podem ser delimitadas as políticas públicas, está subjacente a noção de *cidadania* a que nos referimos. Para Dagnino (1994) a emergência dessa nova noção de cidadania, que a Central vem construindo, está relacionada a dois fatores básicos. O primeiro: a *nova cidadania* deriva da experiência dos movimentos sociais, do tipo urbano, movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos, dentre outros. A base fundamental para a emergência desta nova noção é a luta por direitos, seja pelo direito à igualdade ou à diferença. O segundo: a autora aponta que a construção da cidadania foi um processo cumulativo a partir do movimento mais amplo de construção da democracia, significando a extensão e aprofundamento dessa. A nova noção de cidadania, passa a expressar o novo estatuto teórico e técnico assumido pela democracia em todo o mundo, principalmente a partir da crise do socialismo real.

Sem dúvida, há uma estreita relação entre a nova noção de cidadania assumida pela Central e a efetiva participação em espaços públicos, institucionais. A CUT delimita o espaço desta ação: *"A ação política cidadã está localizada em um espaço público, em que os cidadãos são capazes de trocarem suas opiniões e debaterem*

suas diferenças, buscando soluções coletivas para os seus problemas" (CLUT: 2000a, 83).

Acrescenta, ainda, à cidadania, a possibilidade de construção de uma cultura política democrática e de constituição de identidade pública.

A concepção de cidadania ativa caminha lado a lado com a de democracia participativa e de autodeterminação democrática. A prática da cidadania é essencial para a constituição de uma identidade pública, baseada em valores de solidariedade, autonomia e no reconhecimento das diferenças e pluralidades. E, também, fundamentalmente, na formação de uma cultura política democrática. Enfim, a prática da cidadania ativa depende da construção de uma esfera pública em que os indivíduos possam coletivamente engajar-se em deliberações comuns sobre matérias que afetam a vida da comunidade política (id. ibid.: 83).

Duas questões devem ser consideradas para o claro entendimento do significado das concepções que sustentam a participação institucional dos sindicatos filiados à CLUT. A primeira delas é que a concepção de sindicato cidadão, participante dos movimentos sociais, dos canais formais e institucionais não é exclusiva. É conhecido, que, dependendo da corrente no interior da Central, variações e discordâncias podem existir. A outra, altamente polêmica, diz respeito ao significado da adoção da *concepção de cidadania* proposta e o conseqüente estilo de participação nos espaços institucionais: estaria a CLUT promovendo uma ação limitada, que não apresenta alternativas para *além do capita?*

Tais questões são complexas, atingindo o cerne da crise de atuação sindical na atualidade. Urge, para nós, o seu aprofundamento...

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo sustentamos que as mudanças na base de organização do trabalho no modo de produção capitalista, a reestruturação do capital são evidências da tentativa de superação de suas crises estruturais. Sustentamos ainda, que, dadas as condições colocadas por estas crises periódicas, são inegáveis os reflexos nas concepções e ações do movimento sindical de trabalhadores.

Considerando que, no capitalismo, capital e trabalho possuem dimensões indissociáveis, porém altamente contraditórias e antagonicas, quanto maior o poder de mobilização e organização

que os trabalhadores possuem, maior será o poder de pressão e barganha sobre o capital, fazendo com que a correlação de forças lhes seja favorável. Neste embate, os capitalistas procuram fortalecer-se técnica, econômica e politicamente, objetivando garantir-se como elemento hegemônico na contradição estrutural – capital x trabalho, presente no capitalismo. É nesse intercruzamento que, contraditoriamente desenvolvem-se e definem-se os arranjos táticos e estratégicos do capital e as respostas dos trabalhadores frente à exploração, em busca da construção de seu projeto de classe. A análise da participação sindical nos espaços institucionais deve se inserir neste quadro.

As notas que aqui apresentamos procuraram destacar algumas elementos que auxiliassem essa análise. Cabe, então, agora, ao seu final, algumas considerações.

A abertura de canais institucionais de participação no aparelho de Estado brasileiro é, concretamente, resultado das lutas dos diversos setores de expressão na sociedade ao longo de sua história. As grandes greves do final dos anos 70 (expressão da força que o movimento sindical experimentou, depois do auge da repressão militar) e a multiplicação e expansão dos movimentos populares (centrados na lutas de menores, na reivindicação de equipamentos sociais coletivos, dentre outros) representaram uma pressão social e política, um conjunto de demandas que não puderam ser reprimidas ou ignoradas por muito tempo. Nas palavras de Sader (1988), "*novos personagens entraram em cena*"; à revelia do Estado autocrático burguês, e contra ele, configurando novos espaços e formatos de participação e de relações sociais.

A temática da participação social era uma questão presente, seja na pauta da agenda política das elites ou na dos movimentos sociais que se consolidavam. Representavam tanto a crise de governabilidade das estruturas de poder da ditadura, quanto a organizações da sociedade civil em torno de demandas de interesse social. Neste embate, onde estavam presentes os movimentos populares urbanos, o movimento sindical também evidenciou-se, revitalizando suas formas de expressão, transformando-o em ator relevante no cenário político da luta pela democratização e nas demandas por melhores salários, condições de trabalho e de vida.

Nos anos 90, um cenário turbulento e problemático pode ser visto. As formas de participação foram cada vez mais se institucionalizando, onde as arenas de negociações foram capitaneadas pelo poder público. Muitos movimentos organizados perderam sua independência e autonomia, atuando como co-participes das ações estatais.

Há que se considerar aqui os traços da participação institucional cutista. Se, por um lado, a participação dos trabalhadores

nos processos de decisão relativos às políticas públicas é entendida como um passo importante para o processo de democratização do Estado, as implicações e os riscos não podem ser menosprezados, sob pena de se colocar em xeque princípios caros que historicamente a Central adotou.

Os espaços institucionais, deixamos claro, são legítimos e revelam conquistas do movimento social mais amplo. Apontamos, entretanto, que as direções sindicais cutistas podem estar superdimensionando a participação nos espaços institucionais, em detrimento das ações massivas das diferentes categorias profissionais e, consequentemente, da classe que representa. O mais grave, no nosso entendimento, é que a central caminha para a construção de uma base ídeo-política pautada em uma concepção de cidadania amalgamada nos parâmetros da ordem burguesa, distanciando-a das alternativas que apontam para além desta ordem, para além do capital. Ao lado da participação nos espaços institucionais, seus limites devem ser destacados, devendo a crítica estar presente, ao mesmo tempo em que o referencial classista deve ser sempre adotado, construindo alternativas de ação junto às bases de trabalhadores.

Conforme procuramos apresentar, os desafios são muitos e o cenário não é de todo alentador. Para os sindicalistas, recolocam-se dilemas no seu horizonte, tais como foram propostos pela esfige: *decifra-me ou te devara...*

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - O Brasil nos anos noventa. In Teixeira, F. e Oliveira, M. (orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva - As novas determinações do mundo do trabalho* São Paulo: Cortez, Universidade Federal do Ceará, 1996.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? *Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *O novo sindicalismo no Brasil* Campinas: Pontes, 1996.
- _____. *Os sentidos do trabalho - Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa - O movimento operário europeu em crise* São Paulo: Boitempo, 1999.
- BLACKBURN, R. O capitalismo cinzento e o problema do Estado. In Sader, E. Gentili, P. *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis, Vozes, 1999.
- BOITO JR., A. Reforma e persistência da estrutura sindical. In Boito Jr. A. et alii *O sindicalismo brasileiro nos anos 80* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BORON, A. Os "novos leviatãs" e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina.

- NETTO, J. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1996.
- NORONHA, E. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In OLIVEIRA, M. *et alii*. *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado - transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Braziliense, 1994.
- POCHMANN, M. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In Mattoso, J. & Oliveira, C. (orgs.) *Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1997.
- POCHMANN, M. *et alii*. Ação Sindical no Brasil: transformações e perspectivas. In *São Paulo em Perspectiva*, vol. 12. Fundação SEADE: São Paulo, 1998.
- REBELO, A. O revanchismo antitrabalhista do neoliberalismo. In Centro de Estudos Sindicais (coord). *Administração sindical em tempos de crise*. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 1999.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALM, C. Emprego e desemprego no Brasil. *Novos Estudos*, nº 45. São Paulo: CEBRAP, 1996.
- SOUZA, E. *Poder local: requalificação do processo democrático*. São Paulo: PLUC, 1996. Tese. (Doutorado em Serviço Social).
- YACOB, L. *Flexibilização e participação: novas palavras de ordem do capitalismo globalizado?* Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 1997. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social)

TRABALHO E GESTÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ana Maria Costa Amoroso Lima*

RESUMO

O presente ensaio apresenta o cenário institucional onde se realiza a educação superior pública e pretende demonstrar em que medida a organização universitária, por influência e pressão externas, mimetiza a cultura das organizações privadas e vivencia as contradições intra-institucionais decorrentes desse fenômeno.

ABSTRACT

This paper presents the institutional scenery in which the public superior education takes place. It intends to show the way the university organization, under the external influence and pressure, embeds as a mimesis the culture of private organizations and experiences the inter-institution contradictions which are produced by this phenomenon.

I. CULTURA ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES DE PODER

As reflexões apresentadas anteriormente fundamentam a discussão que se inscreve no âmbito da temática selecionada, reforçando que o vetor analítico que a orienta está circunscrito nos rebatimentos dos modelos organizacionais privados, o que implica tratar o mundo do trabalho na contemporaneidade,

* Mestre em Serviço Social - PUC/RJ. Doutoranda em Serviço Social - UFRJ. Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da FSS/UFRJ.

ênfatisando características da sua reprodução no contexto da Universidade Pública brasileira.

Importa destacar como se manifestam as relações de trabalho num contexto institucional permeado, por um lado, pelo chamamento do padrão de desenvolvimento econômico e social conformado nos últimos tempos e, por outro, pelas características que identificam a força de trabalho na universidade não como profissionais da educação e sim como trabalhadores docentes, trabalhadores técnicos e trabalhadores administrativos.

A discussão sobre as relações contemporâneas de trabalho está ancorada em ampla e esclarecedora retrospectiva histórica do capitalismo que remonta, pelo menos, a trezentos anos.

Entretanto, desde a Primeira Revolução Industrial e Tecnológica (final do século XVIII e início do século XIX), passando pela chamada Segunda Revolução Industrial e Tecnológica (no final do século XIX e início do século XX) até o presente momento em que vivemos grandes transformações econômicas, sociais, políticas e, principalmente, tecnológicas, a questão do trabalho sempre teve como "locus" privilegiado as empresas capitalistas em seus diferentes ramos de atividade ou setores econômicos.

No conjunto daqueles que vendem a sua força de trabalho, pretendemos enfocar os trabalhadores improdutivos, ou seja, aqueles que desenvolvem suas atividades no setor público, especificamente, nas universidades públicas federais.

Antunes (1999:102) quando define classe trabalhadora, nos lembra que essa definição inclui, nos tempos atuais, não só trabalhadores produtivos – aqueles que produzem diretamente mais-valia e, portanto, participam diretamente do processo de valorização do capital – mas também os improdutivos.

[...] a classe que vive do trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca.

Os grandes sinais de inovações positivas em relação ao trabalho, ou mesmo as inseguranças identificadas naqueles que detêm os meios de produção em relação às novas formas de investimento e ao direcionamento do espaço seguro de seus investimentos, frutos da fase atual de profundas transformações, não modificam, em essência, a questão do desemprego e da precarização da força de trabalho, resultados diretos da economia de mercado.

Quando se transporta essa realidade para o setor público, vê-se que a situação não é diferente. As políticas neoliberais negam a atuação do Estado, a politização das relações sociais e os investimentos públicos. Esse quadro de ausência deliberada provoca alterações profundas nas instituições públicas que se manifestam através de uma desordem organizacional que tem como consequência as restrições orçamentárias, a impossibilidade de planejamento, a extinção de postos de trabalho, os agravos à saúde do trabalhador e a insatisfação no ambiente de trabalho.

Pochmann (1998:23) ilustra esse quadro de agressão ao emprego público quando menciona que

[...] as experiências das duas últimas décadas mostram que os países fizeram reformas tributárias regressivas: reduziram a participação do imposto direto sobre as rendas e aumentaram os impostos indiretos. Grande parte dos gastos públicos, hoje, nos países desenvolvidos, são comprometidas com encargos financeiros, ou seja, juros a serem pagos ao sistema financeiro.

Outro pressuposto básico do emprego público eram os investimentos a partir das empresas estatais. Hoje vivemos em período de privatização das empresas estatais, e não temos nenhum registro de empresa estatal que foi privatizada e aumentou o número de trabalhadores.

Pelo contrário, os exemplos de privatização mostram que as empresas ficam mais enxutas.

Conforme se observa, o rebatimento da crise do capital no setor público gera uma crescente instabilidade entre os trabalhadores, decorrente da ameaça de um processo de desmobilização institucional que tenta subtrair serviços essenciais como os de educação e saúde e reduzir o apoio à cultura, à pesquisa, à ciência e à produção do conhecimento eticamente responsável e socialmente distribuído.

Inovação, mudança, crise, qualidade, eficiência e produtividade são palavras que acompanham o dia-a-dia das pessoas, demarcando o tempo atual como o responsável pelas mudanças velozes, irreversíveis e irrecuperáveis.

A competição é extremada em toda a sociedade e se reproduz nas organizações, nos seus modelos de gestão que acoçam os trabalhadores na disputa pela geração de mudanças, ainda que o custo seja a perda da própria sensibilidade, da capacidade de criação e entretenimento em troca de uma estressante e contínua atenção concentrada apenas e tão somente no trabalho.

Freitas (1999:17), ao discutir a questão dos impactos das mudanças no ambiente, utiliza a imagem dos furacões e o interesse

que os mesmos têm despertado nos cientistas, observadores leigos, agentes de turismo, cineastas e profissionais da informação norte-americanos. Na sua opinião, o fascínio provocado por esse fenômeno da natureza está ligado à "visão arrebatadora da mudança de uma paisagem que desaparece na impossibilidade de reconstituir o estado anterior", da mesma maneira que o homem imagina a ruptura provocada pelas mudanças que ocorrem nas sociedades atuais.

Nessa direção afirma:

[...] se é verdade que os furacões "caem" do céu, não se pode dizer o mesmo das mudanças que estão ocorrendo nas sociedades contemporâneas, especialmente as ocidentais. A história humana é uma história de mudanças, portanto essa vivência não nos é estranha, uma vez que nem a história é linear, nem o desenvolvimento e a evolução humanas são simples reproduções idênticas de si mesmas. Mas, talvez tenhamos hoje a impressão de que a noção de mudança mudou e precisa agora ser adjectivada para se diferenciar das anteriores.

Ainda que aceleradas ou velozes, não ocorrendo mais como saltos mas como vãos, as mudanças não são provocadas por fatores externos às sociedades onde ocorrem [id, ibid.:17].

Significa dizer que a lógica da mudança está na ação dos homens que constroem a história da sociedade, transformando o contexto social e criando os significados desta construção.

A transmissão escrita da história registra a trajetória das mudanças ocorridas e que modificaram substancialmente a organização social. Desde a pré-história, com a descoberta da propriedade comum da terra, fundamento social da formação de tribos e posterior constituição de países, até a constituição da sociedade burguesa moderna, que apareceu após o fim da sociedade feudal, o mundo vive em processo permanente de transformação. Mudam-se as sociedades, estados, posições, ordens sociais, modos de produção e intercâmbios. Permanecem, porém, os antagonismos, as contradições sociais e a subordinação do trabalho ao capital.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção - por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais

antigas e cristalizadas... tudo o que era sólido e estável se dissolve no ar (Marx, 1998:8).

Longe dos furacões americanos, imagem de Freitas já mencionada neste trabalho, e dentro das "turbulências inovadoras" que ocorrem no cotidiano de uma Instituição Pública Universitária Brasileira, tento identificar dois fenômenos mais próximos que interferem na dinâmica das organizações e na forma como o trabalho se organiza e se reproduz **ameaça do desmonte organizacional e relações de poder nas organizações**. Esses fenômenos que serão objeto de reflexão nas sessões seguintes, constituem os elementos centrais de análise do presente estudo.

1.1 AMEAÇA DO DESMONTE ORGANIZACIONAL

Importa compreender que as estratégias que o projeto neoliberal no Brasil têm engendrado para as políticas públicas, no caso específico para a educação, integram um processo internacional mais abrangente.

A busca de hegemonia desse projeto, ardorosamente defendido pelo Governo FHC, replica o processo inaugurado em países centrais, como a Inglaterra no Governo Margareth Thaxter e os Estados Unidos com Ronald Reagan.

O convencimento acerca da necessidade de redefinição da educação em termos de mercado é apresentado em pelo menos duas dimensões.

A primeira se utiliza de uma pedagogia do convencimento social apelativo, mobilizador de sentimentos e da emoção populares, colocada com habilidade pela mídia, com o objetivo de convencer os cidadãos da importância da concretização, no Brasil, de um projeto neoliberal global.

A construção da política como manipulação do afeto e do sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor, são todos elementos centrais importantes do projeto neoliberal global (Silva, 1999:15)

Não se trata, portanto, de modelo lógico e metodologicamente construído de uma nova proposta educacional. Muito além dessa formalização que privilegia em seu conteúdo as relações de mercado

e a livre iniciativa, encontra-se a pedagogia do convencimento de que esse é o melhor sistema para a sociedade.

Os argumentos apresentados pelo Governo e concedidos ao empresariado do ensino privado são repassados à sociedade através de um eficiente trabalho da mídia, a tal ponto que, nos tempos atuais, defender o ensino público, a universidade gratuita e exigir recursos para as instituições públicas, torna-se um ato de inconseqüentes intelectuais que desejam a proteção de seus enclaves ou fruto de "badernagem" de estudantes socialmente bem sucedidos que têm o privilégio de estudar numa universidade pública.

O embate neste cenário econômico e político se dá não somente em torno da distribuição de recursos físicos, materiais e humanos, de matrizes orçamentárias e de investimentos, mas, principalmente, com as idéias neoliberais produtoras de uma nova gramática que permite a leitura de sua realidade em uma única e verdadeira realidade, a que todos nós temos que nos submeter.

A segunda dimensão de convencimento, já referida anteriormente, é a de natureza normativa. É o momento da regulamentação, no seio das instituições, do "desregulamento" e da "liberalização" apregoados.

É o momento de se colocar em prática o conjunto de medidas operacionais que viabilizem as operações de cortes do gasto público, o equilíbrio orçamentário e a supressão dos investimentos sociais como educação e saúde. É o momento de minimizar a participação do Estado e mostrar ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial que a sociedade está devidamente instruída sobre as virtudes do mercado livre, das privatizações e da política econômica que a determinam.

A estratégia de instrumentalização burocrática tem sido a marca característica do MEC no seu mister de proceder aos ajustes operacionais necessários às reformas do ensino superior, determinadas por um conjunto de medidas de regulamentação da LDB (anteprojeto de autonomia das universidades federais - 29.07.1999).

Netto, em recente artigo (Revista Temporalis, 2000 nº 1), ao dizer sobre a grande reforma do Estado promovida por FHC no seu primeiro e segundo mandatos, chama a atenção para o fato de que essa reforma extrapola os ajustes da via legislativa e se materializa através de decretos, portarias e instruções normativas que refuncionalizam o Estado e, no caso, o ensino superior.

"Em relação ao ensino superior, esse desenho que está na LDB é a explícita incorporação da lógica capitalista da relação custo-benefício (...) podemos pensar na relação custo-benefício não apenas numa ótica capitalista. É perfeitamente

possível, legítimo e há experiências mundiais em que se pensa o processo de formação no ensino superior segundo uma relação de investimento que se faz e dos ganhos sociais daí decorrentes. O problema não é a lógica custo-benefício. O problema é a lógica gerencial capitalista custo-benefício. É essa que inspira não apenas o formato da LDB, mas a enxurrada de decretos, medidas provisórias e, sobretudo, portarias que redimensionaram claramente o ensino superior brasileiro” (Netto, 2000:26).

Não é próprio das Instituições viverem em condições de sitiadas por decretos e normas externas ao seu ambiente. Muito menos as Instituições Universitárias, que não se sustentam na artificialidade pragmática da instrumentalidade, porque “a universidade não é feita de móveis e imóveis, equipamentos e livros, mas de uma comunidade viva que, até por força de ofício, permanentemente pensa e atua” (Menezes, 1996:8).

1.2 RELAÇÕES DE PODER NAS ORGANIZAÇÕES

A tentativa de análise de poder pretendida neste trabalho está voltada para as organizações públicas, com enfoque na instituição universitária. Entretanto, outras formas organizacionais – sobretudo as empresariais – não serão excluídas. Ao contrário, serão tratadas como pontos referenciais, considerando-se a predominância das produções no campo e a “afinidade” entre essas organizações invocada por grande parte dos produtores de cultura organizacional. Tais agentes defendem a tese de que a “onda” de inovações e novidades pode genericamente interessar como instrumento de análise e intervenção às organizações em geral.

Além do mais, como nos ensina Pochmann (op.cit.:25), “as mudanças no mundo do trabalho são analisadas tomando como parâmetros as empresas capitalistas” e as Universidades sempre são analisadas como consequência desastrosa dessa mudança, em termos de ameaça de desmonte, ausência de investimentos e descaso do Estado, dentre outros.

Pensar as organizações significa identificá-las no contexto e época em que se situam. No mundo globalizado em que vivemos e neste contexto de profundas mudanças, não há como divorciar a análise organizacional do espaço sócio-histórico de sua inserção.

Verdades duradouras, sistemas perenizados devem ser desobedecidos em nome do sucesso que as inovações do capitalismo moderno impõem, face aos seus interesses imediatos.

Obter vantagens, criar novas estratégias que permitem ao mercado reinar sem ser incomodado para fabricar seus produtos,

vender seus serviços e precarizar as relações de trabalho, são as características marcantes da "pedagogia" adotada pelos adeptos da economia de mercado.

A globalização da produção tem oferecido aos empresários a perspectiva de restringir as conquistas em direitos sociais dos trabalhadores.

A mídia e a propaganda empresarial têm se encarregado de transformar tais vitórias em benesses, considerando temas como segurança no trabalho, pensões, saúde e seguro social como excessos de proteção anacrônicos e superados. Chomsky (2000:36) afirma que "esta ameaça" basta para forçar as pessoas a aceitarem salários mais baixos, jornadas mais longas, benefícios e segurança reduzidos e outras "inflexibilidades dessa natureza".

Um dado interessante a se observar neste quadro de minimização das conquistas dos trabalhadores é o modelo adotado para a sua consolidação. A fórmula mágica – habilmente elaborada pelos magos da nova arquitetura das relações de produção – chama-se mudança acelerada e interdependente. O contexto se altera rapidamente, tudo muda, gerando perplexidade que embaça a apreensão do momento. A incerteza do futuro fragiliza convicções e sentimentos, levando os indivíduos a inaugurarem um novo tipo de relações de trabalho, de caráter imediatista e competitivo, que impede a construção de um verdadeiro projeto pessoal e profissional.

Ao analisar o impacto das mudanças atuais, Freitas (1999:30) afirma:

"As sociedades em geral, os indivíduos, as famílias e as organizações em particular, têm sofrido os impactos desse vendaval que está sendo chamado de idade da informação, terceira onda, sociedade pós-industrial, era da comunicação, sociedade dos serviços ou ainda sociedade do conhecimento. Nem mais nem menos: o fenômeno parece ser global, exigindo diagnóstico, tratamento e "remédio" globais, uma vez que está disseminado indiscriminadamente, variando apenas em grau de uma sociedade para outra."

Nesse cenário de rápidas alterações, as organizações que há bem pouco tempo atrás se constituíram de acordo com seus objetivos, mas adotando modelos mais rígidos e estruturados que as identificavam com o lugar das relações produtivas racionais, cedem espaço para o mito da ação participativa, onde as relações de poder são embaçadas e o controle é mais sutil.

As empresas vêm apresentando respostas às mudanças ambientais decorrentes da reestruturação produtiva, criando estratégias de sobrevivência num mercado aberto e competitivo que

alteram a dinâmica da organização do trabalho sem provocar um mínimo arranhão no seu objetivo permanente: maior produtividade.

Para tanto, deslocam seus paradigmas que antes espelhavam os pressupostos das "teorias da administração", próprios para sistemas estáveis de tecnologia e mercado, para um propósito reconceituado de imagem institucional.

A nova estética das organizações exige esforços de adaptação às exigências impostas pelo processo de globalização econômico, dentre as quais selecionamos, para guiar a presente discussão, as seguintes: **destaque social, reestruturação organizacional e padrão das relações externas e internas.**

A - Destaque Social

Uma das diferenças entre as organizações do passado e as atuais é a sua visibilidade social. Anteriormente, as organizações cultivavam a cultura da discrição para evitar acusações de uso de seu poder econômico como elemento de influência política regional ou nacional. Esse excusamento lhes concedia a imagem de neutras, divorciadas do poder político e apenas focadas em seus próprios negócios.

Por outro lado, esta também era a forma de embaçar as contradições presentes na luta entre o capital e o trabalho e fugir da crítica sobre os efeitos nocivos do modo de produção capitalista materializados na forma da exploração da força de trabalho, sonegação de impostos, interferência política, danos ambientais, desemprego, dentre outros.

Como não surgiu, após as lutas anteriores entre o capital e o trabalho, cujo apogeu se deu nos anos 60, "um projeto hegemônico do trabalho contra o capital" (Antunes, op.cit.:36) coube a esse oferecer as alternativas "fenomênicas", preservando seus fundamentos essenciais.

Uma das alternativas mencionadas por Antunes (ibid.) foi o início da mutação no interior do padrão de acumulação, visando dar maior dinamismo ao processo produtivo que sinalizava o esgotamento.

Outra, de caráter organizacional, foi a mudança de panorama comportamental da elite empresarial. Contrariamente ao que se observava em menos de duas décadas - comportamento recluso e discreto - empresários, executivos, dirigentes estão na ordem do dia.

[...] frequentam a mídia e se manifestam sobre as mais variadas questões, não apenas econômicas, mas também sociais, políticas, culturais, esportivas, filosóficas, etc. As empresas aparecem como o "modelo que deu certo" e o lugar onde se esconde a fama - para quem tiver coragem de lutar por ela (Freitas, op.cit.:72).

B - Reestruturação Organizacional

Outro dado de modernização consiste na mudança do ambiente onde o trabalho se realiza. Do ponto de vista físico, o arranjo arquitetônico busca, tanto no chão da fábrica para as empresas industriais, quanto nos escritórios, para qualquer tipo de organização, a horizontalidade, espaços amplos e de grande domínio visual. Chamam a atenção as plantas físicas dos escritórios que são subdivididos através de meias divisórias, para que todos controlem todos, identificadas pelo "sugestivo" nome de *baixas*.

Esse novo ambiente é composto ainda de meios de trabalho sofisticados, capitaneados por um computador de última geração e demais recursos tecnológicos que permitem ao trabalhador obter informações para realizar o trabalho e outras que se encarregam de conectá-lo com "o mundo do conhecimento", e superar-se a cada dia para ser cada vez melhor, mais produtivo e vitorioso.

Muda-se o espaço físico, modernizam-se os meios de trabalho, aumenta-se a visibilidade da organização, tudo passa por uma perceptível renovação estética. Mas a matriz de todas essas mudanças é a *linguagem*, o novo discurso do mundo globalizado, através da comunicação escrita ou falada que assegura e institucionaliza o conjunto das mudanças no mundo do trabalho requeridas pelo poder dominante.

Nestes termos, Marcuse (1982:95) esclarece que

"[...] a funcionalização da linguagem expressa uma condensação do significado que tem uma conotação política [...] nos pontos nodais da locução pública aparecem proposições analíticas autovalidantes que funcionam como fórmulas mágico-atuais. Manteladas e remanteladas na mente do receptor produzem o efeito de incluí-lo no círculo das condições prescritas pela fórmula."

A título de exemplificação de palavras e termos que entraram no "index" do discurso globalizado e outras que tomaram o seu lugar, o quadro abaixo, inspirado e adaptado do Artigo Inveja (Revista Você S.A, set/2000), demonstra as características lingüísticas da nova retórica neoliberal.

Na verdade, o mundo vive em permanentes mudanças - cada vez mais aceleradas - que se dão através de significativos avanços tecnológicos e de sua implementação na produção; da mundialização da economia e da comunicação e de seus efeitos políticos, econômicos, sociais e culturais nas sociedades.

GERENCIANDO A COMUNICAÇÃO

NÃO	SIM
Ao individualismo	À cooperação e equipes
Às estruturas fechadas	À gestão participativa
Aos modelos autoritários	À flexibilidade e autonomia
Aos privilégios e ostentações	Aos programas salariais redondos
À polarização	À negociação de conflitos
À política	À avaliação de méritos e potenciais
Às mentiras e boatos	Ao sistema de informação
Ao lucro	Ao crescimento da organização
Ao salário	À remuneração e ganhos
Ao capitalismo	À livre competição de mercado
Às chefias	Aos condutores de equipe
Aos serviços públicos	À empresa cidadã
À exploração	Ao estilo de vida
Ao conteúdo do trabalho	À qualidade total
Ao consumidor	Ao cliente

Entretanto, se é verdade que o capitalismo está se reorganizando na chamada "nova ordem mundial", não é menos verdade que continua sendo capitalismo. O mundo do mercado e a lógica financeira que o identificam continuam cada vez mais vigorosos, só que ideologicamente embaçados, pois encobre-se a manutenção de um mesmo sistema, valorizando-se as mudanças, e encobre-se sua reprodução ampliada, valorizando-se a estabilidade.

C - Padrão das Relações Externas e Internas

Num sentido mais amplo, as organizações, objeto da presente reflexão, são sistemas sociais estruturados e criados com o objetivo definido de produção de bens ou serviços através do trabalho assalariado e com o fim último da produtividade e do lucro.

As organizações desempenham papel predominante na sociedade, principalmente as empresas modernas do mundo ocidental. É nelas que se desenvolvem as práticas sociais concretas, através da realização da produção e dos serviços por uma força de trabalho cada dia mais tematizada, mais "ameaçada" de extinção, mas sempre requerida.

Inseridas na dinâmica da sociedade, as organizações refletem, internamente, todo o processo de mudança que está ocorrendo no seu meio externo e na sociedade em escala mundial. Compartilhando desse movimento ampliado e sabedoras de que não são eternas, buscam, de toda maneira, não só negar sua finitude, como também reagir, permanentemente, em defesa de sua sobrevivência.

Nessa ótica, utilizam várias formas de convencimento, das quais podem-se citar duas que são fundamentais, quais

sejam: a relação externa com o mercado e a sociedade e a relação intra-institucional.

No primeiro caso, a revalorização do papel das organizações empresariais em todo o mundo tem levado a uma certa forma de certificação de que o capitalismo é o único caminho de desenvolvimento econômico e de que a ideologia neoliberal é o seu devido fundamento.

A chamada crise do Estado e das instituições públicas estimula esse predomínio do papel econômico e definidor da iniciativa privada. O Estado desacreditado cede espaço para maior participação das empresas na vida social, dando a impressão de que ele é um causador de problemas no mercado e, portanto, deve ser reduzido ao máximo, se não afastado de suas responsabilidades e finalidades constituídas, restando-lhe apenas apoiar logisticamente a expansão de "quem sabe fazer".

A construção da *imagem externa* de organizações dessa natureza pressupõe a inclusão de ingredientes econômicos e simbólicos. O caso da reestruturação produtiva ilustra essa tendência. Na contemporaneidade, as empresas não conseguem sobreviver num mercado tão competitivo com uma diversidade de investimentos em áreas diversas. A tendência é centralizar a produção numa atividade principal – de maneira que cada negócio seja um centro de lucro, pois um negócio não pode financiar o outro – e as demais são flexibilizadas ou terceirizadas.

Tais estratégias provocam efeitos danosos no mercado de trabalho, como o desemprego e a precarização do trabalho. No entanto, são passadas à sociedade como atitudes de inovação, competência, racionalidade e criatividade que são os ingredientes principais da "busca da excelência e da qualidade" tão em evidência nos tempos atuais.

O consumidor real ou potencial é estimulado a criar a imagem da organização e ter para com ela um sentimento de admiração e respeito. O Estado não atende às necessidades sociais, por isso as organizações privadas, salvadoras dos interesses nacionais, se colocam a serviço da sociedade. Patrocinam eventos, compensam a poluição com a compra de matas a serem preservadas, adotam escolas comunitárias, tudo em função da legitimação externa.

Nunca é demais lembrar que as empresas têm os seus interesses específicos e o maior deles é ganhar sempre e que, na lógica do capital, são capazes de cometer atos lesivos em relação a esse mesmo consumidor e a essa comunidade que elas tanto seduzem. O capital não tem pátria e nem nacionalidade e se movimenta em direção a novas oportunidades. Ainda que essas novas oportunidades signifiquem: queimar excesso de produção, mudar rapidamente de região ou país, especular no mercado

financeiro em detrimento das atividades produtivas e, se possível, substituir seus trabalhadores por máquinas.

Quanto ao padrão de **relações internas**, percebe-se que ele se reproduz no interior das organizações, porque, conforme mencionado neste texto, essas são criadas pelos homens em sociedade e o que acontece em seu interior tem um sentido ratificado socialmente.

A busca da coesão organizacional tem provocado ondas sucessivas de modelos gerenciais, materializados na produção de livros, textos e manuais diversos, criados por "intelectuais" do empresariado e dispostos, como se fossem um supermercado de opiniões, idéias e fórmulas para a felicidade e a harmonia no ambiente de trabalho.

Já que a contradição capital-trabalho foi "superada" e a luta sindical amortecida em decorrência da nova configuração do trabalho, resta criar novos modelos de gestão centrados no indivíduo, em seus sentimentos e no grupo, como uma equipe.

Amado (2000:111), discutindo a coesão organizacional, diz precisamente sobre a formação de equipes, utilizando-se da metáfora do esporte: "Nesse movimento sobre cultura de empresa, às vezes são feitas referências às equipes esportivas, nas quais a coesão seria a garantia do sucesso. Então por que não administrar uma empresa como uma equipe esportiva?".

Respondendo sua própria interrogação, o autor nos informa que tal situação não ocorre devido aos seguintes fatores:

- Não é o fato de se criarem táticas e estratégias que determina o sucesso de uma equipe. A atitude essencial é a constituição de um clima em que as potencialidades, a autonomia e a responsabilidade de cada um possam se desenvolver. Não há necessidade de guardiães ou de protetores de rituais artificiais ou de símbolos.
- Existe ainda um limite na analogia entre uma equipe esportiva e uma empresa: a coesão é naturalmente muito maior numa equipe esportiva porque todos os membros estão unidos, desde o início, pela mesma paixão, têm o mesmo objetivo e recebem recompensas proporcionais a seus sucessos.

A massificação de comportamento proposta pelas inovações de tecnologia gerencial, tais como a reengenharia, o planejamento estratégico, a qualidade total o "downsizing" e outras (como recentemente a ética nas empresas), pode criar a ilusão coletiva de trabalhadores integrados e cooptados pelo discurso hegemônico

da harmonia que leva à consecução da qualidade e da excelência organizacional e da realização profissional e pessoal.

Na atualidade, termos como qualidade e excelência deixaram de ser uma simples expressão e se transformaram em conteúdo fundante de um discurso, fora do qual não é possível a interação, porque os interlocutores não reconhecem outra linguagem que não seja esta, "moderna", dominante e salvadora.

Qualidade e excelência não são um fim em si mesmas, ou conforme afirma Salomão em recente texto sobre a busca da excelência: (house-organ, BMP, Set/2000):

"A tentativa plenamente humana de entender o mundo e fazer-se entender nele não tem um capítulo final pré-determinado; não é meramente redutível ao plano dos interesses, nem estritamente quantificável em metas. Todas estas coisas são marcos na travessia, mas não se confundem com ela.

Ser excelente é atrever-se à travessia: consultar as estrelas, desenhar os roteiros, caminhar com os companheiros, não desistir deles, mudar no caminho, mudar o caminho, deixar-se mudar. Na frágil escala da vida humana, a beleza do mundo é que ele nunca está terminado."

As organizações, por mais que aparentemente se manifestem coesas, são espaços de contradição, de grupos de trabalho e de poder que competem entre si, de valores e desejos heterogêneos.

Se de um lado cabe aos gestores o controle destas contradições através de várias estratégias disponíveis, por outro, cabe aos próprios trabalhadores organizados, aos intelectuais, políticos, profissionais e demais sujeitos, críticos desse modelo, a reação a ele e a proposição de alternativas concretas, permanentes e contínuas de sua superação.

2. MODELOS ORGANIZACIONAIS PRIVADOS: SEUS REBATIMENTOS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A referência primeira que se tem de ensino superior no Brasil data de 1808 com a criação pelo Príncipe Regente, com a transferência da Corte para o Brasil, do primeiro curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia.

Posteriormente ocorreu a criação de escolas e faculdades profissionais isoladas. Nada, no entanto, comparado à Universidade nos moldes em que a conhecemos hoje, já que esta só se organiza a partir da década de 20 do Século XX, o que lhe rendeu, apropriadamente, a denominação de "universidade temporária" por

Luiz Antônio Cunha em livro que resgata o ensino superior no Brasil desde o período da colonização até a era Vargas.

Enquanto o século XIX debatia a nova Universidade, voltada para a pesquisa e a ciência, o Brasil esteve fora do processo universitário.

Se considerarmos que a universidade brasileira nem completou seu centenário podemos afirmar que, embora bastante estudada e criticada por vários intelectuais, a gestão das universidades públicas brasileiras ainda é um território a ser explorado. Caracterizar formas de gestão implica avaliar e criticar modelos, estruturas, ambientes e recursos humanos docentes e técnico-administrativos o que, convenhamos, não é uma das práticas favoritas dos dirigentes universitários ou dos segmentos humanos que integram a estrutura universitária, ou no dizer de Cunha (2000:126):

"A universidade brasileira prefere projetar sua capacidade de pesquisa e de crítica sobre outras instituições, mais do que a si própria. É compreensível que assim seja, mas não é aceitável, tratando-se de uma instituição que historicamente se define como uma instituição crítica."

Nas reformas ou mudanças ocorridas na universidade, ao longo de sua existência, pesa o fato de terem sido elaboradas de cima para baixo, via grupos gestores do MEC, através de olhares externos e sem levar em conta as características e especificidades de cada instituição. É o mesmo que produzir sapatos com numeração única sem levar em conta os diversos pés que os calçam.

No ano de 1968 ocorreu a reforma do ensino através da Lei nº5540 e do Estatuto do Magistério Superior Federal, mediante Lei nº5539. Ambas oportunizaram as condições *institucionais* para a real criação da universidade no Brasil, porque reuniram faculdades ou escolas que existiam isoladas em torno de uma instituição social maior, ou seja, a instituição universitária.

A reação à reforma implantada foi grande, por parte dos docentes, intelectuais, pesquisadores e estudantes que, durante a década de 70, manifestaram-se efetivamente contra o regime militar e a favor da redemocratização do país.

A luta dos segmentos universitários, aliada à reação de demais organizações sociais e políticas, levou para o início dos anos 80 algumas conquistas importantes. No espaço da política nacional ocorreram as eleições diretas para governadores e no âmbito do MEC foi lançado o Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU - em junho de 1983, fruto das discussões ocorridas no Conselho Federal de Educação que,

por seu turno, foram motivadas pelas greves nas Universidades e pelas críticas dirigidas à legislação implantada pela reforma do ensino de 1968.

Se na década de 80 a pós-graduação era sistematicamente avaliada pela CAPES, a graduação, ao contrário, não dispunha de nenhum mecanismo dessa natureza que pudesse apontar se a reforma universitária fora realmente efetivada e qual o balanço dos resultados da avaliação dos vários cursos e instituições.

Os temas dos quais o PARU tratava seriam de duas naturezas: **gestão das IES e produção e disseminação do conhecimento.**

A idéia era dar vigor a esses temas através de um estudo-base, originário da CAPES, que tinha como objetivo conhecer o "ethos" de cada instituição, através de uma análise histórica que

"[...] permita chegar à recuperação de sua trajetória, em relação a processos tais como maneira de legitimação das decisões internas, modos específicos de gestão e formas de tomada de decisão. Tais processos interferem na formulação de políticas concretizadas em diferentes tipos de práticas acadêmicas que, assim, expressam a marca política da instituição" [Referencial teórico do estudo-base - MEC/CAPES - 1983].

Trabalhadores em educação e estudantes contemporâneos do PARU certamente se lembrarão dos questionários, acompanhados de roteiro, que lhes chegaram às mãos para preenchimento. Provavelmente se recordarão, ainda, da desativação do PARU no ano de 1984 em decorrência de problemas internos ao MEC. Com este impedimento as universidades perderam a chance de participar de um projeto abrangente sobre gestão universitária.

Não fosse a reação de professores e técnico-administrativos, em longa greve unificada em 1987, que teve como ganho o Plano Único de Cargos, Retribuição e Salários - PUCRS - que redefiniu as carreiras e estabeleceu a isonomia entre as universidades, gerando, no final de 1990, a criação do Regime Jurídico Único - RJU - o qual unificou celetistas e estatutários na categoria de Servidores Públicos, não haveria nada que pudesse dar significado à educação superior no Brasil naquela década.

Os anos 90 cuidaram de manter a comunidade universitária em situação de desalento diante da progressiva fragilização das universidades públicas federais.

A proposta de Reforma Administrativa do Estado (1995) trouxe exigências de mudanças para os ministérios e, no caso do Ministério da Educação, o documento sobre **autonomia universitária** é o exemplo mais evidente dessa mudança, porque pretende

regulamentar a nova reforma do ensino superior no Brasil, transcorridos 28 anos da primeira, ocorrida em 1968. Desta vez trata-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - (Lei nº 9.394, de 20.12.1996).

Do projeto original, concebido como *lei complementar*, ao segundo como *emenda constitucional*, ao qual reagiu fortemente contra o seu conteúdo a comunidade universitária e que foi vetado pela área econômica do governo por considerá-lo extremamente generoso na destinação de recursos às IFES, até a chegada de um novo documento, em julho de 1999, que anuncia a efetiva implantação da autonomia universitária como meta prioritária do MEC, transcorreram-se quatro anos de idas e vindas com as universidades sobressaltadas pelas dificuldades orçamentárias e de pessoal. Reformulada, a nova investida se adequa, ainda mais, à redução da participação financeira do Estado na área de ensino público superior.

Tal cenário levou Trindade (2000:172) a declarar:

"O atual ministro, embalado pelos elogios presidenciais à sua atuação no MEC, aceitou continuar um segundo mandato sem se dar conta dos vetos internos que têm bloqueado seus projetos, especialmente no campo da autonomia universitária."

Observa-se também que sua iniciativa política, em matéria de educação superior, tem sido reflexa e dependente de decisões que se desenvolvem nos núcleos de poder mais poderosos do governo, ligados às áreas econômica e de reforma do Estado.

Enquanto perduram as indefinições de identidade e de projeto institucional, as universidades federais públicas tomam-se sobreviventes de uma *autonomia parcial* determinada pelos Ministérios da Educação, da Fazenda e do Orçamento e Gestão.

Sobrevivem sob a pressão de decretos e portarias, de crescer sem recursos com enfoque na ampliação de vagas para a graduação, ou criação de cursos novos, ainda que seus quadros estejam insuficientes, pouco qualificados e mal remunerados.

No que tange à remuneração, há que se lembrar dos seis anos sem reajuste (o último ocorreu em janeiro de 1995 - 22,07%) "compensados", para o segmento docente, através da Gratificação de Estímulo à Docência - GED - (Lei nº 9.678 de 03.07.98, regulamentada pelo Decreto nº 2.668 de 13.07.98), criada para atender ao Magistério Superior das IFES, após greve prolongada e de difícil processo de negociação.

Quanto ao segmento técnico-administrativo, este aguarda a efetivação da Retribuição Adicional Mensal - RAM - correspondente

também a uma gratificação de estímulo ao trabalho desenvolvido, acordada com o MEC em negociação ocorrida após o fim de longa greve iniciada em maio e finalizada em agosto de 2000.

No entanto, a maior novidade do final do século XX é a proposta do MEC, agregada a outra da Comissão Provisória de Recursos Humanos da ANDIFES, de anteprojeto de lei que regulamenta a criação do emprego público nas IFES, propõe novo plano de carreira e transforma os atuais servidores públicos em celetistas.

Mais uma vez, as entidades representativas das categorias, ANDES e FASUBRA, a UNE e reitores da ANDIFES não alinhados ao governo, reagem a esta nova imposição que, no mínimo, não representa a realidade do mundo do trabalho nas universidades e, no máximo, não respeita a identidade e características das instituições e de seus trabalhadores.

Os desdobramentos do tema que virão a seguir trarão embutidos em seu conteúdo grande parcela da intervenção da autora, oriunda de uma vivência profissional, de mais de duas décadas, voltada para a docência e para o exercício de cargos acadêmicos e de gestão universitária, aliada à experiência como Assistente Social, em empresa privada transnacional.

O conjunto destas experiências profissionais com todos os desafios por ele impostos configura o cenário interventivo que pode iluminar os caminhos em direção a um projeto inovador no âmbito da cultura organizacional das Universidades Públicas, desde que lapidado pela crítica e pela teoria que o orienta.

Nesse sentido, a pretensão é levar para o interior da instituição universitária o desenho formulado anteriormente sobre os fenômenos presentes nas organizações em geral e que se materializam no que foi denominado de **ameaça ao desmonte organizacional e relações de poder nas organizações**.

O primeiro caso - **ameaça ao desmonte institucional** - que busca redefinir a educação em termos de mercado, pelas vias dos convencimentos social e normativo, reproduz um quadro preocupante na Universidade Pública Federal.

A provocação do mercado é de natureza variada e se transforma em competição, a partir do momento em que as instituições privadas de ensino superior, através dos meios de comunicação e de sua própria propaganda, protagonizam o modelo da organização de sucesso e que, portanto, vai elevar seus alunos ou candidatos a condições similares.

Oferecem seus **serviços educacionais** dispostos em cardápios variados que contemplam a graduação, especialização, mestrados profissionalizantes, MBA, doutorados, cursos seqüenciais, dentre outras ofertas, devidamente acompanhadas de um plano de pagamento facilitado, que inclui descontos graduais para os alunos

que apresentarem melhor desempenho, nos cursos por eles escolhidos. Agregam ainda, ao pacote de ofertas, ambientes educacionais mais modernos, espaços físicos confortáveis, recursos pedagógicos adicionais, como o uso de meios eletrônicos e ensino da língua estrangeira.

Invariavelmente, não se faz nenhuma referência ao projeto pedagógico e nem tampouco ao objetivo formativo dos cursos oferecidos, porque o que conta é a imagem institucional a ser gravada na mente do **consumidor** acerca da excelência dos produtos oferecidos.

Outra estratégia adotada pelas instituições privadas de ensino superior, se refere à competição no vestibular. Estas se antecipam ou aguardam a finalização das seleções das universidades públicas para lançarem seus editais. O objetivo é atrair o maior número possível daqueles vestibulandos que ainda não concorreram ou que não obtiveram êxito no certame das instituições públicas de ensino.

As instituições privadas não tendem a competir com as públicas, no momento do ingresso de alunos, porque financeiramente isso em nada as beneficiaria. Só o que perderiam em número de inscrições já explica por si a renúncia à competição.

Por outro lado, competem entre si, lançando seus editais ao mesmo tempo. Neste caso, a corrida contra o tempo em relação ao início do ano acadêmico e a propaganda do convencimento social dos **produtos** oferecidos justificam a concorrência.

Agrega-se a esta frente um novo tipo de unidade educativa surgida no final dos anos de 1980, gestada no interior das empresas para garantir aos trabalhadores uma estrutura de ensino permanente, que lhes assegure aprendizado de conteúdos úteis e aplicáveis no cotidiano do trabalho.

Trata-se da **universidade corporativa**, presente em mais de duas mil empresas dos Estados Unidos, entre elas a General Motors, Xerox, Disney e Motorola e que conseguiu adeptas no Brasil através de empresas do porte da Brahma, Accor, Algar, Bank Boston, entre outras.

Publicações dirigidas aos segmentos empresariais têm dado ênfase a essa iniciativa, demonstrando claramente as vantagens de se capacitar trabalhadores dentro das empresas como fórmula adequada de se fazer com que todos passem a ter as qualificações necessárias para atender às metas da organização.

Na verdade, trata-se de uma iniciativa do grande empregado de ampliar o controle sobre a força de trabalho, assegurando sua reprodução intelectual através de progressiva individualização das relações de trabalho, o que desloca o foco da relação entre o capital e o trabalho da esfera pública/social para os diferentes ramos da atividade econômica e destes para os micros setores, que são as

empresas e, no interior destas, para uma relação cada vez mais **individualizada**.

As instituições referenciadas, privadas e corporativas, objetivam, cada uma a seu modo, a mercantilização de um bem que, em sistemas econômicos e políticos democráticos, jamais poderia ser vendido ou muito menos explorado com a finalidade exclusiva do lucro. Trata-se do conhecimento, da ciência, da cultura, da tecnologia e da política que, em conjunto, constituem patrimônio inalienável da humanidade e que, por direito social, devem estar ao alcance de toda a sociedade.

No entanto, a onda mercantil ronda os muros da Universidade Pública. Ameaçada pelo convencimento social da competência e do sucesso e presa nos laços do convencimento normativo, oriundo do MEC e dos Ministérios da área econômica, através de leis, decretos, portarias que suprimem autonomia e operam cortes no gasto público, a universidade pública já acena, embora com certa relutância, para a aceitação de mesclar sua condição de centro de custo com a de centro de produção e, finalmente, com a de centro de investimento.

O exemplo que mais se aproxima dessa situação são as chamadas **fundações de apoio** presentes na maioria das IFES, criadas como intervenientes nas relações do serviço público com o mercado, como forma de atenuar o controle do direito administrativo, que regula juridicamente os serviços públicos, e suprimir as burocracias processuais e licitatórias.

O segundo caso, as **relações de poder nas organizações**, caracteriza-se também pela influência que as relações de mercado exercem nas instituições universitárias públicas em vários aspectos, entre os quais pode-se apontar o **destaque social**, a **reestruturação organizacional**, e o **padrão de relações externas e internas**.

Determinados comportamentos presentes na lógica do mercado se reproduzem no interior das universidades públicas conforme pode-se observar a seguir:

- ◆ Restrição das conquistas dos direitos trabalhistas e sociais dos docentes e técnicos administrativos que se manifesta pelo baixo reconhecimento, por parte do governo, das necessidades de sua força de trabalho e da importância de suprir uma instituição formadora com recursos humanos suficientes, integralmente bem preparados e remunerados. Ao contrário, o que se observa, é a **iminência** de aprovação da lei que vai criar o emprego público e a deliberada intenção de desagregar ainda mais os segmentos profissionais que realizam o trabalho na universidade pública, ampliando o fosso que os separa, concedendo

gratificações a um segmento em detrimento do outro, extinguindo postos de trabalho técnico, administrativo, operacional e não autorizando abertura de concursos, como medida de redução do quadro de pessoal.

- ♦ Mudanças repentinas e aceleradas reconfiguram o desenho institucional para atender às determinações do MEC de expansão de vagas, criação de cursos novos, titulação docente e foco dirigido para a graduação. É relevante criar cada vez mais oportunidades de acesso dos jovens às universidades, porque a educação, além de dever do Estado, é requisito universal prévio ao fortalecimento da autonomia individual e social. Entretanto, não é somente em torno desta relevância que gira a dinâmica da vida universitária. Em que adianta saber que uma universidade triplicou sua capacidade de acesso, se não potencializou sua capacidade de ensinar, de produzir conhecimento, de fomentar a cultura, de pesquisar e de disseminar o exercício da política, da ética e da responsabilidade social? Focada nas mudanças como se fossem furacões, a universidade pública atende à instância do simbólico da sociedade, que acredita nessa novidade, como sendo o **NOVO** que finalmente chegou, esquecendo-se de que novos processos devem ser tratados em termos culturais e de que não são as técnicas modernas que fazem a diferença e sim o aproveitamento inteligente da vida institucional.
- ♦ Coexistência de modelos organizacionais híbridos no interior das instituições públicas de ensino superior levam a uma indeterminação no processo de tomada de decisões. A estrutura organizacional das universidades públicas padece de uma carência de vinculação entre as diversas unidades que a compõem. Deixando de mencionar a notória separação entre a esfera administrativa e a acadêmica, um caso crônico da divisão sócio-técnica do trabalho, chamam a atenção as lacunas organizacionais existentes no contexto da organização acadêmica. Para uma melhor compreensão do fenômeno pode-se ilustrá-lo da seguinte forma: em geral as universidades públicas são compostas por departamentos, coordenações, faculdades, institutos, núcleos, centros e órgãos suplementares. A estrutura superior é composta pela direção geral que, na maioria das vezes, engloba reitor,

vice-reitor, sub e/ou pró-reitorias, além das assessorias especiais de comunicação, informática, imagem institucional, assuntos estratégicos, culturais e jurídicos. A escala de decisões segue o seguinte fluxo: departamento, conselho da unidade, colegiado, conselhos superiores setoriais, conselho superior e assembleia geral.

Os instrumentos de ordenamento da vida institucional são o Estatuto Geral e seu Regimento e os diversos regimentos específicos que normatizam os demais órgãos da estrutura organizacional. Em relação à força de trabalho, o instrumento é o Regime Jurídico Único - RJU, além de instruções normativas gestadas internamente.

As representações dos dois sindicatos (docentes e técnico-administrativos) e a estudantil dão a configuração orgânica de suas participações no contexto universitário. Como as diversas unidades, com seus múltiplos interesses e diferentes objetivos, não possuem vinculação, nem mesmo de circularidade, existe um **afrouxamento** organizacional por onde escapa o controle do processo, o que motiva a desagregação institucional. Muitas vezes decisões democraticamente construídas nos conselhos superiores jamais são implementadas e outras sofrem da síndrome do convencimento, desde o topo até a base.

Este tipo de desalinhamento organizacional facilita e até estimula a criação de micro poderes na instituição, cujos integrantes praticam atos ou exercem a autoridade que lhes foi concedida pela desorganização e pela falta de transparência na comunicação.

Os donos deste poder simbólico que podem estar nos núcleos, departamentos, centros ou afins, assemelham-se ao modelo de gerentes das organizações privadas, manifestando um poder que de fato não têm e individualizando ações que deveriam ser coletivas.

- ♦ Timida reação dos trabalhadores na área da educação superior pública às determinações do governo federal constitui também um elemento identificador da mimetização de determinados comportamentos da dinâmica das organizações privadas.

Os sindicatos das categorias têm circunscrito sua agenda de luta à questão salarial. Subjugados pela crescente racionalidade do modelo econômico neoliberal, estão perdendo a dimensão sócio-política de quem é o produtor direto dos serviços e da educação.

A partir de meados de 1990, ocorreu nas universidades, por força de pressão do governo federal, através da ameaça de expropriação de direitos adquiridos dos trabalhadores, um grande número de aposentadorias de Docentes e Técnico-administrativos. Isso resultou numa irreparável perda de profissionais que se retiraram, ainda jovens, do mundo do trabalho, embora amadurecidos intelectualmente e com grande acúmulo de vivência política e universitária. A eles sobrevieram, no caso dos docentes, porque os técnicos-administrativos não foram substituídos, uma gama de novos docentes efetivos ou substitutos, neófitos tanto em relação ao trabalho quanto na inserção da dinâmica da organização universitária.

Pode-se afirmar, com as devidas ressalvas de um olhar empírico, que estes novos trabalhadores têm atitudes comportamentais bastante diferenciadas em relação às daqueles que se aposentaram.

A inserção de novos docentes ocorreu no período em que se agudizava a obcecada idéia, por parte do governo, de eficiência e de corte de gastos públicos, o que inviabilizou o reconhecimento do retorno social, educacional e, em certa medida, financeiro que o investimento em educação representa, porque "a ênfase nacional nas insuficiências de todos os sistemas públicos, sejam eles quais forem, parece ter roubado até mesmo nosso direito de ver os seus méritos e virtudes" (Restoff, 2000: 202).

As exigências de eficiência, de produtividade e de titulação como elementos de reconhecimento do trabalho docente e fonte de melhor remuneração (Cf. GED) contribuíram para a concepção de uma identidade profissional centrada na noção de *emprego* e não de *docência*.

Evidentemente, não se trata aqui de rotular jovens docentes como carreiristas ou alienados de um projeto educacional redefinido nos marcos da transformação histórica. O que se sinaliza é apenas a ponta de um fenômeno a ser estudado em conjunto com outro bastante significativo. Trata-se, nesse caso, de determinados segmentos internos à universidade que querem a lógica privatista para justificar suas prestações de serviços e manter seus vínculos de "negócios" com a sociedade civil, utilizando-se da condição simbólica de serem professores ou trabalhadores de uma instituição universitária pública, o que por si, legitima suas práticas profissionais externas.

Tentamos com a elaboração deste texto capturar, na dinâmica da universidade pública, pontos de partida para a compreensão de sua natureza institucional e da situação crítica a que está submetida.

Para além do discurso, trouxemos à vista representações materiais do campo educativo, pois, conforme Marx (teses sobre Feuerbach, 9, in Frigotto, 1999:33), "A disputa em torno da realidade ou irrealidade do pensamento - isolado da prática - é um problema puramente escolástico".

No sentido de reorganizar a vida econômica, social, política e ideológica, o neoliberalismo introduz "novos" conceitos e noções para redefinir, no campo da cultura organizacional, modelos organizacionais e de gestão pública.

A universidade tem sido convocada pelo governo federal a aderir este projeto e a reproduzi-lo. Por outro lado, em sua organização interna, perpassam contradições de pensamentos e interesses que obstaculizam o entendimento real de que a universidade é uma instituição social com missão pública. Ou no dizer de Chauí (in Catani e Oliveira, 2000:186):

"A universidade é uma instituição social, científica e educativa, cuja identidade está fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhes são inerentes. Seu reconhecimento e sua legitimidade social vinculam-se, historicamente, à sua capacidade autônoma de lidar com as idéias, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento. Nesse processo, ela interroga, reflete, critica, cria e forma, exercendo papel fundamental no avanço e na consolidação da democracia, que implica compromisso com a luta pela democratização dos meios de produção da vida humana."

Neste sentido cabe à universidade demarcar sua real autonomia institucional e a liberdade acadêmica para:

- Renovar** seu projeto político, considerando os desafios propostos pela sociedade do conhecimento e da informação.
- Incorporar** ao seu projeto político o fazer interno e a capacitação elevada de seus quadros docentes e técnico-administrativos. A estes últimos não cabe mais instrumentalizá-los e sim formá-los como profissionais estratégicos e gestores públicos.
- Enfrentar** com a competência das decisões construídas democraticamente em seu interior e com os organismos vivos da sociedade civil, o desafio de romper os estritos limites da tutela do Estado e da mimetização do mercado.

- AMADO, Gilles. Coesão Organizacional e ilusão coletiva. In: MOTTA, F. C. P. e FREITAS, M. E. de (org.). *Vida Psíquica e Organização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho* 2ª ed. São Paulo: Bomtempo Editora, 2000.
- BRASIL Lei 5540 e Lei 5539 do Estatuto do Magistério Superior Federal.
- BRASIL Lei 9394 de Diretrizes e Bases da Educação. 20/12/1996.
- BRASIL Plano Único de Cargos, Retribuição e Salários. PUCRS, 1987.
- BRASIL Programa de Avaliação da Reforma Universitária. PARLI, junho 1983, MEC/CAPEL.
- BRASIL Regime Jurídico Único. RJLU, 1990.
- CHAUÍ, Marilena (In: CATANI, A. M. e OLIVEIRA, J. F.). A Universidade Pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In: TRINDADE, Hêlgio (org.). *Universidade em Ruínas* 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. Entrevista. *Revista Caros Amigos*, n.º 29, agosto 1999. p. 22-28.
- CHOMSKY, Noam. Democracia e Mercado na Nova Ordem Mundial. In: DIVERSOS. *Globalização Excludente* 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporária*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- CUNHA, Luiz Antônio. Reforma Universitária em Crise: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, Hêlgio. *Universidade em Ruínas* 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- DIVERSOS. Rumos das Reformas. *Revista Lua Nova*, 1998, n.º 45. CEDEC-SP.
- FERREIRA, J. M. Carvalho, et. al. *Psicossociologia das Organizações*. Portugal: Editora MC GRAN-HILL, 1996.
- FLEURY, M. E. L. e FISCHER, R. M (org.). *Cultura e Poder nas Organizações*. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.
- FREITAS, Maria Ester de. *Cultura Organizacional: Identidade, Sedução e Carisma?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- MARCLUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 95.
- MARX, Karl (In: FRIGOTTO, Gaudêncio). Educação e Formação Humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz T. da. *Neoliberalismo, Dualidade Total e Educação* 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- MARX, Karl (In: NETTO, José Paulo. Prólogo.) *Manifesto do Partido Comunista [1848]*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MENEZES, Luis Carlos de. *Universidade Sitiada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MOTTA, Fernando C. P. *Teoria das Organizações*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1986.

NETTO, José Paulo. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. *Revista Temporalis*, ano I, n.º 1, janeiro a junho/ 2000. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. p. 26.

PEREIRA, Potyara. *Necessidades Humanas*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

POCHMANN, Márcio. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, Regina e CARVALHO NETO, Antônio (org.). *Relações de Trabalho Contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT/PUCCMG, 1999. p.23-25.

RESTOFF, Dilvo. A Tríplice Crise da Universidade Brasileira. In: TRINDADE, Hêlgio (org.). *Universidade em Ruínas*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 202.

RODRIGUES, Otávio. Inveja. *Revista Você S/A*, ed. 27, ano 3, setembro 2000. pág. 30-37.

SALOMÃO, Margarida. A busca da Excelência. *House-organ da Belgo Mineira Participações*. Juiz de Fora, setembro 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A 'nova' direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz T. da. *Neoliberalismo, Dualidade Total e Educação*. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TRINDADE, Hêlgio. A Autonomia segundo o MEC: fragilidade política e ambiguidade conceitual. In: TRINDADE, Hêlgio (org.). *Universidade em Ruínas*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

O DEBATE CONTEMPORÂNEO DO SERVIÇO SOCIAL: O TERCEIRO SETOR EM QUESTÃO

Leila Baumgratz Delgado Yacoub*

RESUMO

O artigo localiza o Terceiro Setor no contexto da crise do capital e refuta o argumento de que este serviria de fonte alternativa de ocupação profissional para trabalhadores em geral e para os Assistentes Sociais em particular; compensando os postos de trabalho suprimidos nos demais setores da economia, sobretudo no setor público.

Palavras-chave: Capitalismo Contemporâneo, Terceiro Setor e Serviço Social

ABSTRACT

This text places the Third Sector in the context of the crisis of capital and denies the argument that it would serve as a source of job to workers in general and to the social workers in particular, compensating the job places that were extinguished from other economic branches, especially the public one.

Key-words: Contemporary Capitalism, Third Sector and Social Work

TRANSFORMAÇÕES NA ESFERA DO MERCADO, DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL

O padrão fordista-keynesiano nos países centrais, representativo de um modelo de acumulação do capital produtor

* Professora Assistente do Departamento de Política de Ação do Serviço Social da FSS/UJFF. Doutoranda em Serviço Social - UFRJ.

de mercadorias padronizadas, em séries, a preços mais baixos, articulado com políticas estatais fiscais e monetárias, possibilitou investimentos públicos e créditos, garantindo crescimento produtivo, consumo de massas e pleno emprego; além de investimentos em seguridade social para os excluídos de forma a mantê-los como consumidores. Significou um longo período de expansão, com crescimento econômico e elevação dos padrões de vida, que teve seu fim em meados da década de 70, quando a crise recessiva mundial de 1973/74 desautorizou tal modelo (Yacoub, 1997).

A partir de meados da década de 70 o mundo globalizado vem enfrentando novas crises e desafios como o colapso do acordo pós-guerra, o desgaste do paradigma fordista-keynesiano, novas configurações de poder no cenário mundial, sob hegemonia dos países mais desenvolvidos, limites ao crescimento econômico com taxas medíocres, acentuados índices inflacionários e de desemprego. Diante da evidente crise desse modelo de acumulação, o modo capitalista de produção procurou, como sempre, estratégias de remanejamento e aperfeiçoamento para expandir-se e, nos dias atuais, tem um novo paradigma, centrado no desenvolvimento tecnológico e na flexibilidade.

Nesse modelo, chamado "acumulação flexível" (Harvey, 1993), busca-se uma flexibilidade no processo de trabalho em contrapartida à rigidez do fordismo, da produção em série e em massa; uma flexibilidade do mercado de trabalho, aliada à desregulamentação dos direitos trabalhistas e à informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilização dos produtos, para atender as particularidades das demandas de mercado e uma flexibilidade dos padrões de consumo.

As empresas se reestruturaram e se tornam enxutas. Em torno de uma empresa mãe (*holding*), criam-se pequenas e médias empresas fornecedoras de produtos e serviços chamadas terceiras. Essas últimas tendem a precarizar as relações de trabalho, reduzindo ou eliminando direitos sociais, rebaixando salários, celebrando contratos temporários, reduzindo as conquistas trabalhistas e sociais do pós-guerra. Do trabalhador, além de outros requisitos como maior escolaridade formal, domínio de idiomas e da informática, é exigida a polivalência, o exercício de várias funções no mesmo tempo de trabalho, sem nenhuma compensação salarial.

Com a crise do capital e a busca de um novo paradigma técnico-produtivo, era necessário também reajustar seu sustentáculo ideológico e político de dominação, ou seja, um novo modelo de Estado concertado com tais metas produtivas, como força contrária ao modelo de Estado intervencionista keynesiano até então vigente. Trata-se da doutrina do neoliberalismo, que nasceu logo depois

da 2ª Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde vigorava o capitalismo. Seu texto inicial é "O caminho da servidão" de Friedrich Hayek, datado de 1944, onde conclama uma ordem internacional de mercado pautada nos princípios do livre comércio e da regulamentação mínima.

O resultado desse novo paradigma produtivo-estatal, chamado por Lipietz de "liberal produtivismo" além do aumento da pobreza, da exclusão social e do grave desemprego, são os baixos salários, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, a perda do poder e expressão sindicais, um assalariamento dos setores médios, em decorrência do crescimento do setor de serviços e, crescente e contraditoriamente, uma superqualificação do trabalho para alguns e uma desqualificação para uma imensa maioria.

"Se o projeto neoliberal surgiu como uma terapia para animar o crescimento da economia capitalista, deter a inflação e obter deflação como condição de recuperação dos lucros, fez crescer o desemprego e a desigualdade social. Contraditoriamente, a referida proposta conseguiu obter uma hegemonia ideológica mundial: governos das mais diferentes feições políticas a adotaram, inclusive aqueles socialdemocratas, contra os quais insurgiu o neoliberalismo na sua origem. Mas ele não consegue atingir os fins econômicos para os quais surgiu, ou seja, alavancar a produção e ampliar as taxas de crescimento econômico. Ora, o capital, em vez de voltar-se para o setor produtivo, é canalizado para o setor financeiro, favorecendo um crescimento especulativo da economia e não o seu crescimento produtivo. O aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de se virarem no mercado" (Iamamoto, 1999, p. 118).

Esse modelo de acumulação supõe um número crescente de trabalhadores desempregados, um pequeno núcleo de trabalhadores fixos em tempo integral e frequentemente chamado a fazer horas extras para atender ao aumento da produção em seus setores e um outro contingente, cada vez maior, de trabalhadores avulsos em regime de tempo parcial ou contingencial. Nos EUA, em 1992, os empregos temporários equivaliam a dois em cada três novos empregos no setor privado (Rifkin, 1995). Esta estratégia visa reduzir salários e benefícios tais como assistência médica, aposentadorias, licenças remuneradas e férias, tendo em vista a economia competitiva e volátil, decorrente de variações sazonais do mercado, uma vez que estudos demonstram que trabalhadores

temporários em tempo parcial percebem em média entre 20 e 40% a menos que os trabalhadores estáveis, executando a mesma função; isto sem falarmos da quase total ausência de salários indiretos. "A revolução dos anos 90 é no sentido do emprego *'just in time'*; as empresas utilizarão as pessoas somente quando precisem delas" (Hutchins, apud Rifkin, 1995 p.211).

Para Rifkin, o desemprego global nunca atingiu níveis tão elevados desde a grande depressão da década de 30 e tendem a se elevar ainda mais a partir deste sombrio final de século, na medida em que a revolução tecnológica for avançando e substituindo seres humanos por máquinas em todos os setores da economia. Assim, ele considera como tarefa maior de cada nação repensar e redefinir oportunidades e responsabilidades para milhões de pessoas excluídas do mercado formal de trabalho. Conforme Yamamoto (1997),

"Segmentos cada vez mais volumosos da classe trabalhadora tomam-se sobretantes, desnecessários, inúteis. São estoques de força de trabalho 'descartáveis' para o mercado de trabalho, colocando em risco a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida para esses segmentos" (p.18).

De acordo com dados da OIT para o ano de 1999, o atual paradigma produtivo desemprega ou precariza mais de 1 bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana que trabalha. No Brasil, estimativas do Ministério do Trabalho (Mtb), confirmam que 3,0 milhões de vagas assalariadas foram extintas nos anos 90, sendo 2,1 milhões durante a recessão do governo Collor (1990/92) e 877 mil a partir de 1993, quando a economia já apresentava sinais de recuperação. Segundo a **Datafolha**, em pesquisa publicada em maio de 1999, o desemprego já atinge 10,4 milhões de pessoas no Brasil, enquanto que na década de 80 o volume não chegou a 2,0 milhões.

Por outro lado, também no Brasil, no plano da superestrutura, o desmonte do Estado, atingindo principalmente as conquistas sociais, é ampliado através da flexibilização de seu papel no trato das políticas sociais. O governo vem transferindo para a sociedade serviços que ele supõe não ser o protagonista e responsável pela sua implantação e execução, cabendo-lhe apenas a tarefa de fomentar, fiscalizar e controlar.

O Plano Diretor da Reforma do Estado, do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE, 1995), analisa o esgotamento da estratégia estatizante e a necessidade de superar o modelo de administração pública burocrática, adotando o modelo gerencial: descentralizado, buscando eficiência e controle de

resultados, dando ênfase à redução dos custos, à qualidade e produtividade, a serviço do cidadão cliente.

Tendo em vista que a Reforma do Estado refere-se às relações entre o Estado e a sociedade civil, o governo entende que o Estado não deve mais ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, tomando-se apenas promotor e regulador desse desenvolvimento, transferindo para o setor privado as atividades que possam ser controladas pelo mercado.

Esse novo ideário traduz-se na generalização da privatização das empresas estatais e na publicização dos serviços de saúde, educação e cultura. Assim, conforme o Plano Diretor já referenciado, o aparelho de Estado deve ser dividido em quatro setores ou núcleos:

- a) Núcleo estratégico de Estado, composto pelo Poder Executivo, incluindo as secretarias formuladoras de políticas públicas, agências executivas e agências reguladoras, Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público.
- b) Núcleo de atividades exclusivas de Estado, realizadas unicamente pelo Estado, que compreendem cobrança e fiscalização de impostos, polícia, trânsito, serviço de desemprego, fiscalização de normas sanitárias, previdência social, compra de serviços de saúde, subsídio à educação básica e controle do meio ambiente.
- c) Núcleo de serviços não-exclusivos, compreendendo aqueles em que o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas como no campo da saúde, educação e cultura; serviços atribuídos às universidades, hospitais, centros de pesquisa, museus, ambulatorios, creches, entidades de assistência aos carentes e outros.
- d) Núcleo de produção de bens e serviços para o mercado, compreendendo as empresas estatais voltadas para o lucro, principalmente aquelas vinculadas ao setor de infraestrutura.

Assim, os serviços não-exclusivos passam a ser responsabilidade do chamado setor público não-estatal, através de um amplo programa de publicização. A publicização significa a descentralização, para o setor público não-estatal, da execução de serviços que não envolvam o poder de Estado, mas que devam ser subsidiados pelo Estado, como a educação, a saúde, a cultura e a pesquisa científica. As atuais fundações públicas tornam-se organizações sociais, ou seja, entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que possuam autorização específica do Poder

Legislativo para celebrar contratos de gestão com o Poder Executivo e assim ter direito a dotação orçamentária. Com o Plano Diretor, sedimentam-se também no interior dos órgãos públicos os serviços terceirizados, necessários para que as atividades essenciais funcionem com mais eficiência e eficácia.

O governo preocupa-se em fortalecer e regulamentar o chamado "Terceiro Setor", não-governamental, não-lucrativo, voltado para o desenvolvimento social, originando uma esfera pública não-estatal, compreendendo instituições filantrópicas destinadas à operação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar, organizações que se dedicam ao interesse de grupos específicos (ONGs), (mulheres, negros, homossexuais, povos indígenas) ou de proteção do meio ambiente, incentivo ao esporte e ao lazer; "experiências de trabalho voluntário por cidadãos que exprimem sua solidariedade, tempo e talento às causas sociais e filantropia empresarial expressando a responsabilidade das empresas e compromisso com a melhoria da comunidade" (Iamamoto, 1999, p.121).

A nova relação Estado/sociedade civil está garantida através da Lei nº 9790, de 23 de março de 1999, que "dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público", institui e disciplina o Termo de Parceria.

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) são entidades privadas, sem fins lucrativos, localizadas no espaço público não-estatal, que tenham seus objetivos voltados para atividades de promoção da assistência social, cultura, educação e saúde gratuitas, segurança alimentar e nutricional, defesa de direitos e do meio ambiente, promoção da ética, da paz, da cidadania e da democracia, do desenvolvimento econômico social e combate à pobreza, produção de estudos e pesquisas.

O Termo de Parceria é "o instrumento passível de ser firmado entre o poder público e as entidades qualificadas como OSCIPs, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público" (artigo 9º). O estabelecimento da parceria deverá ser precedida de consulta e fiscalizada pelo Conselho da respectiva política pública.

O acesso aos serviços públicos essenciais sofreu consideráveis cortes orçamentários. Na área de saúde, por exemplo, em 1995, do valor previsto de 15.026,5 milhões, reduziu-se para 13.975,1 milhões. Na área de educação e cultura o corte foi ainda maior. Em 1995, de uma previsão de R\$13.940,8 milhões, reduziu-se para R\$11.520,7 milhões. Em 1998, já com um orçamento reduzido para R\$13.150,5 milhões, autorizou-se apenas o gasto de R\$10.089,6 milhões. "Os direitos, intitulados de cidadania,

recebem um golpe fatal, perdem o seu estatuto, são desregulamentados, assumindo seu lugar, direito de ir ao mercado para conquistá-los" (Batista, 1999, p.86).

Para Montaño (1999), a estratégia governamental funciona do seguinte modo: o Estado capitalista, para legitimar-se, não pode abrir mão da cidadania e da democracia, mas se ao mesmo tempo estas podem corrobô-lo por dentro, o que fazer? Conforme o autor, trasladando a questão da legitimação da ordem, da órbita do Estado para a órbita da sociedade civil, das "lógicas do Estado" para as "lógicas da sociedade civil". Como a lógica capitalista do Estado entrou em choque com a lógica democrática que ele desenvolveu até meados dos anos 60, surge a partir daí uma nova estratégia de legitimação do sistema capitalista: o projeto neoliberal, tendo como eixo central a passagem das "lógicas do Estado" para as "lógicas da sociedade civil" ou do mercado. Nesta concepção, a sociedade civil não se rege por princípios de igualdade, pela "lógica da democracia", não segue o critério quantitativo. Aqui, ao contrário, o fundamento é qualitativo: não se refere a quem constitui a maioria, mas os que detêm maior poder político-econômico são os que garantem o poder de decisão. Troca-se a lógica da democracia pela lógica da concorrência, na qual o individualismo do sistema capitalista leva a que o triunfo de um derive no fracasso do outro. Assim, o poder absoluto é do grande capital, legitimado pela lógica da livre concorrência.

Com a passagem das "lógicas do Estado" para as "lógicas da sociedade civil", podemos então entender as privatizações, as reformas previdenciária e orçamentária e a expansão do chamado "terceiro setor". Ainda segundo Montaño, isto significa a segmentação dos aspectos políticos, econômicos e sociais que compõem o Estado e a sociedade. Assim, dá-se a passagem das questões econômicas do Estado para a sociedade civil, cabendo ao Estado algumas áreas sociais (deseconomizadas e despolitizadas) e os processos políticos formais (também deseconomizados); havendo uma clara separação entre Estado e sociedade civil. Seguindo a lógica de Hayek, cabe ao Estado apenas "prover uma estrutura para o mercado, e prover serviços que o mercado não pode fornecer". O Estado se exime da responsabilidade pela justiça e seguridade sociais, cabendo-lhe apenas a organização política e os serviços sociais marginais.

Na mesma linha crítica de Montaño, para Iamamoto (1999), a proposta governamental significa uma despolitização da esfera pública, expulsando dela os órgãos de representação política, como partidos e sindicatos. A sociedade civil apresenta-se como um conjunto de organizações diferenciadas mas complementares, ausente de contradições de interesses de classes e seus segmentos,

mascarando e esvaziando conflitos sob o argumento da solidariedade:

"Assim, a sociedade capitalista passa a ser lida sob a ótica da comunidade, numa regressão conservadora, que salienta os laços de coesão em detrimento das contradições, tratando como idênticas organizações com funções e significados sociopolíticos e económicos inteiramente distintos na sociedade: as corporações empresariais, entidades combativas na defesa de direitos humanos e sociais, a tradicional filantropia e o voluntariado" (p.121)

O TERCEIRO SETOR EM AÇÃO E EM QUESTÃO

Para cobrir os vácuos deixados pelas enxutas e insuficientes políticas sociais, as respostas à questão social são privatizadas e transferidas para a sociedade civil (empresarial, se lucrativas e assistenciais se deficitárias), que mercadeja ou fornece gratuitamente os serviços sociais (refilantropização da questão social), espaço para o surgimento do terceiro setor, que consiste no aumento da participação da sociedade no trato das sequelas da "questão social".

O papel social do Estado deve ser reduzido ao mínimo, (tanto por questão de princípio como para conter gastos), cabendo-lhe apenas gerir políticas sociais focalizadas, segmentadas e precarizadas para indivíduos que apresentam carências sociais concretas, incapazes de comprá-las no mercado, diminuindo a insatisfação popular e dotando de legitimidade a lógica capitalista.

Conforme o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) (apud RICO, 1999, p. 27) o terceiro setor

"é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil."

Este setor, composto por organizações sem fins lucrativos (OSFL) e organizações não-governamentais (ONGs), denomina-se terceiro, uma vez que não se localiza e nem exerce ações a nível de governo (primeiro setor) e nem sequer a nível de mercado (segundo setor). Sua expansão ocorre a partir dos anos 70 e se intensifica no final dos anos 80 com o encolhimento do Estado em face da ofensiva neoliberal. De âmbito internacionalizante mas possuindo vínculos locais, atua principalmente nas questões sociais, sejam elas

urbanas ou rurais, relativas à ecologia, direitos de minorias, desemprego, uso da terra, aposentados, idosos, violência contra mulheres e exploração da mão-de-obra infantil, entre outras.

A idéia é a de que entre o setor público- estatal e o privado-lucrativo empresarial, surge um terceiro: privado em sua gestão e gestão e público em sua vocação. Assim, acredita-se na emergência de uma "nova sociedade civil" alternativa, ante o fracasso do Estado e do mercado. No marco de um Estado que vem reduzindo sua ação social e ao mesmo tempo, de uma sociedade com necessidades cada vez maiores, cresce a consciência das pessoas físicas e jurídicas de que é necessário atuar no espaço público de modo pró-ativo e não meramente reativo, na busca do desenvolvimento social sustentado. Portanto, diante da crise do Estado, das políticas públicas e das limitações do mercado para possibilitar a satisfação das necessidades humanas e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, entra na crista da onda o "terceiro setor".

No Brasil, é a partir dos anos 60 e 70 que as ONGs começam a se formar e a se estruturarem como movimentos de resistência e enfrentamento à ditadura militar; aliadas aos movimentos sociais, à ala progressista da igreja, às organizações de trabalhadores e às populações excluídas. Suas ações iniciais referem-se à organização dos setores populares através de trabalhos de base nas fábricas, comissões de fábrica, nas periferias das cidades e no campo.

Na segunda metade dos anos 80 as ONGs sentem a necessidade de se profissionalizarem e se especializam em áreas como direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, meio ambiente e ecologia.

São mantidas principalmente por organismos internacionais mas também por instituições como a igreja e o Estado. Conforme Landin (1998), nos anos 90 as ONGs passam a ter maior visibilidade na mídia e no espaço político, representando atualmente cerca de quatro a cinco mil organizações no Brasil, atuando na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais nas áreas de violência e relações de gênero, criança e adolescente, movimentos sociais urbanos, meio ambiente, questão étnica, tecnologias alternativas na agricultura, sindicalismo rural e pequena produção familiar.

As ONGs vêm sendo utilizadas como mecanismo de terceirização da prestação de serviços sociais, por meio de parcerias, evitando-se assim a contratação de novos servidores públicos, inclusive aqueles de nível universitário como o Assistente Social.

Por outro lado, verifica-se a expansão da filantropia empresarial ou das empresas cidadãs ou empresas solidárias que

investem em projetos comunitários de interesse público. Investindo dinheiro, tecnologia e mão-de-obra, as empresas esperam obter uma melhor imagem social, ampliação de vendas e conquista de mercado, mão-de-obra mais qualificada, sem falar da vantagem do incentivo fiscal de 2% sobre o lucro operacional. Seu principal organismo agregador, o GIFE, fundado em 1995, reúne cerca de 42 associadas, movimentando R\$ 350 milhões por ano.

"...o mote da solidariedade humana, da preservação da natureza para o desenvolvimento auto-sustentado, do compromisso com a redução da pobreza e exclusão passam a ser utilizados como meios de atribuir respeitabilidade e legitimidade social ao empreendimento, estimulando a elevação de seus índices de rentabilidade" (Iamamoto, 1999, p.124).

A filantropia empresarial é um setor em crescimento e congrega setores do empresariado envolvidos com a ajuda mútua, realizada por entidades sem fins lucrativos, estabelecendo novas formas de complementaridade na troca, indução e geração de insumos, bens e serviços em diversos campos do desenvolvimento social, cultural, patrimônio histórico e natural, meio ambiente, associativismo e mutualismo, solidariedade e eficácia de custos em relação a benefícios transferidos à comunidade.

"Sob o impacto de um Estado que vem diminuindo sua ação social e de uma sociedade com necessidades cada vez maiores, cresce a consciência nas pessoas - tanto físicas quanto jurídicas - de que é necessário posicionar-se proativamente no espaço público, se o que se deseja é um desenvolvimento social sustentado" (Iochpe, in: GIFE, 1997, l ell).

A empresa cidadã tem dirigido suas ações para investimentos que possam assegurar retornos e/ou resultados substantivos, bem como capacitação, apoio técnico, auto-sustentabilidade financeira, política e administrativa, organização autônoma, eficácia nos projetos e desenvolvimento social; abandonando políticas pontuais em troca da obtenção de melhores resultados na aplicação de recursos em programas sociais. Atuando majoritariamente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o GIFE se preocupa com a profissionalização das entidades sociais para que possam ser otimizadas e elabora critérios para seleção e avaliação de projetos sociais.

Pesquisa realizada recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), comprovou que no Brasil, em 1998, as empresas cidadãs localizadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo aplicaram 3,5 bilhões de seu faturamento

no terceiro setor. Este percentual representou 32% dos 11 bilhões que foram repassados pelo governo federal naquele ano para serem investidos em ações sociais nesses estados. A pesquisa abrangeu um universo de 445 mil organizações empresariais existentes na região sudeste do país e constatou que cerca de 300 mil realizam algum tipo de filantropia, ou seja, dois terços.

O estudo reitera afirmações anteriores de que a maioria das empresas (60%), se concentra em São Paulo. O dado surpreendente é que as iniciativas filantrópicas são principalmente de empresas que atuam no ramo comercial e que têm até 10 empregados. A maioria dessas empresas (57%), prioriza projetos localizados próximos à sua sede e voltados para a assistência social; seguidos por alimentação, segurança, esporte e educação. Esse dado revela a preocupação das empresas com o combate à delinquência e a violência no seu entorno.

Nos EUA, segundo pesquisa realizada pelo Projeto Comparativo do Setor Beneficente da Universidade Johns Hopkins, 49% dos americanos prestam serviços voluntários em atividades cívicas e 73% destinam contribuições para ações filantrópicas. Um total de US\$ 190 bilhões foram doados no ano de 1999, valor equivalente a um terço do orçamento federal, os mais altos índices verificados nos últimos 28 anos; fração equivalente à encontrada na pesquisa realizada no sudeste do Brasil.

Para Rifkin (1995), os governos têm a tarefa de proporcionar empregos no terceiro setor. Caso contrário, o que se visualiza é um fosso cada vez maior entre os que têm e os que não têm, levando a uma revolução social e política global.

Acreditando na perenidade do neoliberalismo e na finitude do mercado, Rifkin afirma que nas nações industrializadas e em desenvolvimento os governos estão desincumbindo-se de suas tarefas tradicionais na área social e programas de obras públicas, geradores de empregos, bem como reduzindo sua influência econômica sobre a iniciativa privada, levando à construção de um novo contrato social onde as pessoas, organizadas em grupos ou comunidades terão que por si mesmas encontrarem alternativas de sobrevivência. Assim, ao reduzir sua intervenção em todos os âmbitos, o Estado apela à solidariedade e apresenta-se como 'parceiro' da sociedade no que diz respeito às suas responsabilidades sociais.

Conforme o autor, o terceiro setor ou setor independente ou voluntário, chamado "economia social" por cientistas sociais franceses, constitui-se como o domínio das relações comunitárias em que doar o próprio tempo substitui as relações de compra e venda da força de trabalho, criando uma sociedade pós-mercado. Atividades comunitárias baseadas em serviços sociais de

atendimento à saúde, educação, pesquisa, deficiência, doentes, crianças, jovens, desabrigados e indigentes, são hoje nos EUA responsáveis por 9% do emprego nacional total, correspondendo a quase 7% do PIB; sendo reconhecido por Drucker (1991) como o setor que mais cresceu, movimentou recursos e gerou lucros e empregos nesse país nos últimos 20 anos. No Reino Unido existem mais de 350 mil organizações voluntárias, com participação de 39% da população, contribuindo com 4% do PIB; na Alemanha, 5%.

Nos países em desenvolvimento existem mais de 35 mil organizações voluntárias. No Brasil, pesquisa realizada pelo Lions Clube em abril de 1998, apurou que um em cada quatro brasileiros dedica-se voluntariamente a algum trabalho comunitário e 82% dos voluntários declararam estar se dedicando mais hoje a trabalhos desse tipo do que há cinco anos. Os centros de voluntariado, que contam com verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ligados por uma rede nacional, já são 17 em todo o país (**Folha de São Paulo**, 17 de janeiro de 1999). "O terceiro setor está surgindo em cada região do mundo. Seu crescimento meteórico é atribuível em parte à crescente necessidade de preencher um vácuo político deixado pelo recuo dos setores público e privado dos assuntos comunitários locais" (Rifkin, op.cit. p.306)

Para a construção ou solidificação desse setor, Rifkin atribui ao Estado o papel de parceiro, podendo: a) deduzir impostos por hora de trabalho voluntário; b) estipular um salário social alternativo aos pagamentos de previdência e benefícios aos desempregados que se dispõem a serem retreinados para atuarem no terceiro setor ou c) conceder isenções a organizações sem fins lucrativos para que estas possam contratar e treinar desempregados.

Para os males trazidos pelo capitalismo globalizado e pelo neoliberalismo, o Terceiro Setor emerge como o redentor. É nele que vão se encontrar e disputar a tapas um emprego, os hum bilhão e duzentos mil desempregados do mundo. É óbvio que não haverá emprego para todos. Na França, por exemplo, um país altamente desenvolvido e com índices ainda comparativamente baixos de desemprego, o número de empregos no Terceiro Setor corresponde a apenas 6% do emprego total; nos EUA, 9%.

Agora essa doce ilusão infantil, sabemos que o Terceiro Setor se caracteriza por empregos precários. São trabalhadores voluntários, subcontratados, por tempo determinado, em tempo parcial, usualmente sem vínculo empregatício, portanto, sem proteção social e percebendo baixos salários, quando os percebem. Conforme seu próprio defensor, a economia social é destinada aos desempregados, aos trabalhadores precários, em tempo parcial e àqueles que se dispõem a doar o próprio tempo em troca de dedução de

impostos, isenção de contribuição previdenciária ou pagamento de uma renda mínima ao invés do salário desemprego (Rifkin, 1999)

O Terceiro Setor se constitui então como o "lixo" da sociedade contemporânea, os desempregados e subempregados. Estes, não encontrando um lugar no mercado, buscam refúgio neste setor em troca de algumas migalhas como isenção de imposto de renda, isenção de contribuição previdenciária ou uma renda mínima. Como propor tais migalhas a mortos de fome que são isentos do imposto sobre a renda e nem mesmo a possuem em quantidade suficiente para contribuírem com a previdência social? Um programa de renda mínima é capaz de sustentar, às vezes, famílias inteiras e numerosas?

Para os experts, a expansão do terceiro setor propiciaria o reforço da sociedade civil, a diminuição do poder estatal e a criação de um espaço "alternativo" de produção/consumo de bens e serviços, não-mercantil, propiciando o fortalecimento de laços de solidariedade local. Segundo Montaño, se esquecem de que é na sociedade civil que o capital se assenta, desenvolvendo relações de produção, de exploração. É na sociedade civil que se produzem mercadorias e que se reproduzem ricos e pobres, com os primeiros exercendo sua soberba da classe sobre os últimos. Será que num mercado em refluxo, com baixos níveis de crescimento e de consumo, haveria verdadeiramente espaço para a expansão do terceiro setor da forma como vem sendo pensada, ou este permaneceria apenas como um apêndice? Ora, sabemos que há dois séculos atrás o capitalismo, com sua voracidade e sede de ganhos, invadiu o espaço entre a fazenda e a dona de casa e se apropriou das funções de ambas, transformando toda a sociedade em um gigantesco mercado, onde todo o trabalho é feito sob a égide do capital e é suscetível de seu tributo de lucro para expandir ainda mais o próprio capital. Não só as necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais de vida também foram canalizados pelo mercado; até mesmo o cuidado dos seres humanos uns para com os outros foram institucionalizados e mercadizados. "À medida que criam uma intrincada vida social, despem-na dos vestígios da comunidade e deixam em seu lugar um vínculo monetário" (Braverman, 1987, p.240).

Embora as ONGs não tenham fim lucrativo, como explicar que os organismos que as financiam não persigam o lucro, uma vez que eles selecionam apenas projetos que os interessam e impõem às ONGs condições para obtenção de financiamento? Portanto, o terceiro setor não está à margem da lógica do capital e do lucro privado. Ele é funcional à nova estratégia hegemônica do capital (Montaño, 1999).

Por fim, ainda como "maravilhas" propaladas pelo Terceiro Setor entende-se que ele compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado. Ora, as políticas sociais implementadas pelo Terceiro Setor não superam nem em quantidade e nem em qualidade as políticas sociais estatais e tendem para a multifragmentação pois, "além de sua setorialização genética, elas são agora fragmentadas, dada a pequena área de abrangência das organizações deste setor em microespaços" (Montaño, 1999, p.72).

Para Antunes, efetivamente tem ocorrido uma expansão do trabalho no terceiro setor, principalmente em países capitalistas avançados como Inglaterra e EUA, constituindo-se como uma forma alternativa de ocupação, em empresas de matiz mais comunitário, com formas de trabalho predominantemente voluntário, englobando um grande leque de atividades, principalmente assistenciais, sem fins diretamente lucrativos, desenvolvendo-se à margem do mercado. O terceiro setor cresce em decorrência da retração do mercado de trabalho industrial, mas também da redução que já começa a se verificar no setor de serviços, em virtude do desemprego estrutural.

Antunes discorda de Rifkin quando este atribui ao terceiro setor um papel relevante na economia mundializada pela lógica do capital. Para ele, essa forma de atividade social, movida preponderantemente por valores não-mercantis, apresenta um certo crescimento, a partir de atividades realizadas no interior das ONGs e outros órgãos ou associações similares. No entanto, constitui-se como uma alternativa muito limitada para repor as perdas de postos de trabalho causadas pela lógica destrutiva da sociedade contemporânea, uma vez que emprega uma parcela relativamente pequena daqueles trabalhadores expulsos do mercado de trabalho capitalista.

"... em nosso entendimento o terceiro setor não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital" (Antunes, 2000, p.113)

Embora as atividades desenvolvidas no âmbito do terceiro setor tenham o mérito de atuarem à margem da lógica mercantil (o que é por nós questionável), ao autor parece um grande equívoco colocá-lo como uma real alternativa que possa transformar a lógica capitalista e de seu mercado. "Como se, por meio da expansão da economia solidária, inicialmente pela franja do sistema, se pudesse reverter e alterar substancialmente a essência da lógica do sistema produtor de mercadorias e da valorização do capital" (Antunes, 2000, p.113).

Para Antunes, o terceiro setor tem o mérito de incorporar homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e passaram a desenvolver atividades não-lucrativas, não-mercantis; formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses trabalhadores, desenvolvendo atividades sociais, recuperam parte da auto-estima que lhes foi negada com a ausência de trabalho remunerado. No entanto, não se pode esquecer que essas atividades têm um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que não se importa hoje em ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados.

O terceiro setor preenche algumas atribuições deixadas pelo Welfare State nos países nos países onde ele existiu. Mas, pensar que a expansão do Terceiro Setor poderá substituir, alterar ou até mesmo transformar o sistema global do capital é um grande equívoco:

"Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, ele cumpre uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebido como um momento efetivo de transformação social em profundidade, ele acaba por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, "substituir" as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretende em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital" [Antunes, 2000, p. 114]

O TERCEIRO SETOR ENQUANTO FONTE DE OCUPAÇÃO PROFISSIONAL PARA ASSISTENTE SOCIAL

Alguns estudiosos vêm afirmando que o Terceiro Setor se constituiria em fonte substitutiva de empregos em geral e particularmente de ocupação profissional para os Assistentes Sociais, compensando a ausência de contratações estatais, decorrentes das políticas de privatização ou de corte de recursos. Tal afirmativa não parece ter sustentação lógica se tomarmos como referência os empregadores dos Assistentes Sociais a partir da segunda metade dos anos 90.

Assim, na pesquisa intitulada "O Serviço Social e seus empregadores", atividade interinstitucional empreendida pelo CRESS-7ª Região, ABESS-Leste, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço

Social (ENESSO), Faculdade de Serviço Social da UERJ e Escola de Serviço Social da UFRJ, efetivada no Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 96-98, tendo como objetivo geral identificar as características e tendências do mercado de trabalho nos setores público e privado e a função social do Serviço Social, foram encontrados um total de 1090 Assistentes Sociais, atuando nos seguintes setores:

Empregadores	Nº de A.Ss.	%
Órgão público federal	398	36,51
Órgão público estadual	362	33,21
Órgão público municipal	110	10,09
Empresa estatal	112	10,27
Empresa privada	15	1,37
Fundação privada	14	1,28
Entidade filantrópica	29	2,66
Organização não-governamental	18	1,65
Outras (entidades religiosas, entidades de categorias profissionais, entidades desportivas e inst. de ensino superior privadas)	32	2,93
Total	1090	100,00

Podemos então verificar que tal argumento não é verdadeiro uma vez que 90,09 % (982) dos Assistentes Sociais são ainda contratados por órgãos públicos ou por empresas estatais (nas esferas federal, estadual e municipal); 1,37 % (15) por empresas privadas e apenas 8,53% (93) estão exercendo suas funções no Terceiro Setor (fundações, entidades filantrópicas, ONGs e outras).

Ao contrário do que se propala, que o Terceiro Setor compensaria as vagas perdidas no âmbito estatal, a pesquisa demonstrou que nas organizações não-governamentais e nas entidades filantrópicas, efetivamente cresceu o número de contratações na década de 90, apresentando índices majoritários, enquanto que nos outros setores, ao invés de cair, permanece estável; mas de nenhuma forma esse crescimento do Terceiro Setor supre a demanda.

Confirmando a tendência atual da precarização de empregos e salários, o estudo mostrou que nas entidades filantrópicas e ONGs prepondera uma relação direta entre salários mais baixos e trabalho em tempo parcial, com uma carga horária que varia entre 20 e 30 horas semanais; enquanto que em 91,6% dos órgãos públicos federais e nas empresas estatais os salários são mais altos e a jornada de trabalho é de 40 horas semanais. Nas entidades sem

fins lucrativos foi encontrada uma maior rotatividade, presença de variados vínculos empregatícios e os mais baixos salários; embora ainda preponderem contratos de trabalho via CLT.

Reiterando a disposição dos governos de enxugar gastos na área social no pós-90, a pesquisa também revela que embora tenha crescido a demanda por ações do Serviço Social nos âmbitos federal (83%), estadual (84%) e municipal (79%), não ocorreram contratações de Assistentes Sociais, bem como o volume de recursos gastos pelo Serviço Social permaneceu inalterado ou reduzido.

Em Juiz de Fora, Minas Gerais, em levantamento que vem sendo feito pelo CRESS - 6ª Região, através da Comissão de Orientação e Fiscalização da 1ª Delegacia Seccional de Juiz de Fora, durante os anos de 1995/98, foram encontrados 380 Assistentes Sociais atuando na cidade. Destes, 6% trabalham na área de saúde mental, sendo 21,7% na área pública e 78,3% na área privada. Todos são contratados via CLT ou concurso público. Nesta área verificou-se uma tendência à precarização do trabalho uma vez que aí se encontram os mais baixos salários, a preponderância da jornada de 20 horas semanais (82,6%) e o duplo emprego (22%).

Na área da educação estão lotados 4% dos profissionais, sendo que 61,5% atua na rede pública (municipal e estadual), 7,7% na rede privada e 30,8% em instituições filantrópicas. Todos estes Assistentes Sociais têm vínculo empregatício, seja CLT ou concurso; a maioria trabalha 40 horas semanais (54%), mas 15,4% dos profissionais tem outro emprego.

No setor de assistência encontram-se 8,4% dos Assistentes Sociais; 87,4% em empregos públicos (21,8% na esfera federal, 3,1% na esfera estadual e 62,5% na esfera municipal) e 12,6% no Terceiro Setor (entidades filantrópicas). Todos têm vínculo empregatício (CLT ou concurso); 81,2% tem jornada de trabalho de 40 horas, 6,2% trabalha 30 horas e 12,5%, 20 horas. Neste setor, 6,2% dos profissionais tem outro emprego.

Na área do trabalho estão lotados 7,1% dos profissionais, todos com vínculo empregatício, seja CLT ou concurso; a maioria com jornada de trabalho de 40 horas. Destes, 66,5% trabalha no setor privado, 29,8% no setor público e apenas 3,7% no Terceiro Setor (entidades filantrópicas).

Na docência encontram-se 6,6% dos Assistentes Sociais; em empregos públicos federais, trabalhando em jornadas de 40 horas semanais e 92% em regime de dedicação exclusiva. Uma insignificante minoria tem duplo emprego, 8%.

Em toda a cidade foi encontrada uma única Assistente Social atuando em ONGs (0,2%), com jornada de trabalho de 30 horas semanais e contratação via CLT.

Os demais profissionais, 67,6%, ainda não foram visitados pela Comissão de Orientação e Fiscalização mas, conforme o CRESS-6ª R, pode-se afirmar que a maioria esmagadora exerce suas atividades na área de saúde, como trabalhadores vinculados ao Estado e um percentual significativamente menor é autônomo ou não se encontra em atividade.

Depreende-se que o resultado encontrado em Juiz de Fora, embora parcial, não é diferente do resultado verificado no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a maioria dos Assistentes Sociais ainda possui empregos na área pública, 59,7% (seja no âmbito federal, estadual ou municipal), seguida da área privada, com 30,3% dos empregos e do Terceiro Setor, com apenas 10% dos empregos.

Constata-se, mais uma vez, a tendência à precarização do trabalho, principalmente na esfera pública estadual, sobretudo nas áreas de saúde mental, educação e assistência, onde muitos profissionais percebem baixos salários, jornada de 20 horas semanais e pluriemprego.

É importante ainda salientar que o índice de empregos verificados no Terceiro Setor em Juiz de Fora, não se expandiu durante a década de 90, uma vez que todas as entidades filantrópicas e a única ONG que emprega o Assistente Social, já o fazem desde muitas décadas anteriores.

Com os resultados verificados no Estado do Rio de Janeiro e parte do Estado de Minas Gerais, espera-se ter desmonstrado a falácia de que o Terceiro Setor vem se constituindo em fonte substitutiva de empregos para o Assistente Social, compensando o fechamento de postos de trabalho no setor estatal, advindo das políticas de privatização ou esvaziamento de recursos, uma vez que os estudos, apesar de parciais, demonstraram que o Estado, embora não tenha ampliado seus quadros profissionais, permanece sendo o maior empregador dos Assistentes Sociais.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho. SP: Boitempo, 2ª ed, 2000.
- BATISTA, A. *Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social* Revista Serviço Social e Sociedade, nº 61, SP: Cortez, novembro de 1999, p. 63/90.
- BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no Século XX. RJ: Guanabara, 3ª ed, 1987.
- CRESS-6ª Região. Relatórios de Visitas de Fiscalização. JF: 1996/2000.
- FERNANDEZ, R. C. Privado porém público. O Terceiro Setor na América Latina. RJ: Relume Dumará, 1994.

GOMES, A.L. *A nova regulamentação da filantropia e o marco legal do Terceiro Setor*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 61, SP: Cortez, novembro de 1999, p. 91/108.

IAMAMOTO, M. *O trabalho do Assistente Social frente as mudanças do padrão de acumulação e de regulação social*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília, CEAD, 1999.

IOSCHPE, E. (org). *Terceiro Setor. Desenvolvimento social sustentado*. RJ: Paz e Terra, 1997.

MONTAÑO, C. *Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil. Estado e Terceiro Setor em questão*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 59, SP: Cortez, março de 1999, p.47/79.

NETTO, J.P. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília, CEAD, 1999.

PAZ, R. *As organizações não-governamentais e o trabalho do Assistente Social*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

RICO, E. *O empresariado, a filantropia e a questão social*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 58, SP: Cortez, novembro de 1998 p.24/40.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força de trabalho global*. SP: Mackron Books, 1995.

SARACHU, G. *Ausencias e olvidos en el debate sobre el tercer sector. Algunas anotaciones anotaciones para la reflexión del Servicio Social*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 59, SP: Cortez, março de 1999, p. 127/151.

SERRA, R.M. (org). *O Serviço Social e seus empregadores. O mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no Estado do Rio de Janeiro*. RJ: UERJ, 1998.

YACOUB, L. *Flexibilização e participação: novas palavras de ordem do capitalismo globalizado?* RJ: UFRJ- ESS, 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social).

_____. *Trabalho: muitos são os que precisam, mas poucos são os eleitos*. RJ: UFRJ, 1999 (mimeo).

Periódicos

A nova filantropia nos EUA. *Folha de São Paulo*, SP: 20 de julho de 2000, Time Magazine, p.5/9.

Lucro alivia mazelas sociais. *Jornal do Brasil*, RJ: julho de 2000, Economia, p.03.

CONTROVÉRSIAS ACERCA DA CONTEMPORANEIDADE DO MUNDO DO TRABALHO E A CRISE DO CAPITALISMO: TEORIA SOCIAL HABERMASIANA X TEORIA SOCIAL MARXIANA*

Isaura Aquino**

RESUMO

Na era do capital, as crises que o ameaçam tendem a ser superadas com estratégias cada vez mais refinadas. As estratégias contemporâneas resultam na reestruturação produtiva em escala mundial, trazendo consequências inevitáveis para o mundo do trabalho. Compreender a categoria trabalho como objetivação do ser social, nesse contexto, é a pretensão deste artigo.

ABSTRACT

In the capital age the crises which threaten it tend to be overcome with increasingly refined strategies. The contemporary strategies resulted in the productive restructure on a world-wide level, bringing inevitable consequences to the work world. To comprehend to the category of work aiming the social self, in this context, is the pretension of this article.

O capitalismo desenvolve uma dinâmica particular de sustentação, reorganizando-se e reestruturando-se com vistas à

* Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada: "Polêmicas sobre o mundo do trabalho e implicações no Serviço Social". RI: UFPI, 1999.

** Professora Substituta do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da FSS/UFPI.

manutenção desse modo de produzir condizente com a acumulação do capital, desde o final do século XIX, sempre seguido de "progresso técnico" (Gonçalves, 1999). É, pois, a reestruturação capitalista iniciada a partir da segunda metade do século XX, já com vasto campo de estudos e reflexões, que merece destaque para os propósitos deste trabalho.

Na contemporaneidade, a "Terceira Revolução Industrial" (Mattoso, 1995), "Revolução Informacional" (Lôjkine, 1995) caracteriza-se pela necessidade de superação pelo capitalismo da crise mundial desencadeada em 1973/74 (Mandel, 1990) – sustentada na extração de mais-valia, na mercadoria e no dinheiro, que levam água ao moinho da desigualdade e da exclusão social –, viabiliza a acumulação em escala reduzida da produção, assim como o consumo de massa e, ainda, pela não redistribuição do excedente econômico através de políticas públicas.

A vigência, então, do neoliberalismo e do capital globalizado é que também vai determinar que teorizações sobre o mundo do trabalho subsidiem controvérsias com o pensamento marxiano. O questionamento básico recai sobre a centralidade ou não da categoria trabalho, enfatizando-se que sua substantivação sofre de intercorrências advindas de novos modos de entendê-la.

Assim é que primeiramente cabe pontuar que desde o século XVIII a história retrata um processo mundial de tensões. Experiências reais como a do socialismo real que poderiam determinar condições presentes esvaneceram-se, (com)formando a modernidade em si mesma, sendo impossibilitada de valer-se de modelos de outras épocas; valendo a perspectiva de que o ponto determinante da modernidade é a dimensão do pensamento histórico em detrimento do pensamento utópico. Na contemporaneidade, a autenticidade é o espaço no qual entrecruzam-se tradição e inovação. Esse é o ponto de partida de Habermas (1988), para lançar as bases de seu questionamento sobre a categoria trabalho enquanto potencial libertador dos homens no modo de produção capitalista.

Sua argumentação é a de que a necessidade de extrair princípios normativos das próprias experiências e formas de vida modernas associada à desvalorização do passado fundamentam a estrutura alterada do "espírito da época". Este sintetiza-se no "medium"¹ no qual transita o pensamento e o debate político. É movido por duas linhas de pensamento que, embora contraditórias, se entrecruzam. O pensamento histórico preenhe

1 Entendemos por "medium", o instrumento privilegiado através do qual é possível efetivar uma determinada operação ou relação. Utilizaremos esse termo adiante segundo o tradutor do texto, ou seja, como "media" ou "meio".

de experiência, apresenta condições de criticar os projetos utópicos; por sua vez, o pensamento utópico possibilita novas alternativas de ação que se lançam sobre as continuidades históricas. No entanto, o que ocorre é que a moderna consciência do tempo gera um momento no qual a utopia deixa de ser "utopia", ocorrendo a fusão entre utópico e histórico. Essa fusão das energias utópicas na consciência histórica caracteriza o "espírito da época" que marca a esfera pública política, desde a Revolução Francesa. O modernismo do "espírito da época" penetrou no pensamento político que, no afã de impor resistências aos problemas da atualidade, está carregado de energias utópicas, sem, no entanto, deixar de considerar o contrapeso conservador da história.

Ainda segundo Habermas (1988), na atualidade, as energias utópicas camuflam um esgotamento, como se tivessem se retirado do pensamento histórico. O futuro está mais próximo e o "espírito da época", assim como a política, transformou-se profundamente, e o futuro apresenta-se como uma forte ameaça à humanidade.

A pré-condição para o esgotamento das energias utópicas constitui-se sobre a influência de teorias que anseiam em mostrar que as mesmas forças de incrementação do poder, nas quais a modernidade buscou sua normatividade e sua utopia, transformavam autonomia em dependência, emancipação em opressão e racionalidade em irracionalidade. Esse possível esgotamento das energias utópicas poderia colocar em cena a transformação da moderna consciência do tempo em geral, no qual as expectativas de utopia cederiam lugar ao retorno à religiosidade - período anterior à modernidade.

Essa tese do surgimento da pós-modernidade não tem fundamento segundo o referencial habermasiano, uma vez que não houve modificações na estrutura do "espírito da época", no modo de debater as futuras possibilidades de vida e nas energias utópicas que, de um modo geral, não se retiraram da consciência da história. "Antes pelo contrário, chegou ao fim uma determinada utopia que no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho" (Habermas, 1988:105). Marx e Weber, clássicos da teoria social, convergem acerca da categoria trabalho abstrato na estruturação da sociedade burguesa, caracterizado pelo trabalho assalariado, regido pelo mercado, usado e organizado empresarialmente segundo o modo capitalista de produzir. Essa forma de organização do trabalho abstrato direcionou as utopias também para a esfera da produção, visando a emancipação da determinação externa do trabalho. Cabe aqui citar que para os primeiros socialistas, as utopias sinalizavam uma organização social fundada no trabalho livre e eqüitativo.

Porém, para Habermas (1988) a utopia de uma sociedade do trabalho perde sua força persuasiva se se considerar que o fim

da propriedade privada dos meios de produção, não é a única condição para a autonomia dos trabalhadores. A utopia, principalmente, perdeu seu ponto de referência na realidade, qual seja, a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato.

Sempre segundo Habermas, a centralidade na sociedade do trabalho por ter sido reiteradamente a única possibilidade de libertação tanto de intelectuais, como de trabalhadores (aqui entendidos no movimento europeu), denota esgotamento em geral do impulso utópico. Em reação às consequências da I Guerra Mundial e à crise econômica, o movimento trabalhista europeu gerou três correntes políticas diferentes: o comunismo soviético na Rússia, o fascismo na Itália (França, Alemanha e Espanha) e a social-democracia do ocidente. Destas correntes, as duas primeiras encontram-se superadas, sendo que ambas não proveram a liberdade. Os governos com o perfil social-democrata a partir da metade dos anos 70, apresentavam seus primeiros sinais de esgotamento, sem apresentar outra alternativa. Em razão disso, Habermas explicita sua tese em que:

"... a nova inteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada" (1988:106).

A emancipação do trabalho como centralidade utópica, segundo uma orientação social-democrata, indica que as condições de vida emancipada e digna do indivíduo já não se encontram mais condicionadas à uma transformação do trabalho em auto-atividade. As condições de emprego reformadas são fundamentais para a manutenção deste projeto. Ao mesmo tempo em que apresentam a humanização do trabalho – que continua determinado pelo sistema capitalista, principalmente no que se refere à seguridade social – contrabalançam os riscos do trabalho assalariado. Desse modo, os indivíduos aptos para produzir devem ser incorporados ao mercado de trabalho como este se apresenta. Essas compensações são válidas quando o trabalho assalariado se converte em norma. Devido à indenização pelo seguro social, o cidadão, visto como cliente da burocracia estatal, exerce seu papel de cidadão-consumidor, possibilitando assim, seu acesso aos bens e serviços, neutralizando os antagonismos de classe que permanecem.

Esse é o objetivo do Estado de bem-estar alcançado através das negociações coletivas intermediadas pelos grandes sindicatos

e associações de trabalhadores e da capacidade do Estado intervencionista de agir sobre a questão. Nas palavras de Habermas:

"... ele [o Estado] deve intervir no sistema econômico com o objetivo de proteger o crescimento capitalista, minorar as crises e proteger simultaneamente a capacidade de competição internacional das empresas e a oferta de trabalho – a fim de que advenham crescimentos que possam ser repartidos sem desencorajar os investimentos privados" (1988: 107).

O Estado de bem-estar democraticamente legitimado, propicia a pacificação dos conflitos de classe e a manutenção do processo de desenvolvimento capitalista. Desse modo, a população tem oportunidade de viver em liberdade num contexto de justiça social e prosperidade, sendo que esta forma de viver sinaliza a convivência pacífica entre democracia e capitalismo, com o amparo da intervenção estatal.

Todavia, cabe sinalizar que o Estado intervencionista não dispõe de poder suficiente nem de eficiência para controlar o sistema econômico capitalista. E ainda, o emprego do poder político não traduz a forma mais adequada de propiciar a libertação humana. Ao cabo e ao final, Habermas nega a possível articulação entre capitalismo e democracia e a centralidade do trabalho abstrato como categoria capaz de manter e propiciar a libertação.

Situando as implicações das reflexões de Habermas, é possível demonstrar que:

"... o capitalismo desenvolvido nem pode conviver sem o Estado social nem coexistir com sua expansão contínua. As reações mais ou menos desorientadas a este dilema indicam que o potencial de sugestão política da utopia de uma sociedade do trabalho está esgotado" (1988: 109).

Habermas explicita, pois, três tipos de reação ao Estado de bem-estar: o legitimismo sócio-estatal da sociedade industrial, o neoconservadorismo, e os dissidentes dos críticos do crescimento através de uma atitude ambivalente diante do Estado social.

O primeiro, o legitimismo da social-democracia de direita acha-se na defensiva. Os conservadores possuem como meta a manutenção da ordem e esperam encontrar novamente o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento do Estado de bem-estar e a modernização via economia de mercado. O equilíbrio é a reestruturação entre a orientação democrática dos valores de uso e a moderada auto dinâmica capitalista, indicando a preservação das conquistas do Estado social.

A segunda reação apontada por Habermas sustenta-se na ascensão do neoconservadorismo que manifesta-se como um crítico do Estado de bem-estar, inaugurado com as políticas neoliberais² dos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. O neoconservadorismo possui três características: política econômica voltada para a valorização do capital e articulação do processo de acumulação, envolvendo uma taxa de desemprego relativamente alta e uma distribuição de renda cada vez menos equitativa; distância entre a administração e a formação pública da vontade que favorece as tendências neocorporativas, nas quais o Estado é um dos parceiros de negociação; política cultural que opera no descrédito dos intelectuais como um estrato do modernismo, sendo instrumentos do poder e ao mesmo tempo, improdutivos, porque defendem os valores como auto-realização e os juízos críticos da moral de um iluminismo universalista.

A última reação refere-se à dissidência dos críticos do crescimento, que encontram-se unidos pela recusa da visão produtivista do progresso que os legitimistas compartilham com os conservadores. Para aqueles, a condição para uma modernização social livre de crises consiste em dividir os problemas entre o Estado e a economia. A causa da crise para uns, encontra-se na dinâmica interna da economia, para outros, na burocracia inserida nessa dinâmica.

Os dissidentes da sociedade industrial partem do pressuposto de que o mundo da vida encontra-se ameaçado pela mercantilização e pela burocratização. Os "médio" poder e dinheiro podem ameaçar na mesma medida o mundo da vida em seus fundamentos vitais e em sua tessitura comunicativa. Os dissidentes exigem a eliminação de ambos os "médio" ou então que estes sejam limitados por formas de organização mais próximas da base com caráter de autogestão.

"Nesse contexto estão em jogo concepções de uma economia dual e propostas para a desvinculação da segurança social e do emprego. A indiferenciação deve ser, porém, não apenas no papel do assalariado, mas no papel de consumidor, de cidadão e de cliente da burocracia estatal previdenciária. Os dissidentes da sociedade industrial herdam, pois, o programa de Estado social na componente radical democrática abandonada pelos legitimistas" (Habermas, 1988:111).

Porém estes não ultrapassam a mera dissidência. Apenas recusam o crescimento e ficam aquém de uma noção do projeto do Estado social.

2 Salientamos que, nesse momento, Habermas não se utiliza do termo neoliberal.

O desenvolvimento do Estado de bem-estar social, assim como as energias da utopia de uma sociedade do trabalho, esgotaram-se. As respostas dos legitimistas e dos neoconservadores são apenas defensivas, apontando para uma consciência histórica desprovida de utopia. A postura defensiva pode ser atribuída ainda aos dissidentes da sociedade de crescimento, uma vez que sua resposta se restringiu ao Estado de bem-estar sem alcançar outro nível de reflexão.

O pensador precursor da polêmica acerca da validade da categoria trabalho, apreende a interrupção do Estado de bem-estar devido a um projeto endógeno voltado para a moderação da economia capitalista e do próprio Estado que perde a referência desta categoria. O emprego não deve mais ser assegurado em seu tempo integral elevado à condição de norma. A proposta de desvincular trabalho e renda por via de um rendimento mínimo garantido, seria uma proposta revolucionária, mas não o bastante. O mundo da vida não pode ser protegido apenas contra os imperativos desumanos do sistema emprego, mas também dos efeitos do excesso de uma proteção administrativa. Assim, como poderia o Estado – enquanto representante dos interesses públicos – sobreviver?

Desse modo, para Habermas, o projeto de Estado social numa perspectiva endógena despede-se de uma sociedade do trabalho, que fundamentava-se no contraste entre trabalho vivo e trabalho morto, sintetiza a possibilidade vislumbrada por Marx de autocriação. Seria então, necessária a presença de relações de solidariedade e de cooperação no interior da fábrica, que vem desenvolvendo hoje um processo de esgarçamento, que pode levar à revisão sobre até que ponto as relações de cooperação são capazes de instituir solidariedade no emprego. O que para a utopia de uma sociedade do trabalho era condição marginal, hoje sintetiza-se numa nova tese. Através dessa tese, a utopia desloca-se do conceito do trabalho para o conceito da comunicação. Essa é apenas uma sinalização, considerando que na passagem de paradigmas da sociedade do trabalho para a sociedade da comunicação, o tipo de ligação com a tradição utópica também muda.

O fato de certos conteúdos utópicos da sociedade do trabalho serem ultrapassados não significa que a dimensão da consciência da história e da disputa política se encerra. Daí a tese de Habermas de que as energias utópicas não se esgotaram, *o que se esgotou foi uma determinada utopia na sociedade centrada no trabalho*, ou seja, o potencial libertador do homem na esfera do produtivo. O trabalho não será mais o meio privilegiado de libertação dos homens.

"A autoconfiança da modernidade é hoje, como ontem, estimulada por uma consciência de atualidade na qual o pensamento histórico e o pensamento utópico fundiram-se um ao outro. Mas com os conteúdos utópicos da sociedade do trabalho desaparecem duas ilusões que fetichizaram o entendimento da modernidade sobre ela mesma" (Habermas, 1988:114).

Para este filósofo alemão, a primeira ilusão pode ser explicitada pela confluência da felicidade e da emancipação com aquelas do poder e da produção da riqueza social. Os projetos racionais sucumbiram a uma simbiose ilusória entre o controle racional da natureza e a mobilização das energias sociais. A razão instrumental procedente das forças produtivas, assim como a razão funcionalista (organização e planejamento), deveriam propiciar a equidade social, a dignidade e a libertação dos homens. Dessa função deveria resultar, por fim, a melhoria das condições de trabalho.

A segunda é o fim da ilusão metodológica "que esteve ligada aos projetos de uma totalidade concreta de possibilidades futuras de vida" (Habermas, 1988:114). A utopia de uma sociedade da comunicação expressa uma *intersubjetividade* intacta.

"As situações linguísticas ideais denotam as condições gerais para o exercício de uma práxis cotidiana, através da comunicação e para um processo de formação discursiva da vontade, as quais poderiam criar condições para os próprios participantes realizarem - segundo necessidades e idéias próprias, e por iniciativa própria - possibilidades concretas de uma vida melhor e menos ameaçada" (Habermas, 1988:114).

Desse modo, a categoria de totalidade não pode mais ser vista como a utopia de uma determinada realidade que se apresenta na sua singularidade como vida bem sucedida. A antecipação de uma realidade concreta sugere o estabelecimento de condições e, como ela vai se delinear, cabe aos agentes decidir.

A partir dessa angulação, a teoria marxiana do valor para Habermas (cf. Teixeira, 1996), não passa sem problemas, sendo impedida de explicar satisfatoriamente o capitalismo tardio. Apesar de Marx ter conseguido articular na crítica da economia política as dimensões da sociabilidade humana, esta articulação o impossibilitou, segundo Habermas, de chegar a uma distinção clara entre o nível de diferenciação sistêmica (exigência da modernidade) e as formas específicas de classe que este nível institucionaliza.

As dimensões da sociabilidade humana são compostas pelo sistema e o mundo da vida. O primeiro é regido pelo princípio da

interação sistêmica referente à esfera do trabalho, à produção material, à ação racional com respeito a fins, cuja coordenação das ações faz-se no agir instrumental ou estratégico; engloba a esfera de legitimação de um poder e de posição social. Das esferas do mundo da vida, desacoplam-se dois subsistemas que dão origem ao mundo moderno: a economia e o aparelho estatal. A economia é relativa aos negócios privados e o aparelho estatal que, mesmo antes da sociedade capitalista legitimar uma estrutura de poder, desenvolveu-se pela necessidade de produzir legitimação, sendo que o Estado não é em si a instituição reprodutora. O segundo - o mundo da vida - é responsável pela reprodução simbólica da sociedade, abrangendo a cultura (reprodução cultural), sociedade (integração social) e personalidade (formação das estruturas de identidade). Envolve, ainda, a ação ou agir comunicativo, visando não uma ação com respeito a fins, mas um entendimento cuja coordenação das ações se faz via consenso, que explicita a esfera privada e a esfera pública. Na esfera privada o núcleo institucional é a família, diferentemente da família tradicional como agente reprodutora, vista enquanto agente de socialização de seus membros. Na esfera pública desenvolve-se uma rede comunicativa que é acrescida de um sistema cultural.⁷

Assim, Habermas explicita que Marx sucumbiu diante das tentações da idéia de totalidade de Hegel e construiu dialeticamente a unidade entre mundo da vida e sistema como um todo que não representa a verdade. Devido a este fato, Marx deixou de perceber que a sociedade moderna, qualquer que seja sua estrutura de classes, possui um alto grau de diferenciação.

Habermas (1987), em sua *Teoria do Agir Comunicativo*, critica Marx, que desenvolveu, como raciocínio primário, a idéia de que o capital possui uma forma mistificada de uma relação de classe. Em face da pouca visualização de Marx acerca do alto grau de diferenciação da estrutura de classes, se viu impedido de abarcar as esferas sistêmicas, que são a economia e a moderna administração estatal, sintetizadas na superioridade das sociedades organizadas estatalmente. Acrescenta, então, que:

"Marx concibe hasta tal punto la sociedad capitalista como totalidad, que pasa por alto el intrínseco valor evolutivo que poseen los subsistemas regidos por medios. No se da cuenta que la diferenciación del aparato estatal y la economía representa también un nivel más alto de diferenciación sistémica que abre nuevas posibilidades de control (stewerung) e impone a la vez una reorganización de las viejas relaciones feudales de clase. Este nivel de integración tiene una relación de clases" (Habermas, 1987:480).

Decorrente desse primeiro problema referente à teoria do valor, Habermas ressalta um segundo. Desvaloriza o conceito de alienação para pensar as síndromes de colonização experimentadas pelo mundo vivido na atualidade. Isso ocorre porque :

"... com el concepto de metamorfosis de la fuerza de trabajo abstracto el concepto de alienación pierde su determinación. Esse concepto no se refiere ya a las desviaciones respecto al modelo de una praxis ejemplar, sino a la instrumentalización de una vida representada como fin en sí misma" (1987:482).

Ainda segundo Habermas (1987), Marx, por ter reduzido as esferas da vida humana numa totalidade sistêmica, instrumental, não pôde perceber os elementos libertadores. Essa redução de Marx, parece ser o grande problema em seu referencial, apontado por Habermas.

A categoria alienação em Marx é o estranhamento do trabalho em relação ao produto, que, por sua vez, no entendimento habermasiano, é estreito. Para Habermas, a alienação encontra-se em todos os domínios. Marx só conseguiu ver o homem enquanto trabalho retificado pela economia através do "médio" dinheiro. Habermas, no entanto, compreende que este conceito³ é insuficiente. A alienação não está só na condição de assalariamento, mas também na de consumidor e na de cliente da burocracia e cidadão. Encontram-se em pauta agora dois "médios", dinheiro e poder, e não só o dinheiro. Hoje não se vive mais o capitalismo selvagem, mas num Estado de bem-estar no qual a redistribuição favorece a latência do antagonismo entre classes.

O terceiro problema da teoria do valor é decisiva para Habermas. Esta teoria é radical no que se refere à generalização do mundo da vida subordinado aos imperativos sistêmicos. Assim, Marx é acusado de não ter percebido outras formas de fetichização e tal como estas, não ter percebido outras questões que envolvem a sociedade contemporânea.

Habermas, apesar de reconhecer em Marx o primado evolutivo da economia, enfatiza que a redução de toda problemática das

3 Vale lembrar que Marx não trabalha com conceitos, e sim, com categorias. Expliquemo-nos: a teoria social de Marx é uma ontologia que visa um determinado tipo de ser, o ser social; sua apreensão da realidade e análise sustentam-se no movimento das categorias ontológicas que estruturam a realidade, e não em conceitos articulados idealmente. A ontologia de Marx está centrada na produção e reprodução da vida humana. As representações que aparecem na mente humana, são reflexos do real capturados como representação na consciência. Não são formas lógicas articuladas pela consciência aplicáveis à realidade, mas reflexos objetivos da natureza e da sociedade.

sociedades contemporâneas a esta esfera foi um erro fundamental de Marx. Nas palavras de Habermas:

"... pero este primado no debe llevarnos a reducir la relación de complementariedad entre economía y aparato estatal a términos de una representación con el monismo de la teoría del valor, hemos de contar con dos medios de control y cuatro canales através de los cuales esos dos subsistemas, que se completan mutuamente, someten el mundo de la vida a sus imperativos. Por consiguiente, tanto la burocratización como la monetarización, ya sea de ámbitos públicos, o ámbitos privados de la existencia, pueden generar efectos cosificadores" (1987:485).

Se, com todos estes problemas, a teoria do valor pode oferecer algumas explicações da sociedade contemporânea, esta, por sua vez, pode perder a validade diante dos novos desafios do capitalismo contemporâneo. Para Habermas, *O Capital*, de Marx, é hoje uma obra superada, uma vez que o sistema categorial de articulação de inteligibilidade do real utilizado por Marx não é mais capaz de explicar os novos fenômenos. Os argumentos utilizados por Habermas para demonstrar a superação histórica do universo categorial são as profundas transformações pelas quais passaram os processos de produção, assim como a emergência de novas práticas e poderes do Estado. Tais acontecimentos desgastaram as bases do valor, descartando o seu núcleo racional. As transformações no processo produtivo, como a robótica e a microeletrônica, deslocaram o trabalho como unidade dominante na produção de riqueza. Agora é a ciência a peça fundante da engrenagem da força produtiva.

Nas transformações pelas quais o capitalismo vem atravessando, este filósofo questiona que a intervenção estatal superou a clássica distinção entre estrutura e superestrutura, de tal modo que a política não pode mais ser julgada como um fenômeno superestrutural. A consciência desse argumento reside no fato de que a economia não mais subsiste como um sistema que se auto-regula.

Considerando, então, que a economia e o Estado estão interligados, a crítica à sociedade não pode mais se resumir à economia, tal como Marx propôs.

Habermas considera, pois, que os conflitos entre capital e trabalho atingem uma dimensão política tal, que não podem mais enquadrar-se nos conflitos privados. Assim, a teoria marxiana do valor tornou-se superada. Sua validade extinguiu-se uma vez que seu objeto central – o desvendamento da produção de mais-valia ocultado pelas relações burguesas de assalariamento – não se resume

mais nos determinantes exclusivamente econômicos. Os critérios políticos agora dividem espaço com o econômico, de sorte que a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato perde sua eficácia. A ideologia da troca de equivalentes, desvendada por Marx, foi dilacerada na prática. Daí, torna-se supérflua a tarefa da categoria fetichismo, que se valia de desnudar o "local oculto" da produção, isto é, o segredo da mais-valia.

Para Habermas, Weber é o grande referencial para mostrar como se chegou às sociedades capitalistas através da racionalização. Por que, então, as promessas do Iluminismo não favoreceram ao homem tomar o futuro nas mãos? Habermas contribui para a resposta, uma vez que esta proposta é uma proposta de classe.

A exposição do pensamento de Habermas traçada brevemente até aqui instiga ao debate para uma melhor compreensão das idéias expostas. Para tanto recorre-se ao texto de Teixeira (1996), em que trava um diálogo teórico sustentável e coerente com aquele, na colocação de suas argumentações.

Cabe, assim, ressaltar que a crise entendida enquanto esgotamento dos referenciais utópicos trazidos pelo projeto da modernidade, contribui para a compreensão do surgimento de um contexto social propício para o surgimento de idéias como o "fim da história", já que uma sociedade sem valor é uma sociedade ensandecida (Frederico, 1977); como se fosse possível produzir mercadorias sem o *trabalho*.

A consciência fetichizada e fetichizadora encontra condições favoráveis para a divulgação do fim da sociedade capitalista, considerando a crise pela qual o projeto da modernidade vem atravessando. As idéias contidas nesse processo, fundamentam-se nas transformações que vêm ocorrendo na sociedade capitalista e no fim dos referenciais utópicos do projeto da modernidade.

Essa consciência, ao mesmo tempo em que apreende as transformações em processo na sociedade atual, defendendo o fim do capitalismo, compreende apenas a aparência imediata dos fenômenos, concentrando aí o seu discurso.

Habermas, embora sensível às mutações por que passa o capitalismo, entende que não se prende ao fetichismo que domina o mundo fenomênico da realidade, buscando entender as causas da crise da modernidade.

Aprofundando-se, desse modo, nas aparências dos dados, Habermas os reconstrói em outro nível de abstração, tendo como ponto de partida as transformações que vêm ocorrendo no processo de trabalho. Essas transformações são as mesmas que permitem aos adeptos do fim do capitalismo pregarem o fim da divisão capitalista do trabalho no interior das empresas. A divisão social e técnica do trabalho, organizada segundo critérios de execução e

comando, agora devido ao domínio da ciência no interior do processo de produção, seria substituída por uma nova forma de dividir o trabalho, na qual todos são, ao mesmo tempo, organizadores e executores da produção. Se isso ocorre, não há mais espaço para a clássica abordagem da divisão do trabalho e, portanto, o modo de produzir não é mais capitalista. A organização despótica do trabalho, cede lugar a uma nova forma, qual seja, a cooperação e o consenso, bem como o trabalho vivo deixa de ser o fundamento da produção. E, se este argumento é verdadeiro, não existe mais espaço para o conflito entre classes.

Esse é o ponto nodal das idéias de Habermas para fundamentar que o trabalho imediato não é mais essencial à produção, ou seja, seu argumento central contra a teoria do valor trabalho reside no fato de que a exploração do homem pelo homem, com inúmeras revoluções tecnológicas na produção deixou de ser a ponte de mais-valia, sendo substituído pela técnica, que pode levar em alguns setores, a prescindir quase que absolutamente de mão de obra humana, derrubando, então, a teoria do valor de Marx, que tinha nessa categoria um dos pontos de sustentação de seu universo categorial. Porém, concomitante à decadência do trabalho vivo, o mercado perde sua centralidade, porque para Habermas, o mercado não é mais capaz de absorver a força de trabalho que, devido ao desemprego estrutural, fruto da substituição cada vez mais freqüente de mão de obra humana pelas máquinas – especialmente nas tarefas menos qualificadas – está se transformando num exército de desempregados. Habermas propõe, então, não só que se desvincule salário e seguridade social do fato de estar empregado, mas que a organização da sociedade e das relações entre os homens não se alicerce mais nas relações econômicas de trabalho e sim, que se constitua sobre a base de relações de cooperação e solidariedade. Para Habermas, reger-se pelo mercado e pelo trabalho é permitir a exclusão de uma parcela cada vez maior da humanidade. O mercado perde sua centralidade, não só enquanto instituição que perde a determinação da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, mas também perde a capacidade de determinar o trabalho socialmente necessário. Em contrapartida, o Estado adota políticas compensatórias de geração de emprego e renda, desviando as determinantes do mercado de trabalho, denotando um caráter cada vez mais político.

Sob essa angulação, o trabalho passa a ser regido por formas políticas não-mercadoológicas. Desmorona-se a força socializadora e estruturadora do trabalho abstrato, bem como a teoria do valor.

No capitalismo contemporâneo, essa perspectiva advém, segundo Teixeira (1996.), da referência única e exclusiva de Habermas ao primeiro capítulo de *O Capital*. Esse capítulo como

indicaram outros estudiosos do legado marxiano, não representa a síntese de Marx, uma vez que seu universo categorial encontra-se disperso na sua obra.

A teoria da circulação simples enquanto aparência do modo de produção capitalista, até a sua essência, desdobra-se em várias possibilidades de investigação e exposição, nas quais as mediações categoriais permitirão apreender esses dois lados como constitutivos de uma mesma totalidade, qual seja, o capital. Ou, segundo palavras de Teixeira, "trata-se da passagem do mundo da experiência vivida pelos indivíduos para o nível em que se situam as relações entre as classes sociais" (id., *ibid.*:44). Essa passagem é mediada pelas categorias mercadoria e dinheiro, que se desdobram na categoria capital, que, por sua vez, demanda outras categorias, como a força de trabalho. Essa última, vislumbrada como mercadoria especial, a partir do momento em que é consumida pelo capitalista, desdobra-se em outra categoria, a mais-valia. Da mais-valia há o desdobramento de mais outras duas categorias: capital variável e capital constante.

O desenvolvimento do universo categorial ocorre nos vinte e dois capítulos iniciais de *O Capital*. Nessa parte da obra, Marx explicita através das categorias como ultrapassar a aparência e atingir a essência do modo capitalista de produzir, de modo a apreender as relações entre as classes sociais, que não são possíveis de serem levantadas apenas no primeiro capítulo.

Acompanhar o processo de Marx no desenvolvimento das categorias é compreender como ele parte do abstrato para o concreto⁴. Isso é possível partindo da categoria capital entre as diversas esferas da economia, visto que a distribuição do trabalho está vinculada e regulada pela distribuição do capital. E Marx, no capítulo I, analisado por Habermas, trata da socialização do trabalho.

Mesmo considerando que a realidade atual difere sobremaneira daquela da época de Marx, reside aí uma questão de fundo metodológico que, segundo Teixeira, é o seguinte:

"as categorias apropriadas para pensar a socialização do trabalho não são as do primeiro capítulo do livro. Admitir o contrário é pressupor, desde o princípio, que, para Marx, a teoria da circulação simples seria expressão de uma forma de sociabilidade pré-capitalista" (id. *ibid.*: 46).

4 O método marxiano consiste em partir das categorias mais simples que compõem o real, para que se possa reconstruir este real no pensamento. Afinal, para que se tenha uma representação verdadeira do real, é necessário ter sempre em mente que ele não se esgota na aparência imediata em que se apresenta, mas que é real e concreto. Assim, a forma pela qual se dá a aproximação do concreto pelo pensamento é que constitui o método em "elevar-se do abstrato ao concreto", ou seja, das determinações mais simples e abstratas ao concreto pensado.

Somente assim é viável pensar a socialização do trabalho a partir da teoria valor-trabalho, tal qual Ricardo e Smith. Porém, é justamente esse contraponto que permite apreender a categoria trabalho abstrato ontologicamente como forma de sociabilidade no modo capitalista de produção.

Desse modo, como poderia Habermas prender-se unicamente a este capítulo de *O Capital* fundamentando que o determinante salário da força de trabalho e suas formas de socialização não possam mais ser vistas de acordo com a teoria valor? A resposta consiste em sinalizar que Habermas apropria-se indevidamente de algumas categorias para elaborar seus argumentos. Trabalhar no primeiro capítulo com pontos que se encontram implícitos pode acarretar como trágica consequência incorrer no erro que é possível de ser evitado, quando se apreende Marx.

Especificamente as categorias salário, socialização da força de trabalho, relações entre classes e concorrência entre outras, encontram-se no terceiro capítulo. Nessa parte é possível compreender a totalidade do modo de produção capitalista, enquanto unidade do processo de produção e de circulação de mercadorias.

No entanto, as categorias apresentadas no primeiro livro podem contribuir, e o fazem, para a compreensão do capitalismo contemporâneo, mas não apenas no primeiro capítulo, no qual a categoria de totalidade não se constrói (completamente). "Desconhecer este fato é cair no fetichismo da pressa de querer derivar tudo do começo imediato, que só o é pela mediação" (Teixeira, 1996:48).

De acordo com a exposição de Marx em *O Capital*, o capitalismo é vislumbrado como um modo de produção preenche de negatividade, composto de múltiplas determinações, que despontam com o esforço do capital em criar bases necessárias às suas exigências de valorização. Daí a explicação da cooperação simples para a grande indústria, na qual o capital conseguiu ultrapassar todas as barreiras que o impediam de dominar o trabalho. A grande indústria elimina, assim, as possibilidades de um trabalho autônomo e virtuoso, no qual o trabalhador, sob a égide do capital, opera máquinas. O trabalho abstrato ganha uma realidade tecnicamente tangível. As atividades niveladas permitem o remanejamento de trabalhadores entre as máquinas disponíveis, sem nenhum tipo de treinamento especial.

A grande indústria abriu, ainda, precedentes para desenvolver um mercado determinado pelo gosto pessoal, desenvolvendo o consumo de massa. A maquinaria necessária a esse investimento possibilitou a substituição do trabalho vivo pelo morto, "permitindo" ao capital controlar os salários, uma vez que, a cada dia, a demanda

por trabalho cresce menos do que a demanda por mais e melhores equipamentos⁵. A grande indústria permitiu a eliminação das barreiras que se impunham entre o trabalho e o capital, com o predomínio desse último. No entanto, este predomínio diante da realidade social é elemento de negatividade, ou seja, o capital, para manter seu predomínio, necessita desenvolver as forças produtivas que, por sua vez, negam suas bases valorativas – o trabalho vivo como criador de valor.

Na realidade, a grande indústria elevou ao máximo essa contradição apontando dois caminhos para o sistema. O primeiro – que não se efetivou – pode ser explicitado por uma crise fatal, que levaria o sistema ao seu esgotamento. O segundo, presenciado na atualidade, são as modificações operadas nos processos de produção ocorridas em benefício do capital, proporcionando o desenvolvimento da ciência – primeira força produtiva – que não gerou um tempo livre de trabalho para o desenvolvimento intelectual e espiritual dos indivíduos. No desenvolvimento das forças produtivas, enquanto for mediado pela categoria capital, o saber técnico-científico permanece como uma mercadoria fundamental na concorrência capitalista. E na concorrência quem é livre é o capital, não o indivíduo. Teixeira esclarece que:

“... a promessa de liberdade, que a concorrência traz em si, se inverte em não liberdade; não porque as forças produtivas, depois de um certo estágio de desenvolvimento rebelaram-se contra o homem, mas, sim, porque esse desenvolvimento mesmo se realiza dentro de uma forma social fetichizada, de uma forma social coisificada, em síntese dentro de uma forma social que é forma de desenvolvimento não do homem, mas do capital” (ibid.:69).

Apesar das modificações pelas quais está passando o processo produtivo e as ciências, estas não inviabilizaram o trabalho vivo como produtor de valor e de mais-valia. A grande indústria que mantém sua planta fabril ocupada por mecanismos equipados com alta tecnologia, como a robótica e a microeletrônica, encontrou

- 5 Marx contribui para esta reflexão no capítulo XXIII de *O Capital* ao analisar a lei geral da acumulação, esclarecendo que a acumulação enquanto relação social, só é possível através da acumulação de proletariado. Acumular significa acumular força de trabalho e apropriar excedente de produção daí decorrente. Com o desenvolvimento das forças produtivas a proporção de investimento entre meios de produção e proletariado, do, ou para sermos mais fiéis à reflexão de Marx, entre capital constante e capital variável – do ponto de vista do valor – e dos meios de produção e da força de trabalho – do ponto de vista da matéria – que conformam a composição orgânica do capital, é cada vez mais reduzida, o que, no entanto, não determina a eliminação do trabalho vivo.

uma fonte externa de extração de mais-valia: a subcontratação. Os trabalhadores que compõem o mercado de trabalho informal, ao lado das microempresas, constituem os fornecedores de trabalho materializado, uma vez que a compra e a venda da força de trabalho continuam ocultas sob as formas invertidas da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas.

Essa estruturação produtiva encontra-se longe de extinguir o trabalho abstrato, considerando que a forma de extrair mais-valia atingiu o seu ápice: os novos trabalhadores transformados em vendedores de trabalho objetivado, porque não pertencem mais à estrutura interna da empresa, condicionam o próprio esforço à capacidade de produzir, com sucesso, mercadorias. Desse modo, a necessidade de gerar renda, a rotatividade em si, invade a vida do trabalhador, que faz do trabalho a sua razão de ser. O trabalho abstrato na sociedade contemporânea potencializa ainda mais a extração da mais-valia. A organização do trabalho subcontratado sugere um retorno aos primórdios do capitalismo quando o pagamento por peça foi a mola propulsora do capital devido ao prolongamento do tempo de trabalho e ao abaixamento dos salários.

Porém, o que distingue o trabalhador que vendia sua mão de obra por peça produzida, do trabalhador subcontratado na atualidade, depende da quantidade de mercadorias que este último oferece às unidades finais de produção. O preço de um dia de trabalho é, agora, estipulado pelo número de unidades que produziu. O salário do trabalhador contemporâneo, depende da capacidade de produção por unidade de tempo de cada um individualmente.

Essa forma de pagamento vem se tornando mais adequada à manutenção do capitalismo. Isso porque, tanto o controle de qualidade do produto e/ou serviços, quanto o preço negociado individualmente, são de trato individual e fragmentado, no qual o capital pode exigir preço, qualidade e tempo de trabalho necessário à produtividade, compondo uma fonte preenche de descontos salariais e de fraudes dos capitalistas.

A nova forma de produção de mais-valia potencializa o próprio trabalhador a tornar-se fonte de auto-exploração. Seu salário depende da quantidade de sua produção, provocando no próprio trabalhador a compulsão por trabalho, sendo ele próprio agente responsável pela potencialização da sua força produtiva. A exploração no atual estágio do capitalismo, é ainda mais camuflada e desprovida de seu fundamento anterior. A relação entre capitalista e trabalhador se processa nos seus encontros e desencontros na circulação das mercadorias e no mercado. São comerciantes e não mais representantes de interesses antagônicos. Ocorre uma

reposição das leis da circulação simples, fazendo presente a ideologia da troca de equivalentes mistificada pela igualdade dos proprietários de mercadorias. Pode-se inferir, então, que, ao contrário do que afirma Habermas, o segredo da produção da mais-valia continua oculto. O véu que encobre a essência da mais-valia encontra-se mais opaco. A realidade mostra que a sociedade de produtores independentes de mercadorias é uma ilusão.

As contribuições de Teixeira (ibid.) levam a concluir que, apesar do trabalho vivo não ser mais direto e imediato na unidade produtiva, não significa que se encontre em processo de extinção. O chão da fábrica equipado com alta tecnologia "repassa" para o trabalhador autônomo (ou subcontratado, informal) as atividades que não interessam ao grande capital. Daí ocorre a fragmentação do trabalhador coletivo, com o qual os sindicatos não conseguem mais marcar presença.

Finalizando, a modernidade para Habermas apresenta como aspecto negativo a intervenção dos subsistemas econômicos e políticos do mundo da vida. Os "médio" poder e dinheiro determinam não apenas a reprodução social, mas, nas palavras de Habermas, a colonização do mundo da vida, a reprodução simbólica e cultural envolvida pelo dinheiro e pela burocracia acarretando trágicas conseqüências para a interação social. O mundo da vida deve ser resguardado, através da racionalidade comunicativa, em relação às intervenções da ação administrativa e econômica, regida pela racionalidade com respeito a fins.

Sustenta a idéia de que a teoria da ação comunicativa contempla a melhor contribuição, na atualidade, para a construção do projeto de modernização iluminista, por constituir-se de pressupostos iluministas: a argumentação radicada em provas e em fatos racionais e o princípio de que ainda dispomos no mundo vivido de uma reserva intacta de racionalidade comunicativa, que não foi colonizada pelo sistema, pelo Estado burocrático ou pela economia capitalista. Essas são idéias iluministas que partem da premissa de que existe um iluminismo espontâneo, latente na sociedade, possível de ser resgatado. Habermas, assim, vai de encontro a Adorno que julgava que a Razão, na fase atual, tinha sido totalmente cooptada pelo iluminismo, no sentido perverso, sendo a Razão "um senso comum" hegemônico, divulgado pelos aparelhos ideológicos e culturais. O homem vive assim, numa realidade "fetichizada", da "tirania da maioria". Habermas, através da racionalidade comunicativa, apresenta a razão comunicativa, que se atualiza sempre que duas pessoas dialogam, através de argumentações que podem ser comprovadas ou refutadas. Trata-se de uma utopia racionalista, com base na lingüística em substituição à organização produtiva, segundo a perspectiva marxiana. É o que

Habermas denomina de "projeto da modernidade" ou "projeto original da filosofia das luzes" (Löwy, 1992).

Como quer Offe (1995), se o trabalho não possui mais características empíricas compatíveis para a continuidade da perspectiva da sociedade segundo a ótica do trabalho – não só porque esta categoria se tornou objetivamente amorfa, mas porque está se tornando também subjetivamente periférica – quais seriam os conceitos racionais de estrutura e conflito que se deve apropriar para descrever uma sociedade que não é mais do trabalho? O autor nos responde: seria a Teoria do Agir Comunicativo de Habermas. Na visão de Offe (ibid.), Habermas, ao descrever a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas, opõe-se ao antagonismo originário das relações de produção.

Na esteira desse raciocínio, Löwy (1992:52) apresenta mais uma crítica consistente ao modelo lingüístico habermasiano no qual:

"A utopia neo-racionalista deste último [Habermas] é sedutora mas baseada em ilusões tipicamente liberais no que se refere às virtudes miraculosas da 'discussão pública e racional dos interesses', da produção consensual de 'normas ético-jurídicas' etc. Como se os conflitos de interesses e de valores entre classes sociais, ou a 'guerra dos deuses' na sociedade atual, entre posições morais, religiosas ou políticas antagonônicas, pudessem ser resolvidos por um simples paradigma de comunicação intersubjetiva, de livre discussão racional. E como se a atividade comunicativa pudesse ser inteiramente separada da atividade instrumental (a produção econômica, o poder político etc.)."

No entanto, não cabe discutir, muito menos concordar com Löwy, quando, ao analisar a Escola de Frankfurt e a modernidade, alia-se à perspectiva weberiana, considerando que esta fonte retrata, na atualidade, um ponto de vista mais lúcido e mais crítico que o modelo de Habermas.

Defende-se, em contrapartida, a ortodoxia marxiana através do método, considerando que a busca do consenso habermasiano como resultado desejável das ações entre os indivíduos, exime-se do contexto: os interesses antagonônicos e as relações de força e poder que permeiam a sociedade do capital, descartando a leitura marxiana da realidade social, tendo como categoria central o trabalho e a auto-constituição do ser social pela práxis. Essa perspectiva nega, pois, o caráter ontológico da realidade. A era moderna tem a linguagem, que passa a determinar a racionalidade da realidade, como perfil de existência. As ciências se particularizam ideologicamente e recusam a filosofia, enquanto conhecimento da essência do ser. Esse "fenômeno" apresenta os paradigmas de forma irrefletida

e inconsequente. É preciso atentar à amplitude do método marxiano e à perspectiva de classe. Só a partir dessa definição é que se pode ter um nível de racionalidade que cada vez mais próximo do conhecimento da verdade. A proposta habermasiana indica que as evidências do cotidiano comprovam que a razão não desapareceu e que é passível de ser utilizada na modificação do estado atual das coisas. As idéias que compõem a teoria da ação comunicativa possuem como ponto de partida as objetivações que permeiam a vida cotidiana dos homens. Nesse fim de século, já não se encontram mais no trabalho o fundamento da vida moderna. O que vale fundamentar, assim, é o amplo e diversificado conjunto de ações e interações sociais, visto que a dinâmica e o processo da sociedade atual não se constituem nos antagonismos do setor de produção capitalista, mas nos enfrentamentos entre os diversos subsistemas de ação racional.

Assim, é através do método marxiano que se pode compreender as particularidades da sociedade capitalista contemporânea, madura e consolidada. Não se trata, pois, de colocar em discussão um determinado padrão de racionalidade (crise de paradigmas) – como o positivista que tem a pretensão de manter sua hegemonia na comunidade científica –, nem partir do pressuposto de que a racionalidade instrumental é a racionalidade substantiva da ordem social burguesa. Se se parte do pressuposto positivista em sua base instrumental, como possibilidade dos homens viverem e se relacionarem com a realidade, põe-se em questão as promessas de individualidade, autonomia e universalidade (ou autonomia e liberação dos homens) contidas no próprio projeto da modernidade e, conseqüentemente, as formas sociais pelas quais o projeto da modernidade se processou, quais sejam, o capitalismo e o "socialismo real". Considerando que nem o socialismo, nem o capitalismo viabilizaram a proposta de liberdade e autonomia, o que se coloca na "ordem do dia" é a defesa da necessidade de substituição dos paradigmas, que privilegiam as formas tidas tradicionais de conceber o objeto em sua relação com o sujeito no processo de conhecimento.

A perspectiva histórico-concreta deve estar presente na apreensão do movimento real, a partir da ontologia que a práxis imprime, considerando que a ausência da perspectiva ontológica fragilizou e continua a fragilizar a proposta iluminista em face da consolidação da ordem burguesa. O controle da natureza através do emprego meramente instrumental da Razão tem se mostrado útil e funcional ao capital. Em contrapartida, é através da Razão analítica que é possível desmistificar a realidade que se apresenta cada vez mais complexa. Caso contrário, a explicação dessa realidade tornar-se-ia território do irracionalismo que, diga-se de passagem,

caminha ao lado do racionalismo positivista em defesa da ordem burguesa; "Mas é somente isso? Não há mais nada?" Havia; mas o gato comeu (e ninguém viu o gato)." (Carlos Drummond de Andrade - A Coisa é Simples)

BIBLIOGRAFIA

- FREDERICO, C. Razão e desrazão: a lógica das coisas e a pós modernidade. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 55, ano XVIII, nov. 1997, p. 174- 188.
- GONCALVES, Reinaldo. Desemprego e Progresso Técnico in: *Revista Praia Vermelha*, Vol. 1 n. 2 RJ. 1999.
- HABERMAS, J. Teoria Analítica da Ciência e Dialética e Conhecimento e Interesse. In: *Os Pensadores* SP: Abril, 1993.
- _____. *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. RJ: Tempo Brasileiro. 1980.
- _____. A Nova Intransparência. In: *Novos Estudos*. SP: CEBRAP SET. 1988.
- _____. *Para Reconstrução do Materialismo Histórico* SP: Brasiliense, 1983.
- _____. Técnica e Ciência como Ideologia. In: *Os Pensadores*. SP: Abril, 1993.
- _____. *Teoría de La Acción Comunicativa: Crítica de La Razón Funcionalista*. Madrid. Taurus, 1987.
- LESSA, S. *Sociabilidade e individualização*. Maceió: EDUFAL. 1995
- LOIHKNE. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LOWY, M. Escola de Frankfurt e a Modernidade - Benjamin e Habermas. In: *Novos Estudos*. N. 32. Março 1992.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968. MANDEL, E. *A Crise do Capital: Os Fatos e a sua Interpretação Marxista*. São Paulo: Ensaio/UNICAMP. 1990
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política* SP: Martins Fontes, 1983
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987
- MATTOSO, J. E. L. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: SCRITTA, 1995.
- OFFE, C. *O capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense. 1989.
- TEIXEIRA, J. S. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? IN: TEIXEIRA, M. C., OLIVEIRA, F. (orgs.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.

CONTROLE SOCIAL UMA QUESTÃO CONTROVERSA NO ÂMBITO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - O CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUIZ DE FORA*

Luzia Helena Gomes Filgueiras**

RESUMO

Os Conselhos Municipais de Saúde - CMS -, no Brasil, vem representando uma área de interesse investigativo, na medida em que têm sido alvo de análises sobre a sua contribuição no processo de municipalização da saúde. Inúmeros estudos apontam para aspectos que se referenciam a participação, democratização, descentralização, poder local etc, tratando da questão do exercício do controle social de maneira secundária. Procurando então, desvendar o controle social sob a ótica da historicidade dos Serviços de Saúde defende-se a posição de que é necessária a ultrapassagem do férreo controle do capital, em direção à sociedade socialista.

Palavras Chave: Conselhos Municipais de Saúde, Controle Social, Serviços de Saúde.

ABSTRACT

The Municipal Health Councils - CMS -, in Brazil, have been representing an area of investigative interest, in so far as they have been being the target of analysis concerning their contribution to the process of the municipalization of health. Innumerable studies point to aspects which refer to participation, democratization, decentralization, local power

* O conteúdo deste artigo está fundamentado na Tese de Doutorado defendida na PUC/SP em abril de 2000, sob o título "Controle Social e os Conselhos Municipais de Saúde - O Caso de Juiz de Fora.

** Professora Doutora do Departamento de Fundamentos do Serviço Social, da FSS/UJF.

etc. dealing with the thesis of the exercise of social control in a secondary manner. Seeking therefore, to reveal social control from the perspective of the historicity of Health Services, it is defended the position that affirms that it is necessary the surpassing of capital's cruel control, in direction to a socialist society.

I. CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE: TEMÁTICA CONTRADITÓRIA?

Os estudos sobre Conselho Municipal de Saúde - CMS - elaborados por Takamatsu (1996); Coutinho (1996); Lima (1993); Silva (1996); Pinheiro (1995) etc. denotam que há diversidade de parâmetros para a compreensão dos Conselhos, em razão de que existem perspectivas teóricas diferenciadas para configurá-los, caracterizá-los visando demonstrar a sua importância, historicizar sua trajetória, identificar suas contradições etc.

Além desses estudos existem as contribuições de Valla (1993); Drummond et al (1995) e Conil (1995) que remetem a uma configuração dos CMS, enquanto elementos inseridos nas análises sobre a área da saúde.

Mesmo com a diversidade de estudos podemos destacar o que Pinheiro (1995:21) ressalta como instigante:

"Considerando-se que os Conselhos Municipais de Saúde são espaços instituídos e definidos como uma instância de decisão na gestão pública local com representantes de interesses específicos, constituem-se, portanto, um núcleo de poder. E este núcleo integra-se à disposição de poder já existentes desenhando uma nova estrutura institucional. Toma-se relevante para o campo atual, realizarem-se estudos sobre tais instâncias. Investigar os Conselhos tem importância tanto no plano político, tendo em vista o conjunto de atores que integram estes órgãos, e a capacidade que estes atores isoladamente possuem de promover transformações no sistema, como no plano institucional, pelo estabelecimento de novas práticas no processo de tomada de decisão na gestão e no planejamento local."

A ponderação que fazemos ao caracterizar esta reflexão como instigante se revela na configuração de que as análises dos diferenciados autores centram-se muito mais nas contribuições advindas dos Conselhos, do que no desvelamento sobre suas possibilidades e limitações no exercício do controle social. E ao referenciar-mos ao controle social estamos defendendo um

entendimento que extrapola concepções já consagradas, posto que para nós a existência dos Conselhos de Saúde, sob diversas modalidades, vem servindo ao controle social do capital, significando então que sua legitimidade e reconhecimento têm-se processado de acordo com as estratégias possíveis e/ou permitidas pelo modo de produção capitalista.

Evidenciamos assim que torna-se imperiosa a necessidade do controle social sustentando-nos em Mészáros (1987:38), que explicita:

"Atualmente presenciamos a emergência de uma contradição fundamental com gravíssimas implicações para o futuro do capitalismo: pela primeira vez na história humana a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais de controle social, estão encontrando sérias resistências, na forma de pressões resultantes dos imperativos elementares da simples sobrevivência. E desde que os problemas são tão inevitáveis quanto são agudas as contradições entre a necessidade de um controle social adequado e os estreitos limites da contabilidade capitalista, o necessário insucesso dos programas de manipulação, imprevidente ativa, - uma situação que requer esforços de amplo alcance conscientemente coordenados em grande escala - catalisador para o desenvolvimento de alternativas socialistas."

Somos então, concordantes com as proposições deste autor acreditando que é necessário um controle social adequado, enquanto imperativo para sobrevivência da humanidade, contrapondo-se às atuais modalidades que têm contribuído para a continuidade do capitalismo, que vêm regulando suas crises e indicando estratégias para o seu desenvolvimento.

Referenciando-se às análises sobre os CMS identificamos que há um direcionamento para que seja entendido o controle social tratando de dimensioná-las segundo a estrutura jurídico-legal, a participação social, a publicização da política de saúde, os serviços de saúde, a estrutura técnico-burocrática, as formas de gestão e representatividade. Por outro lado, existem elaborações sobre o controle social que abordam a cultura política democrática, os serviços de controle e a negatividade do controle do capital.

Através do estudo que fizemos podemos perceber que assentando-se ou não em experiências concretas realizadas nas cidades brasileiras como São Paulo, Belo Horizonte, Cuiabá, Joimville, Resende, Angra dos Reis, Bom Jesus do Itabapoana etc. encontramos para configurar o primeiro direcionamento a defesa da participação,

da democracia, da cidadania, da descentralização, do poder local, ficando a questão do controle social tangencialmente referenciada.

Quanto ao segundo direcionamento pudemos constatar que a preocupação das análises não se concentra na especificidade dos Conselhos de Saúde, visto que há a defesa da totalidade social. Assim concebendo encontramos respaldo para defender a nossa posição, pois a sociedade do capital, enquanto uma totalidade se estrutura e se orienta para e na sua reprodução. Esta sociedade cria e desenvolve diferentes formas que visam manter, conservar e ampliar o controle do capital em qualquer esfera da produção, distribuição e circulação de bens e serviços.

Para compreender como esta sociedade se comprometeu com os Serviços de Saúde buscamos retratar a trajetória de alguns países como a Inglaterra, França, Espanha, Itália, Estados Unidos etc, singularizando a constituição e o desenvolvimento dos Conselhos de Saúde no conjunto das esferas de controle social da saúde.

Com a análise que fizemos, assumimos que é necessário ir além da ordem do capital, o que significa construir uma nova ordem social, concebida como um processo coletivo, "capaz de promover e constantemente crescer um novo modo de controle positivamente autodeterminado da ordem socialista" (Mészáros, in Lessa, 1998:147).

É nesta direção que nos propusemos a refletir sobre o caráter contraditório dos estudos existentes, ressaltando a importância de extrapolar os enfoques que vêm reforçando os Conselhos como uma esfera do exercício do poder do controle social do capital, demonstrando a necessidade de uma avaliação crítica sobre o seu significado, visando apontar sua particularidade enquanto estratégia de eficácia deste controle.

No sentido de ampliar os estudos nos dedicamos a revelar a experiência do CMS/JF, através das três gestões, eleitas para os períodos de 9/07/1992 a 29/06/1994, de 15/07/1994 a 22/08/1996 e de 4/09/1996 a 23/09/1998, enfocando sua Composição, Regimento Interno, Estrutura, Reuniões, Política Municipal de Saúde, Funcionamento, Atividades etc.

O Estudo de Caso que realizamos englobou a análise de cento e duas atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMS/JF, relatórios, comunicações, artigos de jornais, publicações da Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de fora - SMS/JF, que se somaram aos dados obtidos na realização de 11 entrevistas (que envolveram ex-prefeito, secretários de saúde, conselheiros representantes do segmento dos usuários, do governo, dos trabalhadores de saúde, dos prestadores de serviço, vereadores); bem como nas respostas obtidas através de formulário a nós

encaminhados por oito conselheiros (abrangendo aqui também as quatro segmentos constitutivos do CMS/JF).

Considerando a extensão do trabalho que efetuamos, vamos nos ater neste artigo em apresentar os fatores determinantes na Criação do Conselho e na sua Constituição Política-Administrativa como possibilitadores do entendimento de que o exercício do controle social, definido pela ordem capitalista, está incluso nas lutas para sua existência e para a garantia da sua legitimidade legal, ancorada em legislação e diretrizes fixadas como essenciais ao seu funcionamento e a sua intervenção na esfera da saúde pública municipal, envolvendo a articulação e confronto entre sociedade civil e aparato estatal.

2. CRIAÇÃO DO CMS/JF

A história da criação do CMS/JF está estreitamente relacionada com as prerrogativas da Constituição de 88, que direcionaram a Câmara Municipal de Juiz de Fora, a aprovar em 5/4/1990 a Lei Orgânica do Município, onde também se assegurou a saúde como direito de todos os cidadãos e dever do poder público.

Sob o argumento de que a administração municipal, tendo à frente o então prefeito Carlos Alberto Bejani, carecia de uma proposta de governo que viabilizasse e articulasse o desenvolvimento municipal, organizou-se um movimento supra-partidário que envolvia além dos partidos mais progressistas, como o PT, PC do B, PMDB, diversas instâncias da sociedade civil, e que se auto-denominou SOS-Juiz de Fora.

O SOS-Juiz de Fora que tinha por objetivo fazer com que através da participação popular fossem apresentadas propostas à administração municipal para diversas áreas como a habitação, educação, saúde etc organizou diferentes grupos de trabalho dentre os quais se destacou o que discutiria as questões relativas à saúde - SOS-Saúde.

O SOS-Saúde, sob o argumento de que havia morosidade do governo municipal em promover a municipalização da saúde, promoveu o I e o II Encontro Popular de Saúde que se realizaram respectivamente em 7/07/1991 e 1/9/1991, com a finalidade de pressionar o governo municipal, dentre outras propostas, a implementar a criação do CMS/JF.

Nesse sentido o II Encontro Popular de Saúde, aprovou um documento onde se propunha a criação do CMS/JF, que se parâmetrou nas Leis nº 8080 e nº 8140, sancionada em 1990, e que definiam no território nacional as diretrizes para a organização do Sistema Único de Saúde-SUS.

Segundo o depoimento de um vereador por nós entrevistado,

"O SOS-Saúde gerou um nível de participação e mobilização popular impressionante. Eram lideranças dos Conselhos Locais de Saúde dos diferentes bairros, eram sindicalistas, assistentes sociais, políticos, trabalhadores da saúde, etc... Essa mobilização refletia toda a luta popular que se verificara naquele período no Brasil inteiro. Sob essa pressão o Prefeito, no geral, acabou incorporando todas as propostas do SOS-Saúde."

Tendo a Câmara Municipal, depois de muitos debates e negociações políticas aprovada, o Executivo sancionou a Lei n.º 8076 de 11/05/1992 que criou o CMS/JF. A criação do Conselho ocorreu numa conjuntura política municipal, que expressava a situação nacional, permitindo apontar para as ações semelhantes em outros 2108 municípios, nos quais foram criados Conselhos de Saúde, conforme dados de pesquisa realizado pelo Ministério da Saúde e que abrangia o período correspondente até o ano de 1993. (Carvalho, 1995: 65)

As propostas apresentadas pelo SOS-Saúde foram atendidas na sua quase totalidade, evidenciando que o processo de criação do CMS/JF, apesar de uma conjuntura local adversa, contou com a colaboração decisiva dos setores populares.

3. CONSTITUIÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO CMS/JF

Deve-se mencionar ainda que o CMS/JF, cuja organização se pauta na Lei Municipal 8076/92, bem como no seu Regimento Interno, se constitui com 54 representantes, que contempla diferentemente os segmentos da sociedade, e que no caso estão assim alocados:

- ♦ 27 representantes de usuários, sendo 17 vagas preenchidas por representantes das 12 regiões sanitárias (observando-se o número de habitantes, de forma a contemplar proporcionalmente a representação popular e que são eleitos diretamente), cabendo as outras 10 vagas a usuários das demais instituições da sociedade civil, escolhidos e organizados à partir de diversos interesses (trabalhadores através de seus sindicatos, representantes das instituições organizadas sob interesse da sociedade em geral, das instituições organizadas sob interesse das crianças, adolescentes, mulheres e idosos, etc)

- ♦ 27 representantes sendo 9 do governo, 9 de prestadores de serviço e 9 de trabalhadores em saúde.

No que se refere a composição do Conselho, há divergência nas análises dos conselheiros. Encontramos depoimentos que falam de que esta forma de organização foi fruto "da cabeça e da cartola de um só conselheiro"; outros que "sua amplidão se deu como uma forma de assegurar e contemplar a participação popular incluindo um maior número de usuários de forma a assegurar maior democratização das decisões".

Também não há unanimidade nas análises dos conselheiros, no que se refere à adequação do número de membros aos fins propostos. Segundo um dos entrevistados "o conselho é muito grande o que dificulta a discussão, a tomada de decisões, bem como a consecução do quorum", enquanto para outro esta composição, "favorece a democratização das decisões, e facilita a participação da população. Esse número no meu entendimento é bom, embora alguns conselheiros achem que deva ser reduzido."

O que podemos afirmar é que esta instituição não foi capaz, de resolver a questão da paridade entre os 50% dos usuários e os 50% de representantes dos prestadores de serviço, trabalhadores de saúde, representantes do governo. Apesar da análise da legislação e das disputas ocorridas no processo de sua elaboração, bem como na do Regimento Interno, o que se verifica na prática é que alguns segmentos estão duplamente representados.

Exemplifiquemos, dentre outras, com a representação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com direito a dois membros no Conselho, sendo um como prestador de serviço e outro no segmento dos representantes do governo. Para ainda ilustrar essa distorção do "espírito da lei", vejamos o depoimento de um representante dos prestadores de serviço:

"Eu acho até que hoje, do jeito que está a composição, está legal. Mas isto tem incomodado mais a alguns segmentos ligados aos usuários, porque os usuários tem 27 vagas e hoje 10 dessas vagas são ocupadas por instituições que não representam os usuários."

Essa questão da legitimidade da representação poderia ser ainda questionada quando se verifica que conselheiros que participaram de mais de uma gestão do CMS/JF. Verifica-se uma verdadeira "dança" de alguns conselheiros: ora aparecem como representante dos prestadores, ora como representante do governo; ou ora como representante dos usuários e ora como representante

do governo; ou ora como representante dos trabalhadores em saúde e ora como representante dos usuários. Essa troca na representação, mantendo-se como conselheiro é observada com frequência nas três gestões.

No que se refere à organização política e administrativa do CMS/JF, merece menção ainda o fato de que da data da publicação da Lei da criação do Conselho (11/05/92), até sua posse, foram decorridos aproximadamente dois meses.

Desta forma o CMS/JF, tomou posse em 9 de julho de 1992, tendo como Presidente, de acordo com a legislação o então Secretário Municipal de Saúde, Dr. Agenor Barbosa Lawal. Na primeira gestão (09/07/1992 a 29/06/1994) a diretoria sofreu modificações, dentre as quais saliente-se a substituição da presidência do CMS/JF por três vezes.

Como o cargo de presidente do CMS/JF, era ocupado pelo Secretário Municipal de Saúde, todas as vezes que o poder executivo, diga-se de passagem, à revelia do CMS/JF, escolhia o novo secretário de saúde, modificou-se consequentemente a presidência do CMS/JF.

A primeira mudança da presidência do CMS/JF, ocorreu em dezembro de 1992, em razão da mudança do Chefe do Executivo, quando o Sr. Custódio Mattos, assumiu a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora em substituição ao Sr. Alberto Bejani.

Assumiu consequentemente a presidência do CMS/JF o Dr. Jorge Montessi, substituído posteriormente por Dr. Luis Eugênio Delgado e Dr. Antônio Jorge Souza Marques, este já na segunda gestão (15/07/1994 a 22/08/1996).

Na terceira gestão (04.09.1996 a 23/09/1998) também em razão da eleição do Prefeito Tarcísio Delgado, verificou-se no início de 1997 novamente a mudança do Presidente do CMS/JF, tendo assumido o Dr. João César Novaes.

Na tentativa de evitar constantes mudanças na presidência do Conselho, o referido órgão desenvolveu estratégias no sentido de mudar a legislação que estabelecia que o presidente do CMS/JF, fosse o Secretário Municipal de Saúde.

Buscando maior autonomia o Conselho, conseguiu a alteração da legislação. Entretanto o que se observou foi que após a nova lei, todos os presidentes eleitos foram os secretários municipais de saúde. Isso se deu também na segunda e terceira gestão, quando após o vice-presidente, o conselheiro representante dos usuários Sr. José Roberto da Silva ter exercido o cargo interinamente na vacância da presidência, foi eleito o novo Secretário de Saúde Municipal Dr. Celso de Castro Matias (eleito Presidente do CMS/JF para a quarta gestão).

Tal fato além de apontar para a realidade do chamado "poder médico" no município, permite também uma reflexão sobre o "poder de manipulação" do CMS/JF, pelo Secretário Municipal de Saúde.

Essa hipótese da manipulação, além de poder ser objeto de análise através das votações quase unânimes recebidas pelos Secretários de Saúde ao se candidatarem a Presidência (sem chapas alternativas); foi assim analisada por um conselheiro representante do segmento do governo:

"Qualquer Secretário de Saúde, articula uma maioria, se ele tiver o desejo de articular uma maioria. Ele articula essa maioria qualquer que seja o secretário, qualquer que seja a ideologia. Pode vir o Lênin e pode vir o Hitler. Ele ganha a maioria basicamente no setor que representa teoricamente a população. Essas pessoas são facilmente articuláveis. Você as articula até com afeto, com as relações humanas. Já o setor que representa o empresariado, os prestadores de serviço, estas pessoas são articuladas através de mecanismos de poder real."

Uma sugestão apresentada por um conselheiro, objetivando resolver melhor essa questão, foi a de que o CMS/JF, ao invés de reivindicar a eleição de um presidente, fosse a de indicar ao Prefeito Municipal através de lista triplíce o Secretário Municipal de Saúde, o que aí sim aumentaria o poder de intervenção do Conselho.

Entretanto segundo esse conselheiro, essa proposta que faria com que o Secretário Municipal, se subordinasse ao CMS/JF já que este teria poderes para afastá-lo, foi rejeitada pelos conselheiros.

Em razão do exposto, podemos questionar os esforços feitos pelo Conselho, uma vez que ficou centrado em preocupações de ordem burocrática (mudança do Regimento Interno, dentre outras), sem que as mesmas tenham real repercussão no exercício do controle social quer em nível interno do CMS/JF, quer em nível do poder municipal de forma mais ampla.

No que tange ainda a estrutura formal-burocrática do CMS/JF, seu presidente tem a função de presidir não só a Plenária como também a Mesa Diretora, constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um relações públicas e dois diretores de organização.

Percebemos também na constituição da Mesa Diretora a preocupação para que seja garantida a paridade formal dos segmentos presentes no Conselho, o que entretanto em nossa análise, é insuficiente para garantir uma distribuição igualitária no exercício do controle social.

Cabe destaque nesta análise para a Comissão de Recursos (constituída paritariamente), outro órgão constitutivo do

Conselho, que tem como uma de suas funções precípuas acompanhar e fiscalizar a movimentação do Fundo Municipal de Saúde - FMS; apreciando e emitindo pareceres sobre as demonstrações mensais e despesas deste Fundo.

Na análise sobre a atuação desta Comissão constatamos que a mesma, inúmeras vezes não conseguiu cumprir suas competências, tendo enfrentado obstáculos de várias ordens, durante as três gestões: subordinação do FMS à Secretaria de Fazenda; falta de domínio e conhecimento de contabilidade por parte dos conselheiros; impossibilidade de acesso às contas da SMS etc.

Esses obstáculos levaram por vezes a renúncia de membros da Comissão de Recursos, tendo a maior polêmica ocorrido na terceira gestão, quando se verificou uma verdadeira "queda de braço" entre esta Comissão a SMS, o que levou à renúncia total da então Comissão.

Verificamos ainda que alguns dos conselheiros entrevistados consideram que a função de fiscalização deve ser do Tribunal de Contas, cabendo à Comissão de Recursos, apenas indicar em que áreas estão sendo investidos os recursos do FMS, para que o CMS/JF, possa decidir sua melhor aplicação.

Nesse sentido assim se manifestou um dos entrevistados:

"A Comissão de Recursos deve se ater à indicar para o CMS/JF, que os maiores gastos estão sendo aplicados em internações psiquiátricas, por exemplo. É aí que o CMS/JF quer gastar? Ou é com a prevenção, ou o Programa de Saúde da Família? [...] Fiscalizar é papel do Tribunal de Contas, porque se a Prefeitura quiser, eles vão maquiar os dados na nossa cara e nós não vamos nem perceber."

Outro órgão constitutivo do CMS/JF, é a Secretaria Executiva que é o que mais cresceu e sofreu transformações dentro do Conselho, ocupando hoje um espaço significativo no mesmo prédio onde funciona a SMS.

A Secretaria Executiva tem como função primordial assessorar e prestar apoio administrativo e operacional, a todos os órgãos do Conselho, especialmente à Mesa Diretora, à qual está subordinada.

Também cabe destacar que na segunda gestão, o cargo do Secretário Executivo eleito pela plenária, passou a ser remunerado, o que tem gerado disputas para seu preenchimento, no segmento dos trabalhadores da saúde. Segundo um dos entrevistados; representante do segmento dos trabalhadores de saúde,

"A Secretaria Executiva é um espaço que também foi conquistado. Foi construído, porque não existia. No início colocaram uma salinha lá, uma funcionária. Depois criou o

cargo, em termos da estrutura organizacional da Secretaria. Depois outro dado importante, e ser eleito. Em Brasília, num encontro, conheci companheiros de Porto Alegre, lá não é eleição, é indicação do governo. É um espaço interessante para assessoria dos conselheiros[,] para crescimento do CMS, para construção da cidadania e da consciência sanitária dos conselheiros."

Ainda na segunda gestão foi criada a Ouvidoria, que não estava prevista na constituição inicial do Conselho, tendo gerado muita polêmica, uma vez que além deste fato sua aprovação se efetivou no último mês de uma administração municipal, que entretanto deixou para a administração seguinte sua regulamentação e implementação.

Também o cargo remunerado de Ouvidor, gerou intensa disputa entre vários conselheiros representantes dos usuários e trabalhadores de saúde.

Na medida em que a Ouvidoria foi sendo reconhecida como um canal legítimo de demandas da população, passou a significar para muitos dos usuários do SUS, um órgão receptor de suas carências, que se voltam de forma significativa para a exigência de melhorias na qualidade dos serviços de saúde.

As inúmeras Comissões Temáticas que foram organizadas pelo CMS/IF, são também constituídas paritariamente e se destinaram, dentre outras questões a analisar diferentes assuntos de interesse do CMS/IF. Dentre estas comissões podemos citar a Comissão de Parto Seguro, a Comissão de Anemia Falciforme, a Comissão de Agente Comunitário e Sociedade de Saúde, a Comissão do Hospital Ana Nery, a Comissão do Pronto Socorro Municipal, etc.

Embora constituídas paritariamente, percebe-se que em algumas delas, o segmento dos prestadores de serviço acabam não indicando seus representantes. O depoimento de um dos entrevistados pode fornecer pistas para a explicação dessa questão:

"O setor que representa o empresariado, os prestadores de serviço, são articuladas através de mecanismos de poder real. Exemplo: eu voto no representante da Santa Casa se... Eu troco! Eu voto nesse interesse, você vota nesse outro. Isso é barganha, isso é troca de poder[,] e eles estão lá para isso, e esse é o papel deles. E isso é legítimo dentro desses aspectos legais, etc. Agora os representantes do povo mesmo, que me perdoem[,] o povo então está simpaticamente representado por aquelas pessoas doces, carinhosas, mas que não sabem o que fazem."

Alguns conselheiros acreditam que esta estratégia de atuação, através da constituição de diferentes Comissões Temáticas, enriquece

a atuação do Conselho, enquanto outros pensam como um entrevistado que assim ponderou: "quando não se quer resolver os problemas, são criadas comissões para estudá-los.

Na análise da atuação das Comissões Temáticas, através da leitura das atas, o que se percebe é que algumas atingem seus objetivos, enquanto outras caem no esquecimento. Sobre estas Comissões, eis outro depoimento de um entrevistado:

"O CMS/JF tem implantado sistematicamente comissões. Aliás, eu nunca vi tanta comissão como esse Conselho tem. É um excesso de comissões e muitas vezes isso provoca certo cansaço, um certo desgaste das pessoas. É muitas vezes são formadas comissões que, na minha opinião são de interesse político."

Com esta retratação ficam evidenciados limites e possibilidades do CMS/JF exercer o controle social, procurando ampliar espaços para obter legitimidade em termos da sua estruturação administrativa.

Ressaltamos então, que o Conselho durante as três gestões estudadas passou a integrar a arena da política municipal de saúde, buscando seu reconhecimento na esferas do poder público e da sociedade civil.

As lutas empreendidas para que ocorresse sua criação, regulamentação e implementação são elucidativas das situações diferenciadas que particularizam o CMS/JF. Este conquistou algumas mudanças tomando-se como base a legislação vigente, mas não podemos assegurar que estas representam e são entendidas como ampliação das suas potencialidades para o exercício do controle social, como defendemos.

A existência do Conselho reflete uma realidade que é contraditória demonstrando o confronto entre exigências legais e entre a efetividade do exercício das suas competências, o que acaba resultando numa configuração institucional que tem também a função de controle social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa opção em selecionar dentre inúmeros aspectos estudados sobre o CMS/JF, a sua Criação e a sua Constituição Política-Administrativa permite-nos enunciar particularidades na sua organização como eleição do Presidente, do Secretário Executivo e do Ouvidor; bem como a existência da Comissão de Recursos, a criação das Comissões Temáticas. Além destas particularidades verifica-se que o Conselho tem uma estrutura que atende às determinações legais em nível federal, estadual e municipal. Essa

constatação possibilita relativizar as análises que caminham na voga da tão propagada autonomia dos Conselhos Municipais de Saúde.

Tal atrelamento perfeitamente compreensível à partir da análise do Estado Capitalista, também permite apontar que o exercício do controle social se efetiva sob a ordem do capital, correspondendo assim às suas exigências de eficácia e de eficiência técnico-burocrática.

A posição que assumimos é a de que esta ordem precisa ser ultrapassada, o que implica numa dimensão do controle social que tenha como sustentação alternativas socialistas. Todavia não nos deparamos com alternativas de estruturação do Conselho que defendam esta perspectiva, posto que identificamos imediatamente, que os Conselhos estão imersos e articulados a outros serviços de controle na área da saúde, desconsiderando a complexidade da totalidade social.

Esta identificação tem sustentação em Singer (1981) que visualiza serviços de saúde como efetivamente serviços de controle, enquanto estratégias definidas pelo modo de produção capitalista, visando-lhe assegurar a ampliação de espaços para fazer valer e legitimar a sua lógica de reprodução.

Foi com esta perspectiva analítica que procuramos buscar explicações que pudessem superar os limites impostos pelo capitalismo, em termos de se argumentar que é possível a sua ultrapassagem. Esta foi a inquietação que norteou o conhecimento sobre a institucionalização dos serviços de saúde ressaltando as experiências de alguns países, evidenciando que a expansão destes serviços, serviu para compatibilizar interesses econômicos com demandas sociais. Desta forma, ocorrendo avanços que complexificaram os serviços de saúde e os diversificaram, percebemos que as diferenciações aparentes, culminavam numa dimensão de unidade, no que se referia aos seus fins. Entretanto se forem analisadas suas múltiplas determinações revelam na sua essência que constituem serviços que se institucionalizam sob o "férreo controle do capital".

É interessante pontuar ainda que, para o cumprimento desta lógica a responsabilidade do aparato estatal com a área da saúde implicou em articulações diferenciadas com a sociedade. Os programas de descentralização intensificados na década de 1990 não foram de maneira geral acompanhados de perda do poder de controle social na condução da política de saúde, pelo nível central, rebatendo diretamente no funcionamento dos Conselhos de Saúde, que tendo também aprovação constitucional e sendo acoplado ao SUS, enfrentariam dificuldades para exercer suas atribuições constitucionais.

Assim os Conselhos de Saúde, tendo que cumprir uma legislação que os institucionalizou, passaram a ser alvo de debates em nível político, teórico e acadêmico.

O Estudo de Caso sobre o CMS/JF - 1992/1998 - revelou aproximações e semelhanças com o que tem sido divulgado, servindo assim para referendar que este Conselho de Saúde exerce o controle social, também reforçando a posição defendida de que os serviços de saúde servem ao controle do capital.

No entanto, a expectativa de ultrapassar essas dimensões está assegurada em outra perspectiva analítica, genérica, elaborada por Mészáros. É então a concepção deste autor que nos referenda a compreender e a explicar que a perspectiva de ultrapassagem do férreo controle do capital se assenta na ofensiva socialista.

Conforme enfatizamos esta alternativa, trabalhada também por Lessa (1998), nos conduz a esta concordância porque a atualidade desta ofensiva decorre da crise do sistema do capital, que tem colocado para a humanidade problemas e contradições considerados insuperáveis.

"É uma contradição maciça quando você declara supérflua uma parcela bastante grande da população. Esta parte da população não vai permanecer sempre dócil, complacente e resignada às condições as quais está condenada. Portanto as coisas estão acontecendo, estão mudando. Mas estas mudanças terão que se aprofundar e estou convencido de que o fardo" (Mészáros, 1995:137).

A alternativa socialista tem sentido preciso que se explicita na concepção de um projeto que implica o exercício de um controle que é fundamentado nas necessidades humanas, e que não têm lugar sob o capital. Este projeto, conforme argumenta Lessa (1998: 146) submete "o processo reprodutivo às necessidades humanas, e não implica como hoje, o predomínio das necessidades reprodutivas do capital sobre o ser humano".

Neste sentido é necessária a rearticulação internacional do movimento socialista, que redimensionará a capacidade de luta para que o capitalismo deixe de ser configurado como fim da história. Por isto há que se pensar em estratégias e Anderson (in Bóron, 1999:59 - 61) nos indica como essencial que no mundo contemporâneo devem ser extraídas três lições para que as forças progressistas possam fortalecer este movimento.

A primeira refere-se a "[...] não ter nenhum temor de estar absolutamente na contracorrente do consenso político de nossa época... A segunda lição corresponde a necessidade de que a esquerda deve estar "[...] consciente de que a reafirmação dos princípios socialistas [...]" mesmo não tendo ainda um programa

concreto e realista.* A terceira lição relaciona-se com a não "aceitação de nenhuma instituição estabelecida como imutável". Considerando-se as consequências advindas do desenvolvimento do capitalismo é demandado da esquerda que tenha

"... a audácia de rever suas premissas e suas teorias, sua agenda e seu projeto político - tal como fizeram Marx e Engels de 1845 em diante - também ela poderá saborear a doçura do triunfo e o mais nobre sonho da humanidade poderá começar a se cumprir antes que se suspeite."

BIBLIOGRAFIA

- BORON, A. A. Os "novos Leviatãs" e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E., GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: Il que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *O SUS e o controle social: guia de referência para conselheiros municipais*. Brasília: 1997.
- _____. *Constituição Federal - 1998a*. OAB/Itá de Fora.
- _____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Incentivo à participação popular e controle social no SUS: textos técnicos para conselheiros de saúde*. Brasília: 1998b.
- _____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Extrato preliminar das deliberações aprovadas pela X Conferência Nacional de Saúde, na plenária final*. Brasília: Ministério da Saúde, 06/09/1999.
- BRUYNE, P. et al. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BLISS, P. M., LABRA, M. E. (orgs.) *Sistemas de saúde: continuidades e mudanças - Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México e Quebec*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 1995.
- CAMPOS, G. W. de S. *A saúde pública e a defesa da vida*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- CARVALHO, A. I. *Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995.
- CARVALHO, A. I. Conselhos de saúde, responsabilidade pública e cidadania: a reforma sanitária como reforma do Estado. In: FLEURY, S. (org.). *Saúde e democracia: a luta do CEBES*. São Paulo: Lemos, 1997.
- CECÍLIO, L. C. As propostas de melhoria do funcionamento dos serviços de saúde e suas inter-relações com os espaços de controle social. In: DAL POZ, PINHEIRO, R. *A qualidade dos serviços de saúde e os espaços de controle social*. Rio de Janeiro: COSEMS-RJ/ABRASCO/UERJ, 1996.
- CONIL, E. M. et al. Políticas públicas e estratégias urbanas: o potencial político dos conselhos de saúde na construção de uma esfera pública democrática. *Serviço Social e Sociedade*, n.49, São Paulo, Cortez, nov., 1995.

COUTINHO, J.A. *O Conselho Municipal de Saúde: um estudo da participação popular na cidade de São Paulo (1989-1995)*. São Paulo: PUC/SP, 1996 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

DRUMOND, I. et al. Participação dos trabalhadores nos conselhos de saúde. In: FÁRIA, M., JATENE, A. (orgs.) *A saúde e movimentos sociais: o SUS no contexto da revisão constitucional de 1993*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ELIAS, P. E. M. *Das propostas de descentralização ao SUS: as dimensões técnica e político-institucional*. São Paulo: 1996. - Faculdade de Medicina, USP (Tese de Doutorado).

FILGUEIRAS, L.H.G. *Controle Social e Conselhos Municipais de Saúde - o Caso de Juiz de Fora - MG*. São Paulo: PUC/SP, 2000 (Tese de Doutorado em Serviço Social).

GERSCHMAN, S., VIANNA, M. L. W. *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

JUIZ DE FORA, SEMBES. *Ações integradas de saúde: uma estratégia política de reorganização do sistema de saúde*. Juiz de Fora: CIMIS, 1986a.

_____. SEMBES. *Plano municipal de saúde*. Juiz de Fora: CIMIS, 1986b.

_____. PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. *Plano municipal de saúde*. Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Saúde, 1997.

_____. SMDE. *Planejamento estratégico de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: SMDE, 1999.

LESSA, S. Resenha. István Mészáros. Beyond Capital. In: *Crítica Marxista*, v. 1, n.6, São Paulo, Xamã, 1998.

LIMA, C. R. M. *Conselhos de saúde: informação, poder e política social*. São Paulo, 1993. Dissertação - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

MÉSZÁROS, I. *A necessidade do controle social*. 2 ed. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. In: *Crítica Marxista*, v.1, n.2, São Paulo, Brasiliense, 1995.

_____. *Poder e ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS GERAIS. *Protocolo de intenções SUS/MS/MG*. Governo do Estado de Minas Gerais, 1987a.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS GERAIS. *Plano estadual de saúde*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 1987b.

NORONHA, J. C., UGÁ, M. A. D. O sistema de saúde nos Estados Unidos. In: BUSS, P. M., LABRA, M. E. (orgs.) *Sistemas de saúde: continuidades e mudanças*. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 1995.

O'SHANAHAN, J. J. J. Situação atual da reforma sanitária na Espanha. In: BUSS, P. M., LABRA, M. E. (orgs.) *Sistemas de saúde: continuidades e mudanças*. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 1995.

PINHEIRO, R. *Conselhos Municipais de Saúde: o direito e o avesso*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995 (Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva).

ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SANTOS, L. O poder regulamentador do Estado sobre as ações e os serviços de saúde. In: FLEURY, S. (org.) *Saúde e Democracia: a luta do CEBES*. São Paulo: Lemos, 1997.

SILVA, I. M. F. *A democratização da Política de Saúde em Curitiba: estudo do Conselho Municipal de Saúde: gestão 93/95*. São Paulo: 1996. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - PUC-SP.

SINGER, P. et al. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SINGER, P., CAMPOS, O., OLIVEIRA, E. M. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1981.

TAKAMATSU, S.L. *Gestão participativa e experiência do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: FGV, 1996 (Dissertação de Mestrado).

VALLA, V. V., STOTZ, E. N. (orgs.) *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA - NOVAS DEMANDAS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Nanci Lajoto Hespanhol Simões*
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras**
Érika Alves Martins***
Luzia Amélia Ferreira***

RESUMO

O artigo representa a intervenção do Assistente Social na empresa descrevendo os dados organizados a partir do trabalho da Fiscalização da 1ª Delegacia Seccional do CRESS/ 6ª Região. Problematizamos as respostas profissionais às requisições (novas demandas) feitas pelas empresas localizadas na abrangência da 1ª Delegacia. Analisamos a expressão do projeto ético-político nos objetivos vislumbrados pelos Assistentes Sociais em sua intervenção profissional.

ABSTRACT

The article presents the Social Worker's intervention in business companies, describing the data organized starting from the work of the Visiting Committee of CRESS's 1st Delegation 6th region. We question the professional responses to the requisitions(new demands) placed by the business companies located within the 1st Delegation's range. We analyze the expression of the ethical-political project within the objectives surmised by Social Workers in their professional intervention.

No Brasil e na América Latina, o século XX já é uma referência, um marco histórico para a compreensão do Serviço Social na contemporaneidade. No decorrer deste século, o Serviço Social

* Agente Fiscal - CRESS / 6ª Região.

** Supervisora acadêmica.

*** Estagiárias de Serviço Social da 1ª Delegacia Seccional do CRESS/6ª Região.

brasileiro foi ressignificado, em primeiro lugar, através da negação do Serviço Social Tradicional, fundado nas matrizes teóricas (ou teológicas) do humanismo cristão¹; em segundo lugar, pela afirmação de uma "Intenção de Ruptura" (NETTO, 1992), como expressão hegemônica no âmbito profissional, que busca romper com o Serviço Social Tradicional nos aspectos referentes às concepções ideopolíticas e teórico-metodológicas, em direção à superação das relações sociais engendradas no/pelo modo de produção capitalista.

A intervenção dos Assistentes Sociais na empresa foi construída no contexto da crise de hegemonia do Serviço Social Tradicional²; gestando respostas às demandas empresariais a partir do referencial humanista.

Segundo CÉSAR (1999 : 159)

(...) apesar de só se tornar reconhecida, em ampla escala, a partir da década de 70, a ação do Serviço Social na empresa tem origens em momentos anteriores, demonstrando o processo de privatização profissional, exigido pela modernização gerencial da empresa, que responde a um momento histórico da evolução do capitalismo em que requer maior eficiência e maior racionalidade no processo de trabalho.

Por outro lado, a intervenção profissional na empresa apropriou-se das produções teóricas das Ciências Sociais, especialmente da matriz positivista, aplicadas à racionalidade do processo de trabalho exigida pelas empresas. Contudo, a matriz humanista-cristã possibilitava uma "margem crítica" em relação à sociedade capitalista. Esse traço "crítico" apareceu na necessidade de humanizar as relações capital/trabalho e fortalecer a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Na apreensão do discurso e da racionalidade técnico-científica as preocupações profissionais voltaram-se para a necessidade de assegurar o espaço do Serviço Social no mercado, buscando uma qualificação técnica e

1 Este período de negação do Serviço Social Tradicional ficou conhecido como "Movimento de Reconceptualização" (América Latina) ou "Movimento de Reconciliação do Serviço Social" (Brasil). (NETTO, 1992)

2 Ressaltamos o fato de que o Serviço Social Tradicional referendado sobre as matrizes do humanismo cristão (pré-Concílio Vaticano II) possuía características pré-modernas (predominância do discurso da caridade e do voluntariado). No processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, algumas exigências de caráter técnico-operativo foram colocadas, forçando uma busca teórica que sustentasse um aprimoramento do Serviço Social para atender às demandas do mercado e fortalecer-se enquanto profissão.

o fortalecimento de uma identidade profissional capaz de assegurar a especificidade da atuação do Assistente Social na empresa.

Conforme relatou CAMPELLO (1985: 20)

Trabalhando há treze anos como Assistente Social em empresa, freqüentemente tenho-nos deparado com situações complexas, que envolvem dificuldades e incompreensões de diferentes tipos, acerca do papel e das atribuições do Serviço Social nesse campo.

Essas dificuldades estão basicamente vinculadas à indefinição da identidade profissional do Serviço Social, seja em empresa ou de modo geral. A indefinição se apresenta, (...) principalmente, quanto à explicitação de prerrogativas, em formas objetivas de ação, próprias, distintas do Serviço Social, em relação a outras disciplinas afins: Psicologia, Educação, Administração, Sociologia.

Para César (1999), a inserção do Assistente Social na empresa relacionou-se com o nível de modernização do capital. O desenvolvimento das forças produtivas e a crescente necessidade de controle sobre a força de trabalho passou a demandar um profissional capaz de exercer funções de apoio na administração do trabalho, na contenção dos conflitos e na promoção e integração dos trabalhadores às exigências do processo produtivo.

Esse novo mercado apresentou ao Serviço Social novas demandas vinculadas à racionalidade burocrático-administrativa. Isso implicou mudanças no perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho, pois passou a ser exigido do Assistente Social um desempenho moderno em que traços tradicionais deveriam ser deslocados e substituídos por procedimentos racionais.

Sob a égide de uma perspectiva modernizadora (NETTO,1992), o Serviço Social buscou o aperfeiçoamento do instrumental operativo, enquadrando-se nos padrões de eficiência e sofisticação técnica exigidos da ação profissional, para a adequação do comportamento do trabalhador aos novos ritmos do desenvolvimento capitalista.

O profissional assumiu a execução de serviços sociais, pautada numa ação educativa e integrativa, visando suprir carências, solucionar problemas sociais, prevenir conflitos e, com base na atividade assistencial, buscou o enquadramento nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho.

Segundo Yamamoto (César,1999) a posição do Assistente Social na organização e divisão do trabalho no nível do processo produtivo poderia ser pensada como desdobramento de uma das funções originais do capitalista no âmbito da produção, delegada a seus quadros técnico-administrativos: o de controle e

disciplinamento dos operários, tendo em vista sua subordinação aos requisitos do processo de valorização do capital.

Este corpo técnico-administrativo, dotado de um conhecimento específico, estaria inserido num contexto em que as empresas assumiriam responsabilidades com a reprodução da força de trabalho. Tratava-se do vínculo entre as necessidades coletivas e o pretenso desvanecimento entre lucros e salários, ou seja, o repasse indireto de parte do lucro para o bem-estar dos trabalhadores. Isso concorreu para a transferência de funções públicas para a esfera privada das empresas, transmutando direitos sociais em direitos corporativos num movimento que reproduziu as práticas de exclusão.

Segundo Covre *"manter os empregados integrados à empresa, através de benefícios sociais é parte fundamental da estratégia capitalista para melhor prover o quantum se gasta com o capital variável, o que lhe assegurará melhores condições de investimento e melhor posição no embate político dos oligopólios"* (In César, 1999:171).

A particularidade da prática profissional nos setores geridos pelo capital consistiu na busca de respostas mediadoras para situações de conflitos.

A pesquisa realizada pelo Gosse (Grupo de Assistentes Sociais que atuam em empresas no Rio Grande do Sul)³ destacou o crescimento significativo da implantação do Serviço Social na empresa, a partir da década de 80⁴. Os autores explicaram esse crescimento a partir do contexto histórico-político brasileiro. A década de 80 foi o período da "transição democrática", com o fim da ditadura militar. No final dessa década, o Brasil possuía uma nova Carta Constitucional (1988) que ficou conhecida como "constituição cidadã". Em 1989 o país votou elegendo diretamente o Presidente da República.

O novo texto constitucional contribuiu, na visão dos autores, para que as empresas comesçassem a se preparar para as modificações que enfrentariam num contexto no qual o empregado se tornava mais consciente dos seus direitos enquanto cidadão e trabalhador. O empregador "percebeu" a necessidade de um profissional técnico no "social" para intervir a fim de manter o processo de trabalho, acompanhando as modificações sociais e, ao mesmo tempo,

3 O profissional de serviço social na empresa: um estudo exploratório. Abril de 1991. Estudo realizado entre os anos de 1987 a 1990.

4 Afirmção também feita por Mota (1988: 156) "somente em Pernambuco, segundo dados levantados recentemente pelo CRAS - 4ª Região, no período entre 1983-1986, cresceu em mais de 100% o número de profissionais que trabalham em empresas, incluindo-se a agroindústria canavieira".

assegurando o espaço de produtividade no mercado. O empregador deparou-se também com a necessidade de fixação da mão-de-obra, de sua capacitação e especialização, a fim de manter a competitividade e a qualidade de seus produtos para obter um retorno em forma de lucro e de novos investimentos.

Segundo os autores, o mercado exigia um perfil de profissional que respondesse a situações-problema que interfeririam no sistema produtivo. O Assistente Social assumiria o papel de "mediador" nas empresas, desenvolvendo uma atuação especializada que exigia conhecimento organizacional. Deveria atuar como agente de mudança no sentido de trabalhar assessorando aos níveis de comando, para que, preparados, pudessem administrar também seus recursos humanos e assumir o papel de consultor interno de todas as áreas da empresa. Portanto, o papel humanista do Assistente Social teria como objetivo garantir a sobrevivência da mão-de-obra e melhores condições de vida para o empregado a partir de sua integração ao sistema produtivo.

Nessa compreensão, o profissional na empresa "viveria" um constante desafio, devendo sempre buscar dados e conhecimentos que o capacitassem na identificação e análise das necessidades de sua clientela, para articulação crescente de sua atuação sem perder de vista a confrontação de interesses antagônicos.

Por outro lado, na perspectiva de Mota (1988) o Assistente Social na empresa deveria buscar novas bases para a legitimidade do Serviço Social. Mota apontou que:

No processo de constituição do assistencial [flocus da ação profissional do Assistente Social na empresa] duas estratégias, pelo menos, defrontam-se: a) a de socialização dos custos de produção das empresas, via política fiscal e tributária do Estado, em oposição a uma possível redistribuição do excedente acumulado pelo capital privado, interferindo diretamente na geração dos lucros; b) como alternativa utilizada pelos trabalhadores para construir uma "cidadania de fábrica", utilizando-se da prática de negociação coletiva, e regulamentando juridicamente nos contratos de trabalho o direito a diversos serviços, benefícios, práticas de gestão e participação nas políticas das empresas (1988: 161-162).

A reflexão do Serviço Social sobre a intervenção na empresa durante a década de 90 foi marcada pelo processo de reestruturação produtiva no contexto de consolidação do capitalismo financeiro vinculado à globalização do capital, principalmente, pela efetivação do modo de produção capitalista em nosso planeta.

Nesse sentido, um dos pontos discutidos referia-se à proposta de "qualidade total" na empresa, articulada ao jargão "qualidade de vida" para os trabalhadores.

Em alguns países da Europa, no Canadá e nos Estados Unidos esta tecnologia da qualidade de vida dos trabalhadores foi desenvolvida por vários pesquisadores objetivando a renovação organizacional, principalmente na forma da organização do trabalho, buscando elevar o nível de satisfação dos recursos humanos e aumentar a produtividade.

Até meados da década de 80, segundo Yacoub, havia muita resistência do setor industrial brasileiro no que se refere à adoção do modelo de acumulação flexível. Os industriais concebiam a inovação organizacional enquanto substituição dos meios de produção eletromecânica pela microeletrônica.

No início da década de 90, durante o governo Collor, numa conjuntura de crise econômica, marcada pela política de abertura e pelo aumento da concorrência, o empresariado brasileiro foi compelido a realizar inovações técnicas e de caráter organizacional, reestruturando o processo produtivo.

Nesse processo de investimento nos recursos humanos constatou-se que o trabalhador era um dos principais alvos da empresa, exigindo-se dele maior participação e um novo perfil: um trabalhador consciente, responsável, crítico, competente e polivalente.

Uma vez que o alcance dos padrões de qualidade e competitividade pretendidos não ocorre somente através da introdução de novas tecnologias, o principal responsável pela elevação desse modelo passa a ser o próprio homem. Por tal razão, há um incentivo constante e crescente à participação dos trabalhadores nas decisões empresariais relativas ao processo de trabalho e à cooperação, pois cada escala mínima de erros, retrabalhos ou refugos deverá ser superada. (Yacoub, 1997: 54/55)

Nesse contexto, estratégias de participação foram implementadas ampliando-se o leque de instrumentos importados da administração japonesa e norte-americana.

A pesquisa realizada por Yacoub, destacou as diferentes estratégias do empresariado afins ao modelo de acumulação flexível: os Círculos de Controle de Qualidade - CCQ's, a Pesquisa de Clima Organizacional, o Café da Manhã, as Comissões de Fábrica, a Comissão de Melhoria do Meio Ambiente, o Programa 5 S, entre outras.

No decorrer da década de 90, as novas tecnologias alteraram os meios de consumo da força de trabalho, introduzindo a

necessidade da polivalência, influenciando o desenvolvimento acelerado do processamento de dados e informações, tornando-o um elemento constitutivo do processo de trabalho (CÉSAR, 1999).

Em relação ao controle da força de trabalho, formularam-se critérios meritocráticos de julgamento no sistema de avaliação de desempenho, horizontalização das relações de trabalho e programas participativos.

Sobre a reprodução material da força de trabalho, as empresas ampliaram os sistemas de benefícios e incentivos, exigindo uma atuação centrada na forma técnica de administrá-los, modernizando e racionalizando o gerenciamento de recursos humanos, de modo a equacionar o crescimento profissional e a realização pessoal. O envolvimento dos trabalhadores nas empresas foi estimulado, negociado e/ou controlado por meio de um arsenal de recursos humanos.

As mudanças no mundo do trabalho, com novas estratégias de gestão e controle, conferiram uma nova feição ao exercício profissional do Serviço Social nas empresas; também mudaram as condições de trabalho sob as quais este exercício se efetivava.

A empresa continuou a exigir do profissional de Serviço Social o papel de intermediador entre o trabalho e a vida privada do operário, servindo como um vínculo de comunicação da ação social da empresa. Esta ação tornou-se cada vez mais integrada às estratégias de competitividade, de competência, colocadas como sendo uma parceria entre o trabalhador e a empresa.

O trabalho e as ações do Assistente Social na empresa, com vistas a disciplinar, educar, moralizar e incentivar a produtividade, deveriam vir mascarados por um discurso técnico que incluísse a participação e a colaboração.

Nessa relação, o Assistente Social exerceu o papel de codificar e transmitir mensagens, fazendo com que as informações circulassem com o objetivo de *"reforçar ou modificar determinados padrões culturais e de comportamento"* (César: 1999:175) importantes para a empresa.

A prática do Assistente Social na empresa foi renovada pelos novos modos de controle; ocultada pelos estímulos e incentivos oferecidos, estava a política de manutenção das empresas. Cabia ao Assistente Social mediar esse jogo. *"A compreensão de uma ação controladora sobre o cotidiano do trabalhador - incutindo neste a racionalidade de um comportamento adequado aos novos padrões de trabalho"* (César:1999:175) - continuava sendo o eixo para que se analisasse o exercício profissional nas empresas.

O Serviço Social ofereceu respostas às demandas postas pela sociedade e pelo mercado de trabalho, inserindo-se competentemente nas instituições em que atuou. Essa afirmação pode ser constatada pela ampliação do mercado de trabalho para o Serviço Social, pela solidificação da formação acadêmica nas Universidades Brasileiras, pela ampliação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, pela demanda por cursos de graduação em Serviço Social. O Serviço Social também produziu uma "tecnologia" centrada numa perspectiva que vislumbra a totalidade e propõe ações a partir de uma análise crítico-dialética no campo da intervenção/construção social na direção de uma sociedade justa. Nesse sentido, fortaleceu-se no âmbito de suas entidades representativas – como CRESS/ CRESS e ABEPSS – influenciando propositivamente a formulação e consolidação dos Direitos Sociais e das Políticas Públicas, a exemplo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da participação nos Conselhos de Direitos, na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),¹ criticando as proposições neoliberais e as orientações que reforçam a injustiça e a desigualdade sociais. Todas essas conquistas tiveram um preço: a coragem de propor e defender posturas e procedimentos contrários às formas culturais hegemônicas na sociedade capitalista – a coragem de dizer "não" ao instituído, dizendo "sim" ao instituinte, à possibilidade de efetivar e consolidar a cidadania em nosso país.

No campo da intervenção do Serviço Social nas empresas – objeto de nossa reflexão – observamos que este espaço tem sido ocupado competentemente, sobretudo levando-se em consideração a natureza de confronto e antagonismos que caracteriza a especificidade profissional nessa área.

Em Juiz de Fora, realizou-se um levantamento de dados sobre o Serviço Social nas empresas situadas na área de abrangência da 1ª Delegacia Seccional do Conselho Regional de Serviço Social/ 6ª Região, no período de junho a dezembro de 1999. A seguir passaremos a expor alguns elementos observados no levantamento para discutirmos as demandas e os desafios postos ao Serviço Social.

A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS EMPRESAS

Foram entrevistadas 27 (vinte e sete) assistentes sociais vinculados a 15 (quinze) empresas situadas na área de abrangência

da 1ª Delegacia Seccional do CRESS/ 6ª Região, composta por 110 municípios.

Grande parte desses profissionais, 33,4%, têm entre 10 e 15 anos de formados; seguido de 25,9% dos que têm de 05 a 10 anos e, com percentuais equivalentes, 14,8% compreendidos entre 0 e 05 anos e de 15 a 20 anos; 11,1% representam os que têm entre 20 e 25 anos de formados.

Em relação ao tempo de atuação na instituição, percebemos que 37% trabalham há pelo menos 05 anos, seguido por 29,7% dos que atuam entre 05 e 10 anos, 18,5% entre 10 e 15 anos e, com percentuais menores, 7,4% os que atuam entre 15 e 20 anos e 20 e 25 anos.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais, os encaminhamentos e a orientação social a indivíduos e grupos apareceram em 17,3% das respostas; a elaboração e execução dos planos, programas e projetos em 14,5%; a administração de benefícios e serviços em 13,9%. Com percentuais menores apareceram a assessoria e consultoria com 11,9%, a pesquisa com 11,3%, e supervisão de estágio com 1,3%. Pudemos perceber, ainda, outras atribuições como: parecer social, gerenciamento/administração, estudos sócio-econômicos, organização de palestras, visitas hospitalares e domiciliares, dentre outros.

A maioria dos entrevistados, 51,8%, tem faixa salarial compreendida entre 09 a 12 salários mínimos (R\$ 1.224,00 a R\$ 1.632,00), 14,8% entre 12 e 15 salários mínimos (R\$ 1.224,00 a R\$ 2.040,00), 11,1% entre 06 a 09 salários (R\$ 816,00 a R\$ 1.224,00) e também entre 15 a 18 salários mínimos (R\$ 2.040,00 a R\$ 2.484,00).

Quanto à avaliação da infra-estrutura para o desenvolvimento do trabalho do Serviço Social, os profissionais entrevistados, em sua maioria, 51,8%, consideraram-na boa e adequada, dispondo de materiais que lhes favorecem um bom trabalho e 40,8% classificaram como ótima.

Quando perguntados se o Serviço Social dispõe de espaço físico que lhes favoreça o sigilo profissional 96,2% responderam positivamente, o que vem comprovar a preocupação com o atendimento ao usuário mantendo suas informações resguardadas.

De acordo com os dados apresentados pode-se perceber que 96,2% dos profissionais consideram que o Serviço Social é reconhecido nas instituições em que trabalham, sobretudo o que pôde ser verificado através da solicitação aos Assistentes Sociais para a implementação de projetos, elaboração de políticas sociais, planejamentos, pareceres, gerenciamento, dentre outras funções.

Com base nas entrevistas realizadas pode-se perceber que a maioria se sente satisfeita por estar trabalhando na profissão em que se graduou. Ao analisar os objetivos profissionais das entrevistadas, constatou-se que grande parte - 40,7% - tem sua preocupação voltada ao atendimento, promoção e respeito ao usuário. A autonomia profissional foi muito discutida e defendida pelos Assistentes Sociais em diferentes campos de atuação. Em se tratando da área do trabalho, 96,2% das entrevistadas consideraram que nas instituições em que trabalham possuem autonomia profissional, como podemos verificar nos depoimentos:

"Temos diretrizes gerais a serem seguidas, mas dentro do nosso universo de atuação temos o parecer respeitado, autonomia de sugerirmos ações, projetos e implementá-los".

"Muita autonomia. Executo ações sem ter que pedir autorização, existe uma confiança no Serviço Social".

Outro dado relevante é a não existência de campos de estágios de Serviço Social nas instituições pesquisadas. Pelo que observamos, somente uma delas conta com estagiário em seus quadros, 92,6% não possuem estagiários⁵.

A participação nas discussões políticas é bem reduzida, apenas 7,5% dos entrevistados participa de algum Conselho de Política e de Direito. Isso se dá, muitas vezes, em função do acúmulo de atividades, ou por dedicarem-se a discussões mais específicas e internas da área.

Outro dado a ser considerado diz respeito ao acompanhamento ou não das discussões das entidades de Serviço Social a respeito das políticas públicas; a maioria, 51,8%, não está ciente desses debates, o que vem reforçar o dado anteriormente descrito.

Quanto à participação ou não no CRESS, 77,8% das entrevistadas nunca tiveram nenhuma forma de atuação.

Quanto ao grau de instrução verificamos que a maioria, 63,0%, tem especialização, sobretudo em recursos humanos.

Dentre os Assistentes Sociais entrevistados, 92,6% participam de cursos, seminários ou encontros. Essa participação se dá, principalmente, em eventos de capacitação voltados para a área empresarial, tais como gerenciamento, crescimento pessoal e profissional, gestão, pesquisa de clima organizacional e recursos humanos.

Os Assistentes Sociais manifestaram-se assoberbados e comprometidos com uma constante capacitação. Essa preocupação restringe-se a assuntos relacionados à sua intervenção específica.

5 Cabe-nos compreender melhor os motivos da não abertura de campos de estágio nas empresas.

Uma questão se coloca: a maioria dos profissionais está distante das discussões do Serviço Social e tende a identificar-se com as requisições da empresa.

Ouvimos algumas "queixas" em relação ao cotidiano profissional na empresa. Os profissionais que possuem um discurso de defesa do projeto ético-político da categoria, apresentaram dificuldades em afirmar-se nas empresas. Observamos que o problema talvez esteja na elaboração de estratégias profissionais que assegurem respostas às demandas da empresa (empregados e empregador). O papel de mediação entre empregador/empregado não é exclusividade do Assistente Social. No entanto, temos claro que o Assistente Social é o profissional mais adequado para ocupar este lugar de mediação, pois este tenderá a responder também às demandas dos trabalhadores, construindo uma competência teórica e técnica e estratégias de ação que lhe permitam realizar esta mediação legitimada também pelos trabalhadores.

Deparamo-nos ainda com profissionais que incorporaram o discurso da empresa. Aparentemente, suas ações orientam-se para realizar principalmente aquilo que lhes é demandado.

Quase a totalidade (96,2%) de profissionais afirmou ter autonomia para desenvolver seu trabalho, sendo reconhecidos e valorizados por aquilo que fazem. No entanto, ao que nos parece, esses profissionais possuem uma autonomia de liberdade de ação e não uma autonomia de "projeto profissional" (por exemplo: autonomia para desenvolver o projeto ético-político da categoria).

Observamos que uma minoria dos entrevistados evidenciou uma perspectiva mais crítica quanto à sua intervenção profissional e quanto à realidade da empresa, estando mais próximos do projeto ético-político do Serviço Social. No entanto, apresentaram suas dificuldades para planejar e sistematizar suas ações de forma eficiente, a fim de colocar em prática seus objetivos profissionais.

Os Assistentes Sociais cuja fala evidenciou um "desconhecimento" do projeto ético-político do Serviço Social apresentaram habilidade técnica no sentido de garantir o espaço ocupacional do Serviço Social na empresa.

A identificação dos Assistentes Sociais com o discurso da empresa foi um dado constante em nossa observação.

Uma questão se coloca: será que a teoria que sustenta a intervenção contemporânea do Serviço Social tem conseguido propor estratégias e técnicas de ação eficazes? Ou, será que é justamente por estar embasada, dentro de uma perspectiva crítica, que compreende o mundo na sua totalidade de forma dialética que essa intervenção encontra maiores dificuldades de conseguir espaço no interior da empresa, uma vez que busca legitimidade junto aos trabalhadores, confrontando-se com os objetivos da empresa?

A intervenção eficiente desses Assistentes Sociais que incorporaram o discurso da empresa deve servir como uma referência para os profissionais inseridos numa perspectiva crítica a fim de que possam também construir respostas eficazes, mas que sejam gestadas justamente no espaço de correlação de forças que é a mediação.

Os Assistentes Sociais que ocupam cargos de chefia nas empresas, como o de gerenciamento ou coordenação de determinado setor, não se consideraram no exercício da profissão de Serviço Social, por terem incorporado, em sua rotina de trabalho, atividades administrativas. No entanto, segundo a Lei 8662/93 que regulamenta a profissão, o que caracteriza o exercício do Serviço Social é o fato de desenvolver atividades privativas do Assistente Social, conforme o Artigo 5º da referida lei. Nos casos encontrados nas empresas todos os profissionais desenvolvem competências e/ou atribuições do Assistente Social e, além disso, em alguns casos administram e supervisionam o trabalho de outros Assistentes Sociais. No entanto, não há por parte dos Assistentes Sociais (92,6%) resistência em contribuir com as anuidades do Conselho, mas o que nos chamou a atenção é que esses profissionais fazem questão de dizer que não trabalham mais como Assistentes Sociais.

Um dado relevante foi o percentual de profissionais que vem prestando assessoria e consultoria a órgãos da empresa (11,9%). Este é um novo espaço que o Assistente Social está ocupando.

A natureza da ação profissional dos Assistentes Sociais nas empresas, pelo que pode ser observado neste levantamento, sofreu modificações e avanços. As ações não se resumem mais à mera prestação de serviços sociais. Com todo o processo de transformações no mercado de trabalho, exige-se do profissional uma maior competência, para que garanta seu espaço diante das novas funções demandadas. O Serviço Social é chamado a assessorar, gerenciar, administrar, planejar e, com isso, percebemos que ele atualiza e moderniza sua atividade profissional, num contexto de exigências de rearranjo, reorganização e competência das empresas. O Assistente Social deve preparar-se para apresentar resultados de forma interessante à empresa (empregados e empregadores).

PROBLEMATIZANDO A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EMPRESA

As produções teóricas apresentadas e os dados levantados pela COFI-IF nos instigam a algumas reflexões. Em primeiro lugar, iremos nos deter na questão da extensão do projeto ético-político dos Assistentes Sociais à intervenção na empresa. Em segundo lugar,

interessa-nos analisar a relação entre as respostas profissionais e as demandas postas ao Serviço Social na empresa. Por último, indicaremos a relação entre os Assistentes Sociais que atuam na empresa e o Serviço Social.

A hegemonia da vertente “intenção de ruptura” predomina e é mais bem visualizada no âmbito da prática acadêmica. As Faculdades de Serviço Social adotaram, em sua maioria, o currículo mínimo de 1982, proposto e aprovado pela ABESS. Este currículo foi produzido a partir de uma leitura crítica da realidade inspirada no pensamento marxista. O debate sobre o eixo curricular História, Teoria, Metodologia, predominou na década de 80, sendo que, em meados da década de 90, nova proposta curricular foi feita pela ABESS, resultando na elaboração das Diretrizes Básicas para o Novo Currículo aprovado em 1996, mantendo-se a hegemonia da direção social do curso a partir do pensamento marxista.

Outra forma de expressão da hegemonia da vertente “intenção de ruptura” ocorreu na ocupação da direção das entidades que representam a categoria (CFESS – CRESS – Sindicatos). A discussão da Ética Profissional na década de 90 foi dirigida dentro deste quadro de hegemonia, resultando na elaboração do Código de Ética Profissional de 1993 e na reformulação da Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, no mesmo ano.

Num Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de 1992⁶, realizado por uma equipe de estagiários do SASEMG, as autoras procuraram identificar a relação entre o discurso teórico e a intervenção do Assistente Social em Juiz de Fora, concluindo que existiam discursos e práticas diferenciadas, dos quais algumas indicavam uma perspectiva de intervenção crítica, relacionada ao discurso hegemônico na profissão. Nos dados coletados pela COFI – JF junto aos Assistentes Sociais que trabalhavam nas empresas localizadas na abrangência da 1ª Delegacia do Cress/ 6ª Região, pudemos verificar que os Assistentes Sociais possuem, conhecem e manuseiam, ainda que eventualmente, o Código de Ética Profissional⁷.

Destacamos que os Assistentes Sociais não mencionam o projeto ético-político em seu discurso, o que nos levou a pensar sobre a extensão deste projeto na intervenção profissional.

6 Relações contraditórias na ação e organização profissional - FSS/UFIF-Maria Goreti do N. Marques, Antonieta, Mª de Oliveira, Alexandra Aparecida Leite.

7 Ao serem perguntados se possuíam o CEP, 81,5% dos entrevistados responderam “sim”. No entanto, a maioria não tem muita certeza se possui a última versão do código [1993], nem tampouco sabe diferenciá-lo da lei 8662/93.

As indicações nos levam a supor que, na intervenção dos Assistentes Sociais na empresa, nos limites do levantamento realizado, a hegemonia do projeto ético-político não se expressa. Essa indicação poderia ser confirmada e explicada parcialmente através de outros dados.

33,4% dos Assistentes Sociais formaram-se no intervalo entre 10 e 15 anos, e 25,9% formaram-se no intervalo entre 5 e 10 anos. Na Faculdade de Serviço Social da UFJF, o currículo mínimo (1982) foi implantado a partir de 1985. Este período, considerando o ano de formatura das Assistentes Sociais, é curto para consolidar uma intervenção que refere o projeto ético-político da categoria (33,4% entre 10 e 15 anos de formados - 1989-1984; 25,9% entre 05 e 10 anos de formados - 1994-1989). Por outro lado, identificamos que 51,8% dos Assistentes Sociais entrevistados não acompanham as discussões e deliberações do conjunto CFESS/CRESS e 77,8% nunca participaram ativa ou esporadicamente dos órgãos da categoria (CRESS e Sindicatos).

Contudo, cabe-nos complexificar um pouco a hipótese apresentada no parágrafo anterior. Um elemento importante foi a identificação de "nuanças" no discurso profissional que apontam para uma proposição profissional que inclui a relação empregador/empregado e o lugar de mediação do Serviço Social - como um instrumento propositivo que atua na relação capital/trabalho. Examinemos tais respostas referentes aos objetivos dos Assistentes Sociais levantados nas empresas:

"Dentro da proposta da instituição da qual faço parte [meu objetivo] é contribuir para a melhoria das condições de vida da população, priorizando os trabalhadores da indústria";

"Facilitar o acesso dos usuários aos recursos públicos e a participação dos usuários em atividades em que eles possam estar desenvolvendo sua autonomia";

"Promover a democratização, a humanização e a valorização do trabalho";

Na primeira resposta ressaltamos a perspectiva da Assistente Social em atender profissionalmente aos trabalhadores (prioridade) e à população. Na segunda resposta os "usuários" são mencionados na perspectiva de seu fortalecimento para a reivindicação de suas demandas. Na terceira resposta, a democratização aparece como elemento central na intervenção do Assistente Social. A segunda resposta é a mais próxima (aparentemente) do projeto ético-político do Serviço Social, o que se evidencia pela ênfase nos usuários.

Mas, a primeira e a terceira respostas também oferecem elementos nesse sentido, como ressaltado anteriormente. Por outro lado, a ausência do projeto-ético político no discurso dos Assistentes Sociais entrevistados evidencia-se nos seguintes depoimentos:

"Meu objetivo profissional é desenvolver minhas habilidades profissionais, contribuir com o meu trabalho e crescer profissionalmente";

"Permanentemente reciclar-me, mantendo-me atualizada em todas as minhas atividades profissionais, desempenhá-las conforme meus valores éticos de respeito ao ser humano e crença na sua capacidade de mudar e crescer. Mesmo num trabalho de pura assistência, nunca repassar a imagem de benevolência ao ser prestado o serviço";

"Já me encontro realizada profissionalmente. Quero continuar trabalhando, me reciclando mas tudo ligado a recursos humanos. Quero descobrir uma língua estrangeira que eu goste realmente".

A centralidade da preocupação com a capacitação técnica e com a visibilidade do Serviço Social na empresa marca as respostas dos Assistentes Sociais. As solicitações das empresas demandam dos Assistentes Sociais uma capacitação constante, aparentemente limitada ao campo dos instrumentos (teórico-operativos) exigidos pelas próprias empresas.

Identificamos dificuldades entre os profissionais que expressaram, em seus discursos, uma orientação ético-política compatível com o projeto da categoria, em desenvolver instrumentos operativos que lhes permitam uma intervenção eficiente e eficaz (solicitação freqüente no mercado empresarial), ou seja, que lhes permita apresentar resultados no cotidiano profissional. Nos objetivos profissionais expressos por eles, evidencia-se a "distância" entre os objetivos do Serviço Social e os objetivos empresariais:

"Na verdade, eu não estou procurando ficar aqui não. Meu objetivo sempre é procurar atender o funcionário. O nosso papel não é tão compreendido. Meu objetivo é que mais pessoas compreendam meu papel, tenham confiança. Aquele tal jogo de cintura. Eu incomodo alguns profissionais";

"Queria dar continuidade ao projeto das creches para o servidor. Queria retornar aos objetivos iniciais da instituição e melhorar a qualidade de vida do servidor".

Observamos a separação entre projeto profissional x intervenção profissional e a expectativa de uma empresa ideal, local "adequado" para que este projeto se efetive. Nessas situações, há um peso nos limites institucionais que "refreariam" a construção do projeto ético-político.

Por outro lado, as demandas feitas pelas empresas aos Assistentes Sociais aparecem com uma importância considerável no discurso dos profissionais. Identificamos as seguintes respostas:

"Promoção humana dentro da perspectiva empresarial, a globalidade na realidade social. Proporcionar o desenvolvimento das potencialidades do empregado, tendo em vista o seu desenvolvimento integral como homem".

"Conquistar, cada vez mais, visibilidade, competência técnica e credibilidade com os órgãos da empresa".

"Implantação de programas para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Pesquisa de clima organizacional, trabalhando com o relacionamento interpessoal".

"Prestar serviços de consultoria e assessoria aos setores da empresa. Planejar e executar programas de prevenção de saúde e sociais, dar treinamento a nível comportamental e educativos internos e externos. Prestar consultoria externa".

"Tornar o Serviço Social uma ferramenta importante no contexto organizacional, contribuindo para a melhoria do clima organizacional, na promoção dos ajustes na política e diretrizes de Recursos Humanos e gestão e por que não dizer, estabelecer ações necessárias para um possível suporte aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Organizacional e de Gestão da Qualidade Total".

"Atuar nas atividades de gerenciamento de todos os benefícios e do Serviço Social, de forma a contribuir para a qualidade de vida dos funcionários enquanto cidadãos. Esta prática aliada aos meus objetivos de desenvolvimento profissional permanente".

"Mostrar um Serviço Social diferente. O maior objetivo é mostrar que o Serviço Social pode estar em todas as áreas, ser mais propositivo."

Nas respostas estão presentes as ocupações dos Assistentes Sociais a fim de responder às solicitações das empresas.

Os Assistentes Sociais estão se destacando na atuação junto às equipes de recursos humanos. Esses profissionais demonstraram nas entrevistas uma habilidade em responder às demandas da empresa. Tornar o Serviço Social conhecido, propositivo é um desafio assumido para mostrar o que se pode realizar na empresa. Isso nos remete à demanda por profissionais polivalentes. O perfil do Assistente Social é compatível com o novo perfil do trabalhador polivalente. Formado a partir de um referencial generalista e habilitado a compreender as relações sociais em sua totalidade, os Assistentes Sociais têm demonstrado uma capacidade adaptativa e propositiva, ocupando espaços historicamente consolidados (benefícios, serviços sociais) e abrindo novos campos de intervenção, mostrando do que o "Serviço Social é capaz" com competência profissional. É o que nos chama a atenção porque aparece como elemento geral e não como característica particular.

Uma questão colocada por CÉSAR (1999) nos interessou. A autora afirmou:

*Considera-se que a natureza da ação profissional nas empresas continua articulada à prestação de serviços sociais, intervindo sobre a vida do trabalhador e sobre os **problemas sociais** que interferem na produtividade.*

Isto nos possibilita inferir que a natureza do exercício profissional, nas empresas, permanece a mesma sem que haja uma ruptura com o papel historicamente determinado e o caráter promocional que demarcam, tradicionalmente, as ações do Serviço Social" (César, 1999: 178). (Grifos nossos).

Será que a intervenção dos Assistentes Sociais na empresa continua reproduzindo as ações tradicionais do Serviço Social? Tendemos a responder negativamente à interrogação.

O Serviço Social desenvolveu novas formas de responder às solicitações demandadas pela empresa a partir de um referencial generalista, crítico-dialético. Embora a adesão ao projeto ético-político do Serviço Social tenha pouca extensão no âmbito da intervenção profissional, há conteúdos implícitos no discurso profissional e na forma como os Assistentes Sociais vêm respondendo às exigências feitas pelo mercado empresarial.

Torna-se difícil aceitar a perspectiva de CÉSAR (1999) que acaba por negar o movimento dialético presente também na formação dos Assistentes Sociais a partir da hegemonia da vertente "Intenção de Ruptura". Por outro lado, a adesão ao projeto ético-político é mediada pela opção político-ideológica e passará por uma construção subjetiva no campo de escolha do Assistente Social. Mas, as transformações teórico-operativas que esta vertente tende

a realizar também deixarão sua marca na intervenção profissional, na assimilação paradigmática, através da qual os Assistentes Sociais são formados para intervirem na realidade.

Outra questão que nos instigou foi a relação entre os Assistentes Sociais que atuam na empresa e o Serviço Social. A princípio esta relação aparece "distante". Os Assistentes Sociais estão ocupados em responder às demandas da empresa e a galgar postos mais elevados, tendem a "des-identificar-se" com a profissão. Contudo, a questão merece estudos mais aprofundados. Apontamos para a negação da identidade de Assistentes Sociais e nos perguntamos "a que isso se deve?" Ao fato de não se reconhecerem na expressão hegemônica da profissão? Ou ao fato de buscarmos romper com uma visão estigmatizada (tradicional) da profissão? Nesse caso, esses profissionais também buscariam um tipo de ruptura? Não sabemos (faltam-nos dados) qual projeto político defendem, mas inferimos que buscam consolidar, ao seu modo, o lugar do Serviço Social nas empresas onde atuam, ainda que calcados, em alguns casos, numa plataforma de ascensão pessoal. Na profissão contamos com estes Assistentes Sociais no sentido de afirmar a competência profissional do Serviço Social nas empresas. Precisamos também aprofundar o debate e discutir as estratégias que o Serviço Social vem desenvolvendo e aprimorá-las a fim de construir uma efetividade, uma competência profissional que possa, inclusive, referendar e contribuir para a solidificação do projeto ético-político do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPOLLO, Lúcia Maria Freire. *A especificidade do serviço social na legislação, em normas, planejamento e programas em empresa*. In: Serviço social e sociedade, nº 18, ano VI, São Paulo: Cortez, agosto de 1985, p. 20-49.
- CÉSAR, Mônica de Jesus. *A experiência do serviço social na empresa*. Cadernos de Teses do CFESS: Curso de Especialização a Distância, 1999.
- GOSSE - Grupo Operacional de Serviço Social. *O profissional de serviço social na empresa: um estudo exploratório*. In: Serviço social e sociedade, nº 35, ano XII, São Paulo: Cortez, abril de 1991, p. 36-54.
- LEITE, Alexandra Aparecida, MARQUES, Maria Goreti do Nascimento, VIEIRA, Antonieta Maria de Oliveira. *Relações contraditórias na ação e na organização profissional*. UFJF: trabalho de conclusão de curso, 1992.
- MELO, Lindinalva Amorim de, ROCHA, Roberto Macedo da. *O programa de empréstimos nas empresas: uma experiência de estágio curricular de alunos da UFPE*. In: Serviço Social e Sociedade, nº 31, ano X, São Paulo: Cortez, dezembro de 1989, p. 39-55.

MOTA, Ana Elizabeth. *Uma nova legitimidade para o serviço social de empresa*. In: Serviço Social e Sociedade, nº 26, ano IX, São Paulo: Cortez, abril de 1988, p. 156-164.

RICO, Elizabete de Melo. *Alternativas da prática social para o atendimento das principais necessidades dos empregados*. In: Serviço Social e Sociedade, nº 18, ano VI, São Paulo: Cortez, agosto de 1985, p. 51-60.

YACOLIB, Leila Baumgratz Delgado. *Inovações na gestão da mão-de-obra: participar é preciso*. In: Serviço Social e Sociedade, nº 57, ano XIX, São Paulo: Cortez, julho de 1998, p. 52-73.



*Faculdade de Serviço Social
Campus Universitário da UFJF
CEP 36036-330
Juiz de Fora, MG
Telefone (32) 3229-3561 / 3567
Fax (32) 3229-3560
dfss@ssocial.ufjf.br*

DISTRIBUIÇÃO



*Editora UFJF
Prédio da Biblioteca Central - Térreo
Campus Universitário
CEP 36036-330
Juiz de Fora MG*

*TEL (32) 3229-3782
TELE-FAX (32) 3229-3783
editora@editora.ufjf.br
www.editora.ufjf.br*

TIRAGEM

650 exemplares

FICHA TÉCNICA

*Editoração: Templo Editoração - (32) 3217-0283
Impressão: ParkGraf - (24) 2242-7754*

APOIO

FSS

© Copyright: Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado da UFJF

Ficha Catalográfica

*Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de
Serviço Social, v. 1, n. 2, jul./dez. 2001. Juiz de Fora : Ed. UFJF,
2001
196 p.*

Semestral

ISSN 1518-9325

I. Serviço Social - Periódicos

CDU 36 (05)

LIBERTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora

Maria Margarida Martins Salomão

Vice-Reitor

Paulo Ferreira Pinto

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Murilo Gomes de Oliveira

Pró-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Maria Luiza Scher Pereira

Diretor da Editora

Jorge Arbach

Editor

Gilvan Procópio Ribeiro

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Diretora

Sandra Hallack Arbex

COMISSÃO EXECUTIVA

Auta Stephan-Sousa

Edina E. C. Meireles de Souza

Mônica A. Grossi Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Marilda Wella Yamamoto (UERJ)

Yves Lesbaupin (UFRJ)

Maria Lúcia Carvalho da Silva (PUC/SP)

Carlos Nelson Coutinho (UFRJ)

José Paulo Netto (UFRJ)

Regina Célia Tamazo Mioto (UFSC)

Sumário

Apresentação

7

Artigos

- O acesso na dimensão da universalidade e exclusão:
um estudo das demandas dos usuários do
Hospital Universitário HU/UFRF 9
Auta Stephan-Souza

- "Declá-me ou te devoro" – notas sobre a participação sindical
nos espaços institucionais 29
Ana Livia de Souza Coimbra

- Trabalho e gestão na Universidade pública 59
Ana Maria Costa Amoroso Lima

- O debate contemporâneo do Serviço Social: o terceiro
setor em questão 85
Lella Baumgratz Delgado Yacoub

- Controvérsias acerca da contemporaneidade do mundo do
trabalho e a crise do capitalismo: teoria social habermasiana x
teoria social marxiana 105
Isaura Aquino

- Controle social uma questão controversa no âmbito dos Conselhos
Municipais de Saúde – o caso do Conselho Municipal de
Saúde de Juiz de Fora 127
Luzia Helena Gomes Filgueiras

A Intervenção do Assistente Social na Empresa – novas demandas
e projeto ético-político

145

Nanci Lagioio Hespanhol Simões
Alexandra A. L. T. S. Eiras
Érika Alves Martins
Luzia Amélia Ferreira

Problematizações acerca do trabalho com grupos
no Serviço Social

165

Alexandra Aparecida L. T. Seabra Eiras

Apresentação

O segundo número da revista **Libertas**, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, vence desafio originário, posto a toda publicação acadêmica: o da regularidade e o da recorrência.

Não se trata, porém, de replicação vazia, instrumento de atenção burocrática à histeria contabilista que percorre a academia brasileira. Coletânea de abordagens relevantes e tempestivas, a publicação testemunha o vigor da reflexão praticada na Faculdade de Serviço Social – engajada como está em seu programa de pós-graduação e no desenvolvimento sustentado de sua pesquisa.

De fato, boa parte dos artigos referenciam-se a trabalhos da pós-graduação (teses, dissertações, projetos em andamento), de que a revista nos dá notícia. O que desponta neles, independentemente do objeto recortado e da preferência epistemológica que os recorte, é uma notável organicidade política – mais impressionante, talvez, para quem a contempla de fora e é levado a reconhecer a identidade do Serviço Social como **ordem discursiva** (não posso deixar de prestar homenagem a meu passado foucaultiano...) na sociedade brasileira.

A **presente crise do capitalismo** é o tema que recebe as mais diversas modulações: seu rebatimento em espaços institucionais como hospitais de ensino, universidades públicas, conselhos locais; suas determinações sobre a reorganização do trabalho em sua expressão sindical ou pelo florescimento do terceiro setor; seu tratamento conceptual através de teorias sociais que têm este tema como vertente genética. O que unifica todos os trabalhos, entretanto, mais que o tema é a **paixão da prática**, e seu entendimento teoricamente armado – em contraposição a uma reflexão que se auto-satisfizesse como desinteressado exercício intelectual.

Ao escolher como estandarte a designação **Libertas**, querida dos inconfidentes mineiros, esta revista inscreveu, em seu primeiro número, o compromisso com uma liberdade não-liberal (no sentido contemporâneo deste termo): aqui cultiva-se a liberdade exercida na esfera pública, que galvaniza (e dá sentido) ao vasto espaço do mundo.

Sobre esta liberdade, discorre a grande pensadora Hannah Arendt (em seu discurso de aceitação do Prêmio Lessing, na cidade de Hamburgo, em 1959):

Um número cada vez maior de pessoas no Ocidente, que, desde o declínio do mundo antigo, elegeu a liberdade em relação à política como liberdade básica, utiliza tal liberdade para retirar-se do mundo e de suas obrigações junto a ele. Este retiro não prejudica necessariamente o indivíduo: ele pode, inclusive, cultivar seus talentos até o ponto da genialidade e, assim, desta forma oblíqua, tornar-se novamente útil ao mundo. Mas, a cada uma destas retiradas corresponde perda demonstrável: o que se perde é o espaço intermediário específico e geralmente insubstituível que teria se formado entre este indivíduo e seus companheiros homens.

A revista **Libertas**, em seu número dois, demonstra, num conjunto de textos bem escritos e bem articulados, a importância da **liberdade de agir publicamente**, da **liberdade de participar coletivamente** e, deste modo, salvaguardar o "espaço intermediário" que nos torna propriamente humanos.

Maria Margarida Martins Salomão
Reitora